

ANAIS DA III JORNADA FEMINISMOS DECOLONIAIS EM QUESTÃO

# manifesto CAROLINAS

ARQUIVOS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS  
INTELECTUAIS AMERICANAS



EDUFMA

# ANAIS DA III JORNADA FEMINISMOS DECOLONIAIS EM QUESTÃO – MANIFESTO CAROLINA(S) – ARQUIVOS, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA INTELLECTUAL AMEFRICANA

## Comissão Organizadora

Ana Caroline Amorim Oliveira  
Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo  
Caroline Marim  
Cristiane Tolomei  
Maria Emília Miranda Alvares  
Mônica Saldanha Dalcol  
Raffaella Fernandez  
Susana de Castro

## Comissão Científica

Ana Caroline Amorim Oliveira  
Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo  
Ângela Viana Silva  
Caroline Marim  
Cristiane Tolomei  
Gabriela Jeronimo  
Maria Emília Miranda Alvares  
Mary Castro  
Michael De Jesus  
Nilvanete de Lima  
Raffaella Fernandez  
Rarielle Lima  
Sônia Nogueira  
Suely Messeder

## Equipe Técnica

Erica Saraiva  
Giovanna Pozzer  
Sansão Hortegal Neto

## Monitores

Ana Alice Torres Sampaio  
Cibele Nunes Cabral  
Cleyssianne de Jesus Pereira  
Kelly Bianca Silva Barbosa  
Leonice da Conceição Pinheiro Silva  
Lygia Cardoso Peçanha  
Paula Tayane Costa Silva  
Priscilla Monteiro Lima  
Ramisson Corrêa Ramos  
Rayane Alves de Sousa  
Suelen Cipriano Milhomem Dantas  
Suellen Souza Pereira  
Tatiara Rodrigues Costa  
Vitória Rayssa Araujo Braga  
Viviane Lima Coimbra  
Wlisses Figueiredo Matos

## Capa e contracapa

Cadernos de Carolina Maria de Jesus

## Realização



## Apoio



## Fomento



## **Organização**

Ana Caroline Amorim Oliveira

Caroline Marim

# **manifesto CAROLINAS**

**ARQUIVOS, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS  
INTELECTUAIS AMERICANAS**

---

ANAIS DA III JORNADA FEMINISMOS DECOLONIAIS EM QUESTÃO

São Luís



EDUFMA

2022

Copyright © 2022 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**Reitor** Prof. Dr. Natalino Salgado Filho  
**Vice-Reitor** Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**Diretor** Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira  
**Conselho Editorial** Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni  
Prof. Dr. André da Silva Freires  
Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Diana Rocha da Silva  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisélia Brito dos Santos  
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda  
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva  
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues  
Prof. Dr. João Batista Garcia  
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas  
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes  
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

**Revisão** Ana Caroline Amorim Oliveira  
Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo  
Caroline Marim  
Érica Saraiva  
Maria Emília Miranda Alvares

**Projeto gráfico e ilustrações** Erica Saraiva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Jornada Feminismos Decoloniais em Questão (3.: 2022: São Luís, MA).

Anais da III Jornada Feminismos Decoloniais em Questão: manifesto Carolinas: arquivos, memórias e resistências intelectuais amefricanas / Organização: Ana Caroline Amorim Oliveira, Caroline Marim. — São Luís: EDUFMA, 2022. 245 p.: il.

ISBN 978-65-5363-166-3

1. Feminismos decoloniais – Encontro científico – UFMA. 2. Manifesto Carolinas. 3. Carolina Maria de Jesus. I. Oliveira, Ana Caroline Amorim. II. Marim, Caroline. III. Título: Anais da III Jornada Feminismos Decoloniais em Questão: manifesto Carolinas: arquivos, memórias e resistências intelectuais amefricanas.

CDD 305.428 121  
CDU 305-055.2:001.32(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira – CRB 13 / 418

**Criado no Brasil [2022]**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

**EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

[www.edufma.ufma.br](http://www.edufma.ufma.br) | [edufma.sce@ufma.br](mailto:edufma.sce@ufma.br)

# SUMÁRIO

<b>PROGRAMAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
--------------------------	----------

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
---------------------------	-----------

Resumos expandidos por área temática

## **Caroletramento(s) “afroliterário”, “afrodiaspórico”, de “resistência” e “racial-crítico”**

CASA DE MULHERES.....	14
-----------------------	----

“À PROCURA DE UMA BORBOLETA PRETA”: INTERPELAÇÕES ENTRE SEXUALIDADE, MATERNIDADE E COLONIALIDADE NO CONTO DE ESMERALDA RIBEIRO .....	21
--	----

LETRAMENTO SOCIAL E CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA .....	28
---	----

INTERSECCIONALIDADES DO QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS E SUAS INTERCONEXÕES COM A POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL.....	35
--	----

A ESCRIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: ALGUNS SENTIDOS PEDAGÓGICOS HISTÓRICO-CULTURAIS.....	42
---	----

RODA DE CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ÁFRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	49
---	----

## **Feminismos Afrolatinoamericanos**

A CONFIGURAÇÃO DA MULHER NA OBRA ROMANESCA <i>PEDAÇOS DA FOME</i> DE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	56
---	----

“A CRIANÇA OBEDECIA À MÃE PRETA” – A REPRESENTAÇÃO FEMININA NEGRA NA OBRA QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	62
---	----

CAROLINA MARIA DE JESUS E SUAS TRANSFIGURAÇÕES EM QUARTO DE DESPEJO .....	68
---	----

FEMINISMO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À CONJUNTURA DA ELEIÇÃO BRASILEIRA DE 2022 .....	74
--	----

CONTRAOFENSIVA FEMINISTA: CORPO, TERRITÓRIO E VALORIZAÇÃO DA VIDA.....	81
--	----

ESCUTANDO ENFRENTAMENTOS: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DO FEMINICÍDIO .....	87
A RESISTÊNCIA URBANA DECOLONIAL DAS MULHERES NEGRAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX.....	93
O ENCONTRO ENTRE AS CATEGORIAS DA INTERSECCIONALIDADE E DA AMEFRICANIDADE NO FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO DE LÉLIA GONZALES .....	101
PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA MÚSICA “AS GRANFINAS” DO DISCO <i>QUARTO DE DESPEJO: CAROLINA MARIA DE JESUS CANTANDO SUAS COMPOSIÇÕES</i> (1961) .....	107

### **Saberes ancestrais e cosmogonias**

TECENDO HISTÓRIAS E ENCRUZILHADAS UTERINAS .....	114
DOS CUIDADOS DO CORPO E DA TERRA: OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS POR MULHERES CAMPONESAS NA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO.....	119

### **Filosofia e Literatura**

CAROLINA MARIA DE JESUS: RUPTURAS NO SISTEMA COLONIAL ATRAVÉS DA LITERATURA PERIFÉRICA.....	125
CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL, SOB A PERSPECTIVA DESCOLONIAL.....	132

### **Epistemologias e estéticas feministas decoloniais**

ARTEVIVÊNCIA EM CAROLINA MARIA DE JESUS, ELZA SOARES E MARIA AUXILIADORA DA SILVA .	139
DECOLONIZANDO VÊNUS – VAL SOUZA E SUA NARRATIVA DE ANCESTRALIDADE E PODER.....	150
“AFLUÊNCIAS”: UM DOCUMENTÁRIO JORNALÍSTICO SOBRE AFETIVIDADE E SEXUALIDADE DE MULHERES INDÍGENAS EM RETOMADA .....	158
VIVER, PENSAR, E ESCREVER DESDE A FRONTEIRA.....	164
DESCOLONIZANDO MEMÓRIAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS ARTISTAS GRADA KILOMBA E ROSANA PAULINO .....	169
A CURA DA FERIDA COLONIAL PELA FORÇA VITAL DO PENSAMENTO NEGRO E FEMININO BRASILEIRO: HELENA THEODORO, LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO.....	177

ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA FEMINISTA: DANÇA, CORPO E FILOSOFIA ..... 183

## **Autoficção, autobiografia ou biografemas**

MAURA LOPES CANÇADO E A ARTE DA MINORAÇÃO ..... 190

## **Integração intercultural latino-americana**

ANÁLISE DA DECISÃO SOBRE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE  
DECOLONIALISMO, GÊNERO E CONSTITUCIONALISMO .....197

## **Lutas de mulheres e feminismos orgânicos**

RESISTÊNCIA E EROTISMO PRESENTES EM VERSOS DE AUTORIA FEMININA ..... 204

RELAÇÕES DE GÊNERO E VULNERABILIDADES: OS EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DE MULHERES  
DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE .....210

A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NEGRAS: UMA PROPOSTA COM ESTUDANTES DO ENSINO  
MÉDIO .....217

A INVISIBILIDADE DO FEMINISMO *MALCOMPORTADO* NO SUFRAGISMO NORTERIOGRANDENSE 223

PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA COLONIAL SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS NAS AMÉRICAS .....231

## **Patrimônio material e imaterial**

SÃO LUÍS, CIDADE DOS AZULEJOS, DOS PRÉDIOS ANTIGOS, DAS CASAS COLONIAIS”: UMA  
PERCEPÇÃO DECOLONIAL DOS MUSEUS ..... 238

A INVISIBILIDADE DOS ESCRITOS DE MULHERES AFRO-BRASILEIRAS, EM ESPECIAL DOS ESCRITOS  
DE CAROLINA DE JESUS .....245

## **Arquivos pessoais de mulheres e memória coletiva**

MEMÓRIA E ANTIFASCISMO NA CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS DE NATALIA GINZBURG ..... 252

MEMÓRIAS DE MULHERES FOTÓGRAFAS DO CARIRI .....258

OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE O MARANHÃO: O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NA PERSPECTIVA DAS  
MULHERES CAMPONESAS .....265

MARIA ARAGÃO: OBJETOS E MEMÓRIAS MILITANTES .....272

### **Arquivos silenciados como fonte de pesquisa**

PARA ALÉM DA TUTELAGEM: A ESCRITA POLÍTICA E LITERÁRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS ...280

CAROLINA MARIA DE JESUS: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E O IMPACTO NA  
CONTEMPORANEIDADE DA LITERATURA PRODUZIDA PELA MULHER NEGRA BRASILEIRA .....286

(RE)TRADUÇÃO ANTI E DECOLONIAL DE UM ARQUIVO DISRUPTIVO..... 293

### **Autorepresentação e crítica arquivística**

TRANSCOLONIALIDADE DE GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE TRANS .....299



# PROGRAMAÇÃO

**07/11**

**9h** Abertura: **Maracatu de Mulheres Baque mulher.**

**10h** Conferência de abertura: **Manifesto Carolina: revistar e repensar um espólio literário em construção**, com Vera Eunice Lima de Jesus e Conceição Evaristo, mediação de Raffaella Fernandez (UNILA).

**14h** Mesa Redonda: **Cinema e Luta**, com Rafaela Gonçalves e Anacleta Pires da Silva, mediação de Susana de Castro (UFRJ).

**16h** Mesa Redonda: **Vozes femininas maranhenses da contemporaneidade**, com Milena Carvalho e Clarissa Carramilo, mediação de Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo (IFMA).

**08/11**

**10h** Conferência: **Narrativas e Poéticas transfeministas: escritivências, interseccionalidades** com Amara Moira (UNICAMP) e Letícia Nascimento (UFPI), mediação de Nilvanete Gomes de Lima (IFMA).

**14h** Mesa Redonda: **Estéticas Feministas Decoloniais** com Paola Marugán (UAM-X) e Caroline Marim (UFPE).

**16h** **Caminhada Mulheres Negras São Luís**, com Francilene Cardoso (FUMPH).

**09/11**

**10h** Conferência: **Cativos Litigantes** com Luma Ribeiro Prado (USP) e Susana de Castro (UFRJ), mediação de Caroline Marim (UFPE).

**14h** Mesa Redonda: **Maria Firmina do Reis intérprete do Brasil** com Régia Agostinho (UFMA) e Mônica Saldanha Dalcol (IFMA), mediação de Edna Cruz (Uemasul).

**16h** Mesa Redonda: **Letramentos carolinianos dentro e fora das universidades** com Íris Amâncio (UFF) e Rayron Sousa (UFMA), mediação de Rute Pires (Uemasul).

## **10/11**

**10h** Conferência: **Múltiplas Fronteiras Epistemológicas** com Aline Ngrenhtabare Kaxiriana Lopes Kayapó (Comissão de Direitos Humanos da OAB/ SP - Núcleo de Direitos Indígenas e Quilombolas), Eva Potiguara (IFESP /SEEC -RN) e Flavia Meireles (CEFET-RJ), mediação de Caroline Marim (UFPE).

**14h** Mesa Redonda: **Feminismos Afrolatinoamericanos** com Cláudia Moraes (UFMA) e Francilene Cardoso (FUMPH), mediação de Ana Caroline Amorim Oliveira (UFMA).

**16h** Plenária Tiquira.

**17h** Lançamento de livros.

## **11/11**

**9h30 - 12h** Sessões de comunicação.

**14h** Encerramento: Palestra **#Libertem os cadernos de Carolina** com Raffaella Fernandez, mediação de Cristiane Tolomei e Comissão Organizadora.

Apresentação cultural de encerramento: Leitura Dramática "Fragmentos Quarto de Despejo"- Carolina Maria de Jesus com o Núcleo de Teatro *Deux ex Machina* do IFMA- *Campus Bacabal*.

## APRESENTAÇÃO

A III Jornada Feminismo Decoloniais em Questão aconteceu de forma híbrida entre os dias 7 e 11 de novembro de 2022, no auditório do Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFMA - Universidade Federal do Maranhão, com transmissão pelos canais do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-Pgcult e do Grupo de Estudos Carolina Maria de Jesus. A realização é do Grupo de Estudos Decoloniais Carolina Maria de Jesus (CMJ) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult) da UFMA.

Esta edição foi sediada pela primeira vez no Nordeste, no estado do Maranhão, na cidade de São Luís, através da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política(CNPQ), do Instituto Federal do Maranhão- IFMA, do Departamento de Filosofia, Sociologia e Antropologia, Comunicação, Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ e da Universidade Federal de Integração Latino-americana -UNILA, contando com comissões organizadora e científica formadas professoras e professores dessas instituições e dos Grupos de Pesquisa.

A Jornada pretendeu, primeiramente, contribuir para o contato de pesquisadores, estudantes do ensino superior e da pós-graduação, docentes, profissionais de instituições e organizações nacionais e internacionais com especialistas de outros estados brasileiros, além de

estimular o desenvolvimento dos debates e a produção científica no Estado do Maranhão e no País, a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, dando ensejo à concepção do Manifesto 'Libertem os cadernos de Carolina', haja vista a apropriação e monopolização, por particulares, de parte do acervo de autoria da homenageada, o que se traduz em grande afronta tanto aos direitos dos legítimos herdeiros de Carolina de conservarem seus escritos, como dos estudiosos da obra caroliniana de a ela terem acesso.

A programação contou com conferências, mesas-redondas, fóruns de debate, atividades culturais, lançamentos de livros, plenária, apresentação teatral e caminhada afrocentrada pelo Centro Histórico da cidade sede, Patrimônio da Humanidade, culminando com as comunicações orais aqui reunidas, que se desenvolveram em sessões presenciais e virtuais.

O Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais Carolina Maria de Jesus, idealizador do evento, compreende uma rede de pesquisadoras e ativistas articuladas a partir de postura crítica, feminista, decolonial e antirracista, com ênfase interdisciplinar e no diálogo entre saberes, postura que se reflete nos temas das mesas redondas, conferências e nos trabalhos apresentados ora publicizados.

É, portanto, uma satisfação poder compartilhar com o grande público as inúmeras pesquisas que vêm sendo realizadas em torno dos temas e eixos propostos para o evento.

Boa leitura!

Comissão Organizadora

CAROLETRAMENTO(S) "AFROLITERÁRIO",  
"AFRODIASPÓRICO", DE "RESISTÊNCIA"  
E "RACIAL-CRÍTICO"

## CASA DE MULHERES

Bianca Fermiano<sup>1</sup>

Rita Goeldner<sup>2</sup>

**Resumo:** O projeto Casa de Mulheres, acolhido pelo Projeto de Extensão Casa de Carolina da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) tem como público-alvo mulheres que residem na região do bairro Monte Cristo, no município de Florianópolis. Organiza-se em três frentes de atuação: 'A Casa', 'As Mulheres' e 'O Diário'. A primeira consiste na realização de oficinas de técnicas de construção civil residencial. A segunda, consta da formação de um Grupo de Mulheres enquanto espaço de troca e autoconhecimento. A última frente compreende a proposta de manutenção de um Diário para registro das experiências nas ações anteriores. Reformar a casa tem gerado mudanças importantes na vida das participantes; o processo de aprendizado e troca grupal tem pavimentado emancipações de diferentes dimensões, desde maior valorização de si próprias, identificação de habilidades até construção de projetos pessoais antes abandonados.

**Palavras-chave:** Carolina de Jesus, Diário, Habitação, Mulheres

O projeto Casa de Mulheres, idealizado pelas arquitetas Rita Goeldner e pela Psicóloga Bianca Fermiano é acolhido pelo programa de Extensão Casas de Carolina da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Compreendendo a casa como nosso espaço primário e o ato de habitar como a expressão básica de nosso relacionamento com o mundo, o projeto Casa de Mulheres objetiva, trabalhando a materialidade da casa através de oficinas de reforma, em última análise, reconstruir e potencializar trajetórias de vida de mulheres do Bairro Monte Cristo, em Florianópolis.

---

<sup>1</sup> Bianca Helena Fermiano – Psicóloga, Especialista em Saúde Pública, UFSC.

<sup>2</sup> Rita de Cássia Goeldner – Arquiteta e Urbanista, UDESC goeldnerrita@yahoo.com.br.

O projeto tem como público-alvo mulheres residentes neste território periférico do município de Florianópolis.

A necessidade de reforma e ampliação nas casas é um processo muito comum em todas as famílias. No caso das comunidades de maior vulnerabilidade social e que participam de programas de habitação popular, é comum que as unidades sejam pequenas para suas necessidades e requeiram ampliação ou pequenas alterações para melhor adequá-las à família. É frequente que essas alterações ou mesmo construções novas ocorram através de autoconstrução, ou seja, sem um acompanhamento técnico de um arquiteto, o que pode, por vezes, trazer precariedade à obra.

Além disso, é parte do escopo dessa proposta o desenvolvimento de grupos de roda de conversa. O propósito dos grupos é desenvolver junto às participantes um trabalho contínuo de autoconhecimento sobre sua própria biografia, história e identidade. O intuito é que o espaço grupal possa se transformar em um espaço de fala, escuta e partilha que estimule a ampliação da visão de mundo e das próprias potencialidades, que seja suporte para a emancipação dessas mulheres e construção de caminhos de investigações de si próprias e conseqüentemente para a tomada de decisões a respeito de suas escolhas.

O trabalho acontece através de reuniões quinzenais com um grupo de 5 mulheres. As reuniões são em formato de oficinas e discussões participativas. Os encontros tiveram início em março e terminam em outubro. O restante do cronograma, até o fim do ano, será dedicado à editoração da publicação dos resultantes, avaliação e relatórios.

Os encontros dos grupos são constituídos por três momentos:

1 - A Casa: As mulheres foram capacitadas a fazer levantamento técnico de suas próprias casas para que pudessem participar ativamente do processo de reforma. Essa etapa está sendo coordenada por uma arquiteta.

2 - As Mulheres: As mulheres, que assim desejaram, participam da roda de mulheres para compartilharem suas vivências, histórias e promoverem espaço de autoconhecimento. Essa etapa está sendo coordenada por uma psicóloga.

3 - O Diário: As mulheres foram convidadas a manter um diário de suas experiências no projeto, que, ao final do processo, será editorado como uma publicação para registro e divulgação.

O trabalho relacionado ao momento 1 acontece através de 6 etapas:

- Primeira etapa - aproximação. Utilizando o contato com lideranças locais, através da Associação de Mulheres foi possível fazer as primeiras abordagens para entender e conhecer as demandas. Assim como apresentar a proposta do trabalho.

- Segunda etapa - Oficinas com as participantes para orientá-las no levantamento do espaço físico que pretendem reformar. Nesse momento foram distribuídos alguns materiais como prancheta, papel, trena e escalímetro.

- Terceira etapa- Análise do levantamento realizado e planejamento das reformas através de discussão em grupo.

- Quarta Etapa - Oficinas para treinamento em atividades de construção civil com profissional da área



- Quinta Etapa – Execução da obra

O trabalho relacionado ao momento 2 acontece em 8 a 10 encontros que seguem o planejamento abaixo:

Encontro 1 – Quem veio antes de mim? – Trabalho com as mulheres sobre suas origens, história, e processo familiar/seus antecedentes e como isso se entrelaça com as suas identidades.

Encontro 2 e 3 – Que criança fui? – Em que contexto nasceram essas mulheres, sob o cuidado de quem, como é sua matriz de cuidado, de autocuidado.

Encontro 4 e 5– Como me veem? Como me vejo? De que forma essas mulheres percebem que são vistas e como elas próprias se percebem. Como a autoestima e compreensão sobre a própria capacidade de escolha foi construída?

Encontro 6 e 7 – Como cheguei até aqui? Como especificamente vieram morar na comunidade que estão? Quem são elas nessa cidade, nessa comunidade, nessa casa?

Encontros 8 a 10 – Quem sou eu hoje? Que trajetos percorri? Para onde vislumbro? Seguindo os encontros anteriores continuamos trabalhando a questão da percepção de si própria e de preferências. Que construções de projetos pessoais essas mulheres se impulsionam a sonhar?

O trabalho relacionado ao momento 3 acontece da seguinte forma:  
Encontro 1 – Oficina de Encadernação para confecção dos Diários. Além disso, em cada encontro faz a leitura de um trecho do livro Quarto de Despejo –

Diário de uma Favelada de Carolina Maria de Jesus para estimulá-las no processo da escrita.

Os encontros ocorrem no mesmo dia e dedicam-se a fazer a ponte entre seus objetivos. Assim, ainda que “técnica” e “existência” sejam fenômenos praticamente inseparáveis, houve momentos um pouco mais direcionados às questões literalmente técnicas e de aprendizados ligados às reformas em si e momentos mais vinculados à roda de conversa sobre história e identidade dessas participantes.

Um desafio enfrentado foi a manutenção do entusiasmo e motivação das mulheres para envolverem-se com o projeto por receio, desânimo ou pouca compreensão da proposta. Por isso a necessidade de que o convite partisse da parceria com uma líder comunitária que já possuía a confiança mínima por parte das moradoras da comunidade. Fez-se necessário ainda que a proposta do projeto fosse clara e objetiva, e isso pôde ser feito nos primeiros contatos apresentando o objetivo do projeto e abrindo espaço de escuta para as necessidades dessas mulheres.

Considerando que inicialmente o grupo era formado por 11 mulheres, outro desafio enfrentado foi a desistência de algumas participantes por desmotivação em relação a proposta no decorrer do tempo, ou devido a fatores pessoais trabalho, família outras demandas. O alinhamento inicial de expectativas é fundamental para que se possa diminuir ao máximo a frustração das integrantes sobre o projeto a ponto de causar desistências. Assim, escutar o que esperam as mulheres e apresentar o que é possível no contexto do projeto é fundamental.

Paralelamente a isso faz-se necessário acompanhar a realidade das mulheres, para que seja possível identificar sinais de desânimo, problemas pessoais que possam interferir no engajamento e a partir de então se possa antecipar/construir soluções para estimular que as participantes permaneçam no projeto até seu desfecho.

Mediadas pela psicóloga, as mulheres trazem aspectos sobre sua vida, como tem se sentido, como entendem que se constituem, relatam as experiências da semana, mas também mergulham um pouco mais fundo quando incentivadas a falar de suas origens, do lugar que têm ocupado em seu habitar, na família, nas relações comunitárias e sociais. O grupo também tem trabalhado os impactos dos processos de reforma da casa e do mutirão de mulheres. Para algumas reformar a casa tem sido sinônimo de mudanças internas significativas – já que se sentem mais apropriadas de um saber e capacidade antes apenas atribuída aos homens – e mudanças na estrutura das relações com seus companheiros que tem se sentido, segundo relato das participantes, desafiados e desconfortáveis com o movimento das mulheres em direção à emancipação e tomada de decisões a partir de seus desejos. O impacto na vida de algumas participantes tem reformado não só a casa, mas suas rotas em relação aos desejos e projetos pessoais. Uma das participantes voltou a estudar e começa a pensar em um plano profissional.

Outra participante desejava desfazer-se da casa por conta de patologias encontradas na edificação. A moradia que devia ser local de aconchego, trazia muito desconforto e desânimo para vida. Agora com os

problemas mais graves resolvidos, ela se sente capaz de novos planos de continuar melhorando a casa.

Assim, trabalhando a materialidade da casa percebeu-se, em última análise, a reconstrução e potencialidades de trajetórias de vida. Bachelard (2000) escreve que a casa é nosso espaço no mundo, nosso universo primário. Depois de nosso corpo, temos nossa casa. Palasma (2017), por sua vez, diz que o ato de habitar é o modo básico como alguém se relaciona com o mundo. Acredita-se que o projeto, portanto, tem viabilizado para essas mulheres a identificação de novas possibilidades de relação com o mundo privado e público de cada uma delas.

### **Referências Bibliográficas**

- BACHELARD, Gaston. "A casa. Do porão ao sótão. O sentido da cabana." In: *A poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PALLASMAA, Juhani. *O Habitar*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2017.

## **“À PROCURA DE UMA BORBOLETA PRETA” : INTERPELAÇÕES ENTRE SEXUALIDADE, MATERNIDADE E COLONIALIDADE NO CONTO DE ESMERALDA RIBEIRO**

Maria Clara Martins Cavalcanti<sup>1</sup>

**Resumo:** Esmeralda Ribeiro é uma escritora e intelectual que, desde a década de 1980, pensa, elabora e inventa o Brasil, atenta às questões de gênero, raça, sexualidade, trabalho, classe, desigualdade etc. Engajada na publicação e organização da importante coletânea literária *Cadernos Negros*, Esmeralda integra o cenário da literatura negro-feminista no país. Esta comunicação espera analisar parte da obra da escritora – mais precisamente o conto “À procura de uma borboleta preta” (1993), especialmente interessada em discutir os atravessamentos entre raça, gênero, sexualidade e maternidade na narrativa, a partir de uma perspectiva feminista decolonial.

**Palavras-chave:** Literatura negro-feminista. Esmeralda Ribeiro. Feminismo Decolonial.

**Financiamento:** Pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ser invisível quando não se quer ser é ser mágico nato.  
Não se ensina, não se pratica, mas se aprende.  
*Esmeralda Ribeiro*

Se “ser invisível quando não se quer ser” (RIBEIRO, 2008, p.62) poderia ser a expressão poética do apagamento da autoria feminina negra no cenário literário nacional, escrever – apesar de – parece a recusa de ser invisível (BURNES, 2008). É nesta recusa que habita a obra de Esmeralda Ribeiro, jornalista, poeta, ensaísta e contista, autora dos livros *Malungos* e

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: mamartinscavalcanti@gmail.com

Milongas (1988) e Orukomi – meu nome (2007), além de outros 50 contos e poemas publicados desde 1982. A maior parte de seus textos está na coletânea Cadernos Negros – das 42 edições dos Cadernos, Esmeralda está presente em 37 -, atualmente editada e distribuída pelo Grupo Quilombhoje, do qual Esmeralda faz parte desde 1982 e hoje é coordenadora ao lado do também escritor Márcio Barbosa.

Seus poemas e contos trazem como temática as perspectivas de personagens negros - predominantemente de mulheres negras - e suas experiências atravessadas tanto pela co-constituição de opressões de gênero, classe, raça etc.<sup>2</sup>, quanto por espaços de invenção, reinvenção e contraconduta<sup>3</sup>, expressos no âmbito da sexualidade, do amor, do trabalho, da política, da religiosidade, do ser e estar no mundo etc. Uma escrita, portanto, enquadrada no que Conceição Evaristo, escritora da mesma geração, chama de “escrivência”: a escrita literária das mulheres negras que tem como tema suas experiências na sociedade brasileira, uma escrita politicamente carregada de subjetividade, que aciona novos referenciais e faz uso da memória para expurgar a dor (EVARISTO, 2011).

---

<sup>2</sup> Entendemos aqui gênero, classe, raça, sexualidade etc., como estruturas coexistentes e indissociáveis, como vem afirmando as feministas interseccionais e decoloniais. Como defendido no decorrer deste projeto, utilizaremos aqui a noção, expressa por Maria Lugones e Yuderkys Espinosa Miñoso de que a opressão de gênero “não trabalha de forma separada e está irremediavelmente *co-constituída* dentro da matriz de poder, que é moderna e colonial e, portanto, racista e capitalista.” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2022, p.427, grifo meu).

<sup>3</sup> Contraconduta entendida aqui, sob à luz de Michel Foucault, como novas chances de formulação da subjetividade, como a potência da construção inventiva de formas inéditas de existir e se colocar no mundo, novas maneiras de se relacionar consigo, com a vida e com os outros. (FOUCAULT, 2008; PELEGRINI, 2017).

A literatura de Esmeralda Ribeiro abre espaço para questões importantes da luta coletiva feminista e antirracista – a constituição positiva da subjetividade das mulheres negras, a denúncia do caráter co-constitutivo da opressão (gênero, classe, raça etc.), a restituição das redes de conhecimento subjogadas pelos epistemicídios, a denúncia da democracia racial como mito etc., – fundamentais para os avanços democráticos que esperamos. Se, como bem nos lembra bell hooks, a imagem sobre quem é “o intelectual” é constituída pelo racismo e pela misoginia, excluindo as mulheres negras, este trabalho vem defender a produção e atuação de Esmeralda Ribeiro como um exercício intelectual, inclusive de interpretação histórica.

Esta comunicação espera, portanto, analisar um conto da escritora, buscando entender essa produção literária como parte da elaboração intelectual feminista e antirracista de Esmeralda Ribeiro. O conto “À procura de uma borboleta preta”, publicado em 1993 na 16ª edição dos Cadernos Negros, possui como narradora uma telefonista que descreve uma conversa inquietante entre duas mulheres, conversa esta interpelada ao telefone pela narradora. Trata-se de uma mulher buscando ajuda para encontrar uma suposta borboleta preta que havia escapado de seu útero. Maternidade, sexualidade, violência e aborto são temas tratados no conto a partir de uma abordagem que evidencia a co-constituição das questões de raça e gênero na experiência das mulheres negras no Brasil. Dessa forma, a escrita de Esmeralda Ribeiro tenciona o lugar social historicamente destinado às mulheres negras pelo patriarcado e pelo racismo, denuncia violências,

aciona e elabora emoções complexas. Dessa forma, elabora a maneira como a colonialidade afeta às mulheres negras, ao passo que propõe de(s)colonizar as narrativas sobre elas, afastando-se de uma tradição literária que frequentemente reiterou as imagens de controle<sup>4</sup> sobre a população negra no país. A metodologia aqui apresentada é a análise do conto e seus significados a partir do uso da literatura como fonte histórica, especialmente interessada nos aspectos “internos” da narrativa (CANDIDO, 1965), como a estética e os significados etc.

É importante lembrar que questões sobre sexualidade, gênero e raça aparecem de forma indissociável das questões em torno do colonialidade (LUGONES, 2008; GONZALEZ, 1980), no que conferem os discursos sobre as mulheres negras. Dessa forma, em consonância com as premissas do feminismo negro e do feminismo decolonial, esse trabalho espera analisar como a obra de Esmeralda Ribeiro dialoga com esses discursos historicamente construídos sobre as mulheres negras no país, buscando entender como as questões de gênero, raça e classe eclodem em sua narrativa literária, mapeando e analisando temas que são geralmente caros à escrita negro-feminista, como a violência, relações afetivas, sexualidade, maternidade e história e memória ancestrais (FIGUEIREDO, 2009).

---

<sup>4</sup> Imagens de controle, conceito pensado por Patrícia Hill Collins (2019) e que se expressa na articulação entre racismo e sexismo. Nesse sentido, as imagens de controle produzidas sobre as mulheres negras – materializadas na “mulata” – produzem lugares de poder para certos grupos, enquanto sujeitam e hipersexualizam outros.



Se o lugar da produção de discursos, como território em disputa, é tensionado por escritoras que, há muito mais tempo que costumamos nos lembrar, pautam outras formas de existência para as mulheres negras que vão além dos estereótipos historicamente a elas destinados, não há, portanto, descolamento da prática política. Neste sentido, este trabalho explora as formas o exercício de elaboração das narrativas de Esmeralda pode se constituir como prática de liberdade, expressões de contraconduta, como elaborou o filósofo Michel Foucault (2008), para as mulheres negras e, para a historiografia, chance para uma aproximação com a epistemologia de um pensamento literário, social, histórico e político complexo, feminista, libertário e antirracista.

São, ainda, pressupostos fundamentais a este trabalho as questões propostas por feministas negras e feministas decoloniais, na percepção das questões de gênero, raça, classe, sexualidade e colonialidade como indissociáveis, partes integrantes de uma matriz moderno- colonial racista de gênero (LUGONES, 2008). Espera-se, ainda, contribuir para a ampliação e visibilização da obra da escritora, investigando as maneiras com que personagens e tramas são tecidas e quais produções subjetivas resultam dessa costura.

É possível, portanto, ao debruçar na obra de Esmeralda Ribeiro, afirmá-la como uma intelectual que participou efetivamente da construção da cidadania na sociedade brasileira ao se pronunciar na esfera pública, e que sua escrita é potente para levar a todos – não somente o cidadão negro – a “refletir acerca de processos histórico- sociais que permeiam o cotidiano de

marginalização e subalternização da população negra” (SANTOS, 2018). São os rastros dessa reflexão que este trabalho segue, na busca não só por analisar historicamente a produção de Esmeralda, mas as próprias contribuições que autora pode dar para a construção do conhecimento histórico, tencionando as relações de poder engendradas pelo racismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

Suas narrativas literárias revelam estruturas raciais, patriarcais, de classe e coloniais – construídas historicamente – e, ao mesmo tempo, contam histórias de reinvenção. Essa escrita lê o passado da população no Brasil, se relaciona com o mito da democracia racial e com a história colonial do país – a partir de uma perspectiva feminista – ao passo que está inserida em um contexto de intensas disputas na ordem social, política e cultural, como os anos finais da Ditadura Militar. Concordando com o princípio epistemológico e político que entende a escrita das mulheres negras como produção de conhecimento, é possível afirmar a escrita de Esmeralda Ribeiro como conhecimento produzido na encruzilhada, ou seja, como um “saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez, abrindo caminhos” (RUFINO, 2019, p.5) e, por isso, prática próxima de um investimento decolonial.

## **Referências Bibliográficas**

BURNES, Donald. A recusa de ser invisível. In: AFOLABI, Niyi; BARBOSA, Márcio; RIBEIRO, Esmeralda (Orgs.). *Cadernos negros. Black notebooks: contemporary afro-brazilian literary movement*. Trenton, NJ; Asmara, Eritreia: ÁfricaWorld Press, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro." *Revista Sociedade e Estado*. Volume 31. Número 1. janeiro/abril 2016, p.112.

EVARISTO, Conceição. "Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade." In: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Org.). *Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, africano e da diáspora africana*. Frederico Westphalen: URI, 2011.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. "De pôr qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidade." *Solar* | Año 12, Volumen 12, Número 1, Lima.

ESPINOSA-MIÑOSO. Una critica descolonial a la epistemología feminista crítica. *Cotidiano 184*, mar/abr, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I*, ed. Paris, Éditions Gallimard, 2001.

FOUCAULT. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Editora Elefante, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

LUGONES, María. The Coloniality of Gender. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 2008, 1-16.

LUGONES. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Mirian Cristina dos. *Intelectuais Negras: Prosa Negro-Brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

## LETRAMENTO SOCIAL E CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Ivanderon Pereira da Silva<sup>1</sup>

Leila Kely dos Santos da Paz<sup>2</sup>

Davyd Eduardo Roberto da Silva<sup>3</sup>

Sthefany Dionizio Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** Este estudo objetiva analisar as possíveis contribuições da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de autoria de Carolina Maria de Jesus para o processo de letramento social nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista a criticidade e reflexão. Neste sentido, a metodologia está na apresentação de uma proposta de sequência didática intitulada “As Potencialidades da Literatura Negra no Processo de Letramento Social de Educandas/os”, construída para educadoras/es e educandas/os de turmas do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. Sendo assim, a proposta metodológica está em apresentar a proposta de uma sequência didática, bem como, refletir sobre o letramento social a partir de uma perspectiva antirracista.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus. Ensino fundamental. Letramento social. Sequência didática.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Docente efetivo da Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca. É líder do Grupo de Pesquisa “Educação em Ciências e Tecnologias Afro-Latino-Americanas” (GP-ECITALAS/CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/357670>). E-mail: [ivanderon.silva@arapiraca.ufal.br](mailto:ivanderon.silva@arapiraca.ufal.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: [leilakely@outlook.com](mailto:leilakely@outlook.com)

<sup>3</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Bolsista do Programa de Institucional de Iniciação Científica – PIBIC. E-mail: [davyd.silva@arapiraca.ufal.br](mailto:davyd.silva@arapiraca.ufal.br)

<sup>4</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. E-mail: [sthefanydionizio@gmail.com](mailto:sthefanydionizio@gmail.com)

Pensar em obras literárias de mulheres negras para inserção no ambiente escolar, é refletir sobre um ensino na busca por uma sociedade igualitária, em que, a base não esteja alicerçada na lógica do capitalismo. Nesta compreensão, a obra literária “Quarto de despejo: diário de uma favela” de Carolina Maria de Jesus apresenta potencialidades para o processo de letramento social de educandas/os no âmbito educacional. Na concepção de Magda Soares (2009, p. 38) “letramento é o resultado da ação de letrar-se” (grifos do autor), ou seja, de se tornar um sujeito letrado a partir de práticas sociais, em que, se desenvolva a leitura e escrita de maneira crítica. Ainda, para Magda Soares (2009, p. 40) “o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e escrita” em práticas contínuas de leitura e escrita para responder questões de cunho social. Carolina Maria de Jesus (2020) descreve sua indignação quanto os serviços prestados pelo assistencialismo, quando o procurou em 1957, após ter adoecido pelo excesso de peso que transportava lhe causando dores nos rins, assim, afirmando que “para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que u vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres” (JESUS, 2020, p. 45). Diante disso, se teve como objetivo geral desta pesquisa analisar as possíveis contribuições da obra literária Quarto de despejo: diário de uma favelada de autoria de Carolina Maria de Jesus para o processo de letramento social nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os objetivos específicos traçados foram os seguintes: i) Identificar as potencialidades da obra literária “Quarto de despejo: diário de uma

favelada” para o letramento social; ii) Propor uma sequência didática para o letramento social.

### **Proposta de uma sequência didática para um letramento social de educandas/os**

Mediante a importância permeada pelo diálogo atribuído às potencialidades da Literatura Negra no processo de letramento social de educandas/os, se apresenta uma proposta de sequência didática que foi constituída para problematizar, assim, a importância do processo de descolonização do currículo. Nesse viés, entende-se por sequência didática um encadeamento de planos e ações direcionadas metodologicamente com o objetivo de favorecer o processo de aprendizagem. Deste modo, a proposta foi direcionada para turmas do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, onde o discente poderá trabalhar com questões de problematização que envolvem o seu mundo, como é possível observar no Quadro 1:

<b>AS POTENCIALIDADES DA LITERATURA NEGRA NO PROCESSO DE LETRAMENTO SOCIAL DE EDUCANDAS/OS</b>	
<b>1º MOMENTO</b>	Quem era Carolina Maria de Jesus? Onde ela vivia?
<b>DURAÇÃO</b>	1h40
<b>CONTEÚDO</b>	- Apresentando Carolina e seus filhos; - Introdução e descrição do meio em que ela vivia (Favela); - Primeiro contato com a Literatura Negra.

<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- TRAZER AS POTENCIALIDADES DA ESCRITA DE CAROLINA;</li> <li>- DISCUTIR E MOSTRAR QUE EXISTEM REALIDADES SOCIAIS DIFERENTES DA NOSSA.</li> </ul>	<p><b>Recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Livro físico “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus;</li> <li>- Imagens da autora em contexto com sua realidade como moradora da Favela do Canindé;</li> </ul>
<p><b>2ª MOMENTO</b></p>	<p>Conhecendo a casa de Carolina</p>
<p><b>DURAÇÃO</b></p>	<p>2h20</p>
<p><b>CONTEÚDO</b></p>	<p>- Túnel enquanto representação da casa de Carolina.</p>
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- FAZER A REALIDADE DA CASA DE CAROLINA MAIS PALPÁVEL;</li> <li>- CRIAR O CONTATO DOS ALUNOS COM OS EXCERTOS DO LIVRO;</li> <li>- APRESENTAR IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EM GRUPO.</li> </ul>	<p><b>Recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Papelão;</li> <li>- Plástico;</li> <li>- Cola quente;</li> <li>- Tesoura;</li> <li>- Livros e revistas usadas;</li> <li>- E.V.A</li> <li>- Papel Crepom;</li> <li>- Imagens.</li> </ul>
<p><b>3ª MOMENTO</b></p>	<p>Recontando através de quadrinhos</p>
<p><b>DURAÇÃO</b></p>	<p>1h40</p>
<p><b>CONTEÚDO</b></p>	<p>- Releitura da obra com histórias em quadrinhos.</p>
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- BUSCAR ENTENDER AS PERCEPÇÕES QUE OS ALUNOS ADQUIRIRAM ATRAVÉS DOS TEXTOS TRABALHADOS.</li> </ul>	<p><b>Recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Papel A4;</li> <li>- Lápis; borracha; caneta;</li> <li>- Lápis de cor e canetinhas;</li> <li>- Régua.</li> </ul>
<p><b>4ª MOMENTO</b></p>	<p>Debate em grupo</p>
<p><b>DURAÇÃO</b></p>	<p>1h40</p>
<p><b>CONTEÚDO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roda de conversa para discussão dos resultados obtidos.</li> <li>- Trazendo um final feliz para o aniversário de Vera Eunice.</li> </ul>

<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>BUSCAR ENTENDER AS PERCEPÇÕES ADQUIRIDAS DOS TEXTOS TRABALHADOS;</b></li> <li>- <b>EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS;</b></li> <li>- <b>ILUSTRAÇÃO DE UMA NOVA PERSPECTIVA DO ANIVERSÁRIO DE VERA EUNICE.</b></li> </ul>	<p><b>Recursos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Papel A4;</li> <li>- Lápis; borracha e lápis de cor.</li> </ul>
---	---

Quadro 1 – “As potencialidades da literatura negra no processo de letramento social de educandas/os”. Fonte: As/os autoras/es (2022).

A proposta de sequência didática apresentada acima pode ser adaptada de acordo com os anseios de educadoras/es, bem como da realidade de suas/seus educandas/os, afim de proporcionar um ensino que permita indagar e problematizar sobre as questões sociais que envolvem o seu contexto social, cultura e político.

### **Percursos para aplicação da proposta de sequência didática**

A sequência didática irá constituir-se através de um momento composto pela apresentação de Carolina e da obra como um todo para promover o primeiro contato dos educandos do 3º e 4º ano do ensino fundamental com o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, buscando dialogar com a escrita da autora. Logo após, a segunda aula será promovida através da experiência e tornar a vivência de Carolina mais palpável, para isso, será utilizado o recurso do túnel que representa a casa da autora trazendo assim uma concepção mais concreta de sua realidade. Neste sentido, se apresenta na Imagem 1 a construção do túnel por discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas do Campus de Arapiraca, sendo ele, criado para apresentação na disciplina



de didática. O túnel foi construído a partir de matérias reciclados para representar a vivência de Carolina, diante disso, trazendo elementos que remetessem o seu dia a dia.

Assim, busca direcionar os resultados obtidos pelos momentos anteriormente realizados em sala de aula, um modelo de proposta será apresentado aos discentes que irá constituir-se através da criação de representações visuais dos textos trabalhados mediada pela didática da história em quadrinhos. No quarto e último momento, será levantado em sala a abertura da promoção de uma discussão dos resultados obtidos com os discentes onde irão poder colocar todas as suas aprendizagens alcançadas através da obra destinando ainda uma oportunidade de os mesmos



*Figura 1: Túnel para representar a o barraco de Carolina Maria de Jesus. Fonte: As/os autoras/es (2022).*

compartilhar com toda turma os trabalhos criados através da escrita de Carolina. O principal objetivo articulado a essa sequência didática é a importância de discussões atreladas à um letramento social a partir do rompimento de estereótipos associados a este processo onde os mesmos

passam de meros reprodutores de sequências textuais para compreendedores de realidades.

### **Considerações Finais**

Neste sentido, se buscou por diálogos para uma prática didática que intensifique refletir sobre questões de cunho social, para o enfrentamento de práticas racistas que conduzem a marginalização, subalternização e apagamento do outro a partir do letramento social. Na perspectiva, em que educadoras/es e educandas/os possam indagar sobre os problemas que envolvem os anseios sociais, assim tendo como proposta apresentar uma sequência didática para os anos iniciais que dialogue sobre um ensino antirracista. A partir da identidade e ancestralidade que permeiam as/os educandas/os no fortalecimento de um ensino para descolonização do currículo, bem como aquisição do letramento mediante há obras literárias de mulheres negras que possibilitariam o pensamento crítico e reflexivo. Nesse sentido, compreendemos a sequência didática “As Potencialidades da Literatura Negra no Processo de Letramento Social de Educandas/os” como impulsionadora de discursos para novas pesquisas e aplicações a partir dos movimentos de um ensino descolonizador e antirracista.

### **Referências Bibliográficas**

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Edição comemorativa (1960–2020). 1º ed. São Paulo: Ática, 2020.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

# INTERSECCIONALIDADES DO QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS E SUAS INTERCONEXÕES COM A POLÍTICA BRASILEIRA ATUAL

Rosália Maria Carvalho Mourão<sup>1</sup>  
Erlane Alves dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Através de uma escrita transgressora e subversiva, Carolina Maria de Jesus escancarou para o Brasil e o Mundo a realidade de milhões de brasileiros e brasileiras que são invisibilizados politicamente em detrimento de interesses econômicos de poucos. O resultado desse processo histórico, que constitui Carolina como porta-voz de uma multidão imensurável, encontra o seu ápice nos números da fome, criando uma realidade verdadeiramente crônica para o Brasil. Assim, contrariando os pilares de igualdade, justiça e fraternidade contidos no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, as iniciativas políticas de maior impacto têm desrespeitado direitos básicos como os inseridos no artigo 6º da carta maior. As estratégias de base essencialmente econômica permeiam projetos da Direita à Esquerda, o que nos faz refletir sobre alternativas interseccionais, de forma coerente às opressões estruturais existentes no Brasil.

**Palavras-chave:** Literatura Transgressora. Constituição. Direito. Humanidade. Resistência.

## Introdução

Este trabalho evidencia a necessidade de se debater a constante violência operada contra populações historicamente marginalizadas em

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Criminais PUC-RS. Mestre em Letras UFPI. Graduada em Letras (UFPI) e Direito (ICF). Professora do Centro Universitário Santo Agostinho – Teresina. Pesquisadora junto ao GESEG – Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Segurança Pública (PUCRS). E-mail: rrosapi@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Criminais PUC-RS. Graduada em Direito pela UFPEL. Pesquisadora junto ao Libertas: Programa Punição Controle Social e Direitos Humanos (UFPEL), ao GESEG – Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Segurança Pública (PUC-RS) e ao GPESC – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (PUC-RS). E-mail: erlaneadsantos@gmail.com

favor de um sistema econômico que está entranhado na política brasileira. Através da análise da produção literária de Carolina Maria de Jesus – mulher, negra e favelada – pretende-se analisar, de forma interseccional, os enlaces entre suas vivências e a lógica da política brasileira atual. Para tanto, se partirá da obra “Quarto de Despejo” a fim de promover uma crítica ao que a autora nomeou como “sala de visitas”, ou seja, a prefeitura/o centro do domínio político local.

Em seguida, serão analisadas as interseccionalidades que constituem Carolina, representando-a como porta-voz da maior parte da população brasileira atualmente, além das 33,1 milhões de pessoas que passam fome no Brasil em 2022 (OXFAN, 2022). Para uma análise jurídica deste cenário, se fará uma contraposição entre a “realidade Carolina” e os direitos sociais (art. 6º, CF 88) que deveriam ser garantidos por meio de políticas públicas implementadas por centros como a “sala de visitas”, que, neste estudo, se ampliará para o Congresso Federal.

Observando políticas seletivas que variam entre os espectros políticos da Direita a Esquerda, se propõe uma reflexão sobre alternativas interseccionais que garantam uma realidade mais humana, coerente e de base efetivamente constitucional.

## **Metodologia**

Parte-se de base interdisciplinar entre as Ciências Criminais e as Ciências Sociais para a elaboração de uma pesquisa essencialmente

teórica, realizada por meio de referencial bibliográfico, com o uso do método de abordagem dedutivo e da técnica documental, além da utilização de dados oficiais relativos ao tema.

## **Resultados**

Nas obras de Carolina Maria de Jesus, a autora explicita os diversos tipos de violências sofridas por ela, protagonista de sua própria história. No enredo, não há uma hierarquização das discriminações, ou seja, a questão racial não é maior do que a de gênero ou a de classe. São situações que se entrecruzam e vão de encontro com o conceito de Interseccionalidade, de Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Assim, desde Quarto de Despejo (1960) – sua primeira publicação – às demais obras, questões interseccionais permeiam seus escritos de vivências, evidenciando e denunciando questões que transcendem o mero cotidiano, entrando na seara da Política da forma mais visceral possível. Pois, ao nomear a Favela como o “quarto de despejo” e a Prefeitura como a “sala de visitas”, fica escancarado o contraste entre quem está no centro do domínio

e do controle (GARLAND, 2017) e quem está na periferia, o bode expiatório (YOUNG, 2002), a quem são imputados todos os males da sociedade.

Na década de 1960, em um país pós-escravocrata, uma mulher negra que lê, escreve, publica e produz uma obra literária em primeira pessoa, relatando o que é ser moradora do “quarto de despejo” de São Paulo incomoda leitores, críticos literários, escritores e demais pessoas da chamada elite (SOUZA, 2017), pois evidencia as violações de seus Direitos Fundamentais pelo Estado, sobretudo quando descreve posturas de políticos corruptos. Sob as lentes de Souza (2017), as vivências de Carolina são resultantes de um processo orquestrado, onde há “a produção de uma ralé de inadaptados ao mundo moderno” (SOUZA, 2017, p.51), pessoas excluídas que herdaram todo o ódio e desprezo, além de uma limitação de sua capacidade de defesa.

Nesse contexto, Lélia Gonzalez (2020) questiona o papel da mulher negra nesta sociedade “Em suas análises acerca das representações sobre mãe preta e mucama, doméstica e mulata, destacava-se a questão dos estereótipos em torno da mulher negra que limitavam seu lugar na sociedade” (GONZALES, 2020, p. 19). Esses papéis são bem conhecidos de Carolina, uma vez que trabalhou como babá, empregada doméstica... sempre em situação de subalternidade, onde, muitas vezes, as patroas acordavam um valor, mas, na hora do pagamento, lhe entregavam menos que o estipulado. Quando a autora engravidou, não pôde mais trabalhar como doméstica, encontrando abrigo somente na favela do Canindé, onde precisou catar papéis todos os dias para sobreviver e sustentar os filhos.

Na obra, fica evidente que ela tem consciência que seu trabalho é mal remunerado e não lhe dá direitos como auxílio doença, aposentadoria e direitos inerentes a trabalhadores com carteira assinada, por isso a indignação com os lixeiros, que, na visão dela, já têm emprego formal, farmácia, médicos e, apesar de terem tudo isso, ainda tiram seu “ganha pão” ao recolherem antes dela o material de reciclagem mais pesado e que valeria mais. Em seus escritos, ela também deixa evidente sua consciência de raça:

29 de dezembro

[...] Quando eu ia na rua Pedro Vicente, o guarda do depósito chamou me e disse-me para eu ir buscar uns sacos de papel que estavam perto do rio.

[...] Fiquei horrorizada vendo o arroz podre. Contemplei as traças que circulavam, as baratas e os ratos que corriam de um lado para o outro.

Pensei: porque é que o homem branco é tão perverso assim? Ele tem dinheiro, compra e põe nos armazéns. Fica brincando com o povo igual gato com rato (JESUS, 2014, 137).

No momento em que ascende profissionalmente, com o apoio do jornalista Audálio Dantas, Carolina é constantemente discriminada por ser uma mulher negra e pobre, não sendo bem aceita na “sala de visitas” de São Paulo. Ela muda para a tão desejada casa de alvenaria, todavia, é hostilizada pelos novos vizinhos, pelos moradores da favela do Canindé e pela elite, que não a considerou escritora, segundo eles, ela estava mais para um “ser exótico” que surgira no meio literário.

A autora narra, portanto, uma sequência de violações a direitos sociais, como moradia, saúde, alimentação, trabalho e previdência social. Questões

que, no contexto atual, refletem diretamente no direito constitucional à Segurança Pública, uma vez que políticas de Direita têm limitado investimentos nestas questões (Reforma da Previdência, PEC do teto de gastos...) e políticas de ambos os espectros têm intensificado ações punitivistas, como a Lei de Drogas, que aumentou vertiginosamente o número de pessoas negras, pobres e semianalfabetas no interior das prisões brasileiras, que estão tomadas por facções.

### **Considerações finais**

A pretensão de se investigar violências interseccionais por intermédio da Literatura negro-brasileira de Carolina Maria de Jesus teve por objetivo mostrar que não é só no cânone literário, falocêntrico, heteronormativo, que a violência está explícita. A análise político-jurídica de gênero, raça e classe auxilia na compreensão do sofrimento perpetrado institucionalmente contra mulheres negras, que são alvo central de violências no país, sejam estas físicas, patrimoniais, sexuais, psicológicas ou estruturais.

### **Referências Bibliográficas**

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29/06/2022. P. 177.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



OXFAM. *Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas*. Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>>. Acesso em: 18 set. 2022.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, 2017.

## **A ESCRIVÊNCIA DE CONCEIÇÃO EVARISTO: ALGUNS SENTIDOS PEDAGÓGICOS HISTÓRICO-CULTURAIS**

Maria Eduarda de Moraes Torres<sup>1</sup>

Maria Valéria Barbosa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho busca apresentar reflexões da pesquisa ainda em curso "A escritvência de Conceição Evaristo e o ensino-aprendizagem de Sociologia para as juventudes: a produção intelectual de mulheres afro-latino-americanas na escola". Nesse momento, uma pesquisa bibliográfica sobre a escritvência possibilitou entendê-la como um projeto estético-político e epistêmico, primeiro cunhado por Evaristo para refletir seu próprio fazer e o discurso literário das mulheres negras no Brasil e, também, nutrido por escritores(as) e pesquisadores(as) que, em concordância e a partir das possibilidades deste projeto, discutem as dinâmicas de silenciamento coloniais e patriarcais que afetam as mulheres negras e o povo negro brasileiro. A partir disso, alguns possíveis sentidos sobre o lugar de jovens estudantes negros(as) da escola pública no projeto escritviente foram indicados.

**Palavras-chave:** Escritvência. Juventudes negras. Escola.

**Financiamento:** Bolsa de Iniciação Científica, processo nº 2021/04637-0, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Este trabalho busca apresentar reflexões da pesquisa ainda em curso "A escritvência de Conceição Evaristo e o ensino-aprendizagem de Sociologia para as juventudes: a produção intelectual de mulheres afro-

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Unesp de Marília com bacharelado em andamento. E-mail: m.torres@unesp.br.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. Professora da Graduação e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Mestrado de Sociologia em Rede Nacional (Profsocio) da Unesp de Marília. E-mail: valeria.barbosa@unesp.br.

latino-americanas na escola". Nesse momento, uma pesquisa bibliográfica sobre a escrevivência possibilitou entendê-la como um projeto estético-político e epistêmico, primeiro cunhado por Evaristo para refletir seu próprio fazer e o discurso literário das mulheres negras no Brasil e, também, nutrido por escritores(as) e pesquisadores(as) que, em concordância e a partir das possibilidades deste projeto, discutem as dinâmicas de silenciamento coloniais e patriarcais que afetam as mulheres negras e o povo negro brasileiro.

A perspectiva estética se exprime para além da especificidade da ficção de Evaristo (OLIVEIRA, 2009) e corresponde a intenção da autora de apontar um discurso literário coletivo de mulheres negras, "[...] que, ao erigir as suas personagens e histórias, o faz diferentemente do previsível pela literatura canônica, veiculada pelas classes detentoras do poder político-econômico." (EVARISTO, 2009, p. 19). A literatura afro-brasileira e a escrevivência, produzida a partir de uma subjetividade negra e feminina, apresenta-se na análise de Evaristo como uma tendência contra hegemônica, se diferenciando da literatura canônica por múltiplas diferenças textuais e ideológicas, que não deixam de se aliar ao Movimento Negro ao apresentar uma fala "afirmativa do mundo e das coisas culturais africanas e afro-brasileiras" (EVARISTO, 2009, p. 25). Além disso, é possível notar o aspecto político da escrevivência pela autora apontar a dupla condição socialmente subalternizada, de gênero e étnico-racial, e indicar como o "assenhorar-se 'da pena'" realizado pelas mulheres negras subverte o lugar branco e masculino de autor da literatura canônica e as imagens

produzidas por esta autoria. Nesse movimento da autoria negra e feminina "Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida" (EVARISTO, 2020, p. 223). Outros trabalhos ainda estendem o significado da escrevivência, colocando-a em relação às injustiças epistêmicas na literatura. Silva (2020) aponta um sentido de denúncia presente na escrevivência em relação aos desafios de atuação de determinados sujeitos sociais como sujeitos epistêmicos, ou seja, sujeitos que podem "transmitir conhecimento a partir da palavra" (SILVA, 2020, p. 02). Sendo assim, é possível entender a escrevivência como um projeto estético-político e, também, epistêmico. Essa discussão aponta para reflexões sobre o conhecimento e suas diversas dinâmicas sociais - a sua produção, a recepção e a própria legitimidade de determinados saberes (SILVA, 2020). Silva (2020) tece uma leitura sobre a escrevivência e injustiças epistêmicas na literatura brasileira como, por exemplo, a ausência de autores(as) negros(as) no cânone literário. No entanto, a discussão não se restringe a isso. Silva destaca que Anderson (2012), em "Epistemic justice as a virtue of social institutions", aponta para uma relação estrutural entre a perpetuação de injustiças epistêmicas e a falta de acesso de determinados grupos sociais a recursos educacionais. Assim, apresenta-se uma relação entre o conhecimento e suas condições sociais de produção, permitindo uma análise sobre injustiças epistêmicas em um nível estrutural. Em diálogo com a discussão sobre a incapacidade de exercer o que Anderson (2012) chama de "agência epistêmica" (SILVA, 2020), Boaventura de Sousa Santos apresenta uma análise sobre as relações históricas e sociais que produzem

entraves para a realização epistêmica dos sujeitos. Para Santos (2013), o epistemicídio faz parte da lógica do sistema capitalista, colonialista e heteropatriarcal. Sueli Carneiro (2005), a partir do conceito de Santos, reflete sobre essas dinâmicas na realidade brasileira, sobretudo para a população afrodescendente. A filósofa discute a relação entre a negação de uma educação de qualidade e como isso atinge de maneira particular estudantes negros(as) e pobres no contexto brasileiro. O epistemicídio, por essa perspectiva, também ocorre pelo "rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo." (CARNEIRO, 2005, p. 97). Esses processos discriminatórios, enquanto processos sociais, estão presentes na instituição escolar e podem ter múltiplas facetas. Como exemplos, nota-se ainda o desafio de concretizar a presença de diálogos sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas, enfatizado pela lei 10.639 de 2003. Além disso, é preciso ressaltar que os maiores índices de evasão e abandono escolar são de meninos negros, o que se relaciona com a maneira como são percebidos pela instituição escolar e seus agentes, como os(as) professores(as). A pesquisa de Carvalho (2005) explora a percepção de professoras e de estudantes acerca do pertencimento racial e do desempenho escolar e indica "[...] a presença de uma associação, no quadro de referências utilizado pelas professoras para avaliar as crianças, entre um tipo de masculinidade negra e o baixo desempenho na aprendizagem." (CARVALHO, 2005, p. 94). Em relação aos jovens estudantes, sobretudo jovens negros, é ainda preciso refletir sobre

como isso se relaciona à percepção social de que a juventude é problema (ABRAMO, 1997). Essas relações complexas e a negação do lugar de sujeito social ao estudante jovem fazem com que, muitas vezes, alunos(as) não vejam sentido na instituição escolar, o que também contribui para uma não concretização de uma educação de qualidade e, conseqüentemente, para a perpetuação dos entraves a uma agência epistêmica dos(as) educandos(as). Nesse sentido, é possível traçar uma relação entre o processo educacional e a lógica do epistemicídio. A escrevivência como um projeto com um sentido político e epistêmico toma o processo da escrita e da (auto)representação como um direito. Com isso em vista, é possível pensar no lugar de jovens negros(as) estudantes da escola pública neste projeto, considerando o silenciamento como uma das ferramentas do epistemicídio, que além de desvalorizar saberes e literaturas, também pode assumir a forma de uma negação de educação de qualidade. Dessa maneira, pode-se pensar que um ensino-aprendizagem escreviente deve contribuir para a realização dos educandos(as) como agentes epistêmicos. A escola, nesse sentido, assume uma centralidade contraditória. Ao mesmo tempo que é repleta de desafios, como a (re)produção de desigualdades de gênero, étnico-raciais e de classe, também é um espaço formativo da juventude na modernidade. Santos (2013, p. 137) aponta que "A teoria crítica pós-moderna é afirmativa em que a busca incessante de alternativas se dá pela via de reciclagem das realidades." (SANTOS, 2013, p. 137). Nesse sentido, o processo de reciclagem de realidades pode ser pensado para o ambiente escolar, apostando em reinvenções possíveis, mesmo que limitadas, para o

desenvolvimento de um ensino-aprendizagem que atue contra o epistemicídio. É preciso pensar a crítica sobre a normatividade do espaço escolar, seus limites e suas características contraditórias sob a ótica de que não oferecer as condições necessárias para uma formação de qualidade, ou pelo menos buscar caminhos possíveis nesta instituição, implica um resígnio aos limites latentes da concretização da (auto)representação e presença de sujeitos negros(as) em diversos campos do saber como o literário e científico, e nos espaços sociais privilegiados de produção deste saber, como a universidade. As possibilidades do ambiente escolar também se ampliam ao pensar que, para Vigotski, a atividade de aprender é uma atividade criadora, que estimula a ressignificação de identidades e sentidos (PINHEIRO, 2019). Nessa ótica, a relação de ensino-aprendizagem é o contrário do silenciamento de sujeitos sociais, que expulsa, tanto na ciência como na educação, as "comunidades argumentativas" subalternizadas e seus saberes. O ensinar e aprender, assim, é sempre uma troca ativa, cognitiva e afetiva entre sujeitos, que se constituem a partir de suas experiências sociais ou de suas vivências. Assim, a escrevivência pode estar presente na escola não só a partir dos textos de Evaristo, mas com sentidos pedagógicos mais amplos, até mesmo como um projeto estético-político e epistêmico e, talvez pedagógico, para repensar as relações de educadores(as) e educandos(as), evidenciando o lugar do jovem estudante como sujeito social, em particular, de jovens negros(as).

## **Referências Bibliográficas**

ABRAMO, H. W. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil." *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez, Nº 6, 1997.

ANDERSON, Elizabeth. "Epistemic justice as a virtue of social institutions." *Social Epistemology*, v. 26, n. 2, p. 163-173, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. Tese de doutorado.

CARVALHO, Marília. "Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos." *Rev. Bras. Educ.* (28), 2005.

EVARISTO, Conceição. "Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face." In: SCHNEIDER, Liane; MOREIRA, Nadilza Martins de Barros (org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia: Editora do CCTA, 2020. 2ed. p. 219-229.

EVARISTO, Conceição. "Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade." *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25. p. 17-31, 2009

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "A "escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo." *Resenhas • Rev. Estud. Fem.* 17 (2), 2009.

PINHEIRO, Adalberto Vitor Raiol. "Escrevivência e rotas de cultura: ações pedagógicas dialógicas e histórico-culturais." *Revista brasileira de educação, cultura e linguagem*, v. 3, n. 6, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Auda Ribeiro. "'Escrevivências" Para além de um conceito uma questão de injustiça epistêmica na literatura." *Anais do I SIELLI e XIX Encontro de Letras*, v. 1, n.1, 2020.



# RODA DE CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ÁFRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA<sup>1</sup>

Rafaella Sthefany Pereira Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** A roda de conversa sobre educação antirracista e África ocorreu com o intuito de apresentar aos docentes a importância de um sistema educacional antirracista na formação do estudante negro. Além disso, enfatizou a urgência de resgatar a ancestralidade como ferramenta de emancipação desses discentes. Após os momentos de troca de experiências e reflexões sobre os temas, notou-se que os docentes conseguiram absorver os assuntos abordados, bem como aproveitaram o momento para tirarem dúvidas e perguntarem sobre estratégias de ação.

**Palavras-chave:** Roda de conversa; Educação antirracista; Ancestralidade.

## Introdução

Compreende-se que a inferiorização dos negros está diretamente ligada a desumanização das culturas africanas. Com isso, é primordial resgatar a importância tanto do pensar quanto do filosofar africano para que haja uma reconstrução identitária da população negra. Partindo dessa premissa, observa-se a importância de implementar, nas escolas, uma educação antirracista e ancestral. Entendendo isso, a discente Rafaella Sthefany Pereira Araújo propôs a realização da Roda de Conversa sobre Educação Antirracista e África para professores do ensino fundamental. Tal

---

<sup>1</sup> Apoio: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Discente do curso de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Formação de Agentes Antirracista na Educação e Sociedade. Email: rafaellasthep@gmail.com

projeto possui o objetivo de estudar e refletir sobre a importância da educação antirracista e a urgência do resgate da ancestralidade nas salas de aulas.

## **Metodologia**

O presente estudo baseia-se em um relato de experiência da discente do curso de extensão: Formação de Agentes Antirracistas na Educação e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), quanto aos desdobramentos do projeto: Roda de Conversa sobre Educação Antirracista e África, que ocorreu no dia 17 e 18 de novembro de 2021, ministrado pelo Professor Diomário da Silva<sup>3</sup> e mediado pela discente organizadora, com a presença de 10 professoras do ensino fundamental, do município de Itapetinga-Bahia. Para esse projeto, foi escolhida a metodologia de roda de conversa, por permitir uma troca de saberes experienciais entre os docentes que estão participando, de maneira não hierárquica, onde todos possuem o poder da fala para compartilhar experiências (SILVA, 2020).

## **Resultados**

No primeiro dia de evento com a temática: “Por que trabalhar uma educação antirracista na sala de aula?” foram discutidos com os professores a questão do racismo velado. O docente convidado apresentou o documentário “Dudú e o Lápis Cor da Pele” e mostrou a dificuldade de muitos

alunos de se enxergarem, por exemplo, nos materiais didáticos e na mídia. Por conta dessa falta de representatividade eles não conseguem ter referências positivas e assim são invisibilizadas pelo sistema educacional. Tendo isso em vista, Gonzalez (2018a), aponta que o sistema de ensino destila termos racistas em, por exemplo, livros didáticos e atitudes de docentes, e por conta disso, ao longo desse processo a criança não se reconhece mais enquanto negra. Nessa perspectiva, nota-se como a estrutura educacional é carregada de metodologias colonizadas que descaracterizam tanto os negros ao ponto deles não se entenderem como tal, ou seja, a falta de representatividade corrobora para perpetuação do padrão, que é branco.

Depois dessa problematização, a professora F comentou que estava passando por uma situação difícil dentro da sala de aula pelo fato de ter escutado “brincadeiras” de cunho racista de alguns alunos e após isso perguntou sobre estratégias e materiais que poderiam ser utilizados para intervir nesses episódios. Como resposta, o docente comentou a importância de quebrar, gradualmente, esse racismo sistematizado utilizando, por exemplo, materiais antirracistas, introduzindo a temática nas aulas e também conversando com os pais sobre o assunto.

Após essa fala, surgiu a última temática do primeiro dia de evento, que foi sobre a necessidade de tirar a imagem inferiorizada que os alunos negros carregam para que assim consigam construir uma identidade racial positiva. Ou seja, foi abordado e entendido pelos professores durante a roda, que é preciso mostrar para os discentes negros que eles possuem qualidades e

que são importantes, pois assim irão conseguir aceitar a negritude. Nesse viés, Gonzalez (2018a, p. 70) corrobora com essa fala ao dizer que “[...] a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes”. Esses estigmas que as crianças negras carregam desde cedo a colocam no lugar de inferior em relação às outras crianças. Sabendo disso, nota-se a urgência de implementar medidas que ajudem esse aluno a desenvolver uma concepção positiva do ser negro.

No segundo dia o tema abordado foi “Nossos passos vêm de longe: o estudo de África na luta contra o racismo”. Ao entrar nessa temática o professor convidado trouxe uma perspectiva de uma África diferente da que é tratada nos livros didáticos e na mídia. Ao longo da apresentação foram mostrados os Impérios de Gana, Mali e Axum, o Egito e as inteligências daquele povo, a rica arquitetura do continente, os grandes reis e rainhas e as tecnologias dos países na atualidade. Ao trazer essa nova realidade ele tenta mostrar que apresentar a verdadeira África para as crianças contribui na ruptura do pensamento colonizado que exalta o branco e inferioriza tudo que vêm da população negra. Pensando nisso, Gonzalez (2018b, p. 295) argumenta que, “um dos modos mais eficazes de dominação, utilizados pelas classes dominantes brancas têm sido o de estabelecer uma relação direta do termo “negro” com tudo aquilo que é mau, indesejável, feio, sujo, sinistro, maldito, etc.”.

Desse modo, nota-se que a inferiorização dos negros, que ocorre desde o processo de colonização, surge como uma ferramenta de

dominação utilizada pelos brancos para manter-se no poder. Com isso, o mecanismo de apresentar uma nova perspectiva de África irá mostrar para os alunos que essa relação entre o “negro” e os atributos negativos, é completamente errônea. Assim o docente convidado acrescentou mais uma vez a necessidade de buscar a ancestralidade por meio, por exemplo, da cultura, brincadeiras e culinária para construir caminhos que rompam com esse racismo enraizado. Partindo dessa premissa apresentada, pode-se dizer também que a ancestralidade africana é imprescindível na luta antirracista, tendo em vista que essas heranças direciona a educação brasileira a uma radical crítica e autocrítica, além de incentivar a criação de espaços filosóficos, pedagógicos, éticos e políticos que tenha o intuito de potencializar a vida e o pensamento na procura de um mundo mais diverso, com menos violência e mais acolhedor (NASCIMENTO, 2016).

Por fim, a professora, do ensino fundamental II, M.S, perguntou como utilizar a temática de África e o estudo antirracista para além das disciplinas de história e geografia. Em resposta, o educador propôs a atividade "Dicionário do desuso", que seria um dicionário construído pelos próprios alunos com palavras que são pejorativas, desse modo, os estudantes iriam colocar na dinâmica às suas experiências e a partir disso a turma toda saberia palavras que devem ser evitadas e que causam dor. Ao fazer essa atividade, o docente de história já poderia inserir a contribuição da matéria de português que ajudaria nesse processo.

## **Conclusão**

A roda de conversa mostra, por meio das trocas de experiências, a necessidade de uma educação antirracista, bem como apresenta a urgência de integrar saberes ancestrais dentro de todos os aspectos que envolva o aprendizado. Desse modo, nota-se que o evento proporciona aos docentes um estudo “escurecido” sobre as temáticas juntamente com reflexões sobre a relevância de implementar a educação antirracista e ancestral como forma de dar autonomia e autoestima para os alunos negros. Portanto, observa-se que o projeto alcança o objetivo geral quando consegue abordar as temáticas dos encontros de tal forma que os professores se sintam confortáveis para relatar experiências em sala de aula.

### **Referências Bibliográficas**

DÚDÚ E O LÁPIS COM DE PELE. Direção: Miguel Rodrigues. Produção: Cinema na Veia Produções - Take a Take Films. Youtube. 19:03 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB\\_8b77U](https://www.youtube.com/watch?v=-VGpB_8b77U). Acesso em: 20 de setembro de 2022.

GONZALEZ, L. “Cultura, etnicidade e trabalho.” In: GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018a, p. 54-76.

GONZALEZ, L. “Odara Dudu: Beleza Negra.” In: GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018b, p. 295-297.

NASCIMENTO, W. “Tecendo mundos entre uma educação antirracista e filosofias afrodiáspóricas da educação.” In: KOHAN, W; LOPES, S; MARTINS, F. (Orgs.). *O ato de educar em uma língua ainda por ser escrita*. Rio de Janeiro: NEFI, 2016.

SILVA, Ana Tereza Vital. *Roda de conversa como metodologia para partilha de saberes docentes*. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

## FEMINISMOS AFROLATINOAMERICANOS

## **A CONFIGURAÇÃO DA MULHER NA OBRA ROMANESCA *PEDAÇOS DA FOME* DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Alvino Mateus dos Santos Araújo (UFPI)<sup>1</sup>

Cristiane Viana da Silva Fronza (UFPI)<sup>2</sup>

Lisa Sthefanny Rodrigues da Silva (UFPI)<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho versa sobre a obra romanesca *Pedaços da fome*, de Carolina Maria de Jesus, publicada em 1963. Esse estudo objetivou analisar a figura feminina, sobretudo na sociedade contemporânea, e as mazelas que as cercam, refletindo sobre a hipocrisia através da qual uma minoridade indiferente e distante dos problemas humanos se enriquece mediante a fome e a miséria generalizadas, assim como os conflitos inerentes. Carolina Maria de Jesus apresenta ao público leitor, através dessa obra, uma configuração feminina aparentemente submissa em uma sociedade baseada nas prerrogativas do patriarcado. Igualmente, a referida autora aborda sobre os diversos papéis sociais desempenhados pela representação da mulher no corpus. A presente perquisição fez uma análise voltando a atenção para a configuração feminina Maria Clara, no seu papel social de mulher/filha, mulher/esposa, mulher/mãe e mulher/profissional, inquirindo o entrelace da expressão da interioridade ao desvelamento dos conflitos entre os indivíduos e desses com o mundo moderno, presumivelmente vazio de valores e abundante de arbitrariedades, além do choque entre a obediência, a imitação às performances instituídas historicamente como imanentes ao gênero feminino e a negação dessas posturas. Esse trabalho tencionou examinar a representação feminina no romance caroliniano, através de teóricas como Miranda (2013), Schwantes (2006) e Zolin (2005).

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Letras Português e Francês da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [alvinomlette@gmail.com](mailto:alvinomlette@gmail.com).

<sup>2</sup> Prof.ª Dr.ª da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [cristianevyanna@yahoo.com.br](mailto:cristianevyanna@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Letras Português e Francês da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [lisa.stefany55@gmail.com](mailto:lisa.stefany55@gmail.com).



**Palavras-chave:** Patriarcado. Representação. Feminina.

O corpus que fomentou esse estudo foi a obra romanesca *Pedaços da fome* (1963), de Carolina Maria de Jesus, tendo o presente trabalho como intento analisar a figura feminina Maria Clara, arquétipo feminino, supostamente, enraizado na sociedade como modelo subjugado pela dominação do patriarcado. Consoante Bourdieu (2009), a dominação do masculino sobre o feminino afirma que o fato está vigente no processo diacrônico histórico do ser humano. Para o autor, a dominação do homem sobre a mulher é praticada por meio de uma violência simbólica, compartilhada impensadamente entre dominador e dominado, aprazado pelos esquemas práticos do habitus.

Nesse caso, ele acrescenta que: “O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma” (BOURDIEU, 2009, p. 49-50). É significativo apontar que, de acordo com a Butler (2011, p.18) a mulher foi mal e/ou sub-representada na literatura canônica. A autora afirma que o discurso feito pelo outro é continuamente uma interpretação e jamais cumpre representar na universalidade e com fidedignidade e, ainda, é feito com determinados propósitos, por exemplo, a

mulher configurada na literatura brasileira é subalternizada e silenciada, nesse sentido ela é submissa ao homem.

Assim, a circunstância da arte literária, até meados do século XX, tinha discursos imprescindíveis que circunscreviam espaços aforados de expressão e, conseqüentemente, emudecendo as produções declaradas "menores", resultantes de segmentos sociais "desautorizados", como as das minorias e dos/as marginalizados/as. Logo, o painel consentia, de um lado, a visibilidade das obras canônicas, a denominada "alta cultura", de outro, a obliteração da diversidade provinda das ópticas sociais marginais, que incluem mulheres, negros, homossexuais, não católicos, fâmulos, desempregados, entre outros (ZOLIN, 2005, p. 26).

Segundo Pureza (2017) a obra *Pedaços da fome* publicada em 1963 é antagônica em relação às outras produções de Carolina Maria de Jesus, pois, essa tem um enredo considerado tradicional, de caráter ficcional, a voz narrativa é, possivelmente, heterodiegética, cuja história tem como protagonista a representação feminina Maria Clara, filha de coronel, que, por causa do amor, é ludibriada e injungida a estanciar na cidade de Guarulhos, em um cortiço. Pureza (2017) assevera que é interessante, também, analisar as representações da fome e da escassez minuciadas na vida de Maria Clara (mulher/filha, mulher/esposa, mulher/mãe, mulher/provedora do lar). A fome é, provavelmente, considerada um objeto medular que assessoria não somente a tecer essa figura feminina, porém a tensionar informes da vida cotidiana dos desfavorecidos que habitavam a cidade de São Paulo.

É sabido que as temáticas sobre a fome e a miséria são tópicos significativos na composição literária caroliniana e, conseqüentemente, cidade e escassez calcorreiam unidas na narrativa. Nesse sentido, a fome mostra-se, talvez, como um tipo de recurso dual, assim sendo, ela pode ser uma assombração que circunda os relacionamentos sociais das personagens, apesar disso, sob outra perspectiva, ela é considerada uma ideia literária que ocasionalmente camufla outras relações sociais, diante disso, a figura feminina Maria Clara sempre que sentia fome e olhava sua mesa vazia lembrava que na casa de seus pais ela rejeitava a comida, bem como ela escolhia o que desejava comer.

Desse modo, tais momentos, configurados na obra romanesca caroliniana, rodeados pela fome e lembrança oportunizam o leitor perceber o arrependimento de Maria Clara no que concerne o casamento com Paulo. Para Miranda (2013) é provável analisar a obra caroliniana pelo prisma da representação feminina e sua experiência na província e na urbe, pois essa vivência gera caracterizantes divergentes no universo da protagonista, já que essa só conhecia a vida de luxo que o pai sempre a proporcionou. Schwantes (2006) afirma que a representação pode ser analisada pela ótica de denudar um objeto do que lhe é dispensável e preservar o que é basilar, de modo que ele consiga equilibrar-se a todos os objetos daquele espécimen.

Assim sendo, a representação feminina na literatura a partir do corpus traz à tona características gerais como o percurso existencial das mulheres, as perdas, nesse caso, de riquezas, sobretudo nos vínculos familiares. Além

de descobrir e sentir a miséria tanto no contexto de fome quanto a miséria social. Nessa sequência, o percurso metodológico foi bibliográfico e esse inclui ainda o levantamento de informações em revistas, coletânea crítica sobre a autora, artigos, ensaios, teses e dissertações de mestrados (impressos e virtuais). Isso porque pretende-se configurar melhor o universo da pesquisa, delimitar o estudo crítico acerca da representação feminina e a sua inserção no campo literário da literatura afrofeminina brasileira. É possível concluir que a obra caroliniana parece apresentar ao público leitor a desconstrução una de mulher e a produção de uma inaudita pluralidade que ela poderia gerar e que não fosse imperiosamente produto do bel-prazer daqueles que a representam, conquanto imbuída por resquícios da ordem patriarcalista.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013.

PUREZA, Fernando Cauduro. “Representações da fome: carestia e racialização na obra *Pedaços da fome*, de Carolina Maria de Jesus.” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 66, p.52-68, abr. 2017.

SCHWANTES, Cíntia Carla Moreira. *Dilemas da Representação Feminina*. OPSIS – Revista do NIESC–Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Culturais.

Dossiê Gênero e Cultura. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão.  
Catalão-GO, Vol. 6. 2006.

ZOLIN, Lúcia. Osana. "Crítica feminista." In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (orgs). *Teoria literária, abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2.ed. Maringá: UEM, 2005.

## **“A CRIANÇA OBEDECIA À MÃE PRETA” – A REPRESENTAÇÃO FEMININA NEGRA NA OBRA QUARTO DE DESPEJO DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Alvino Mateus dos Santos Araújo (UFPI)<sup>1</sup>

Cristiane Viana da Silva Fronza (UFPI)<sup>2</sup>

Lisa Sthefanny Rodrigues da Silva (UFPI)<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho faz uma análise acerca da representação das mulheres negras e mães, intituladas como “donas de casa”, retratadas na obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, publicada em 1960. Outrossim, a autora dá voz às mulheres que foram abusadas, apagadas de seu lugar de direito e esquecidas por uma sociedade que se apropria de sua força de trabalho e que posteriormente as descartam como objetos sem o mínimo valor, mais especificamente, o foco se voltará para as mães pretas, aquelas que cuidam dos filhos das brancas, por serem vistas como mães ideais. Ademais, a referida autora aborda sobre os diversos papéis sociais desempenhados pela representação da mulher no corpus. Carolina, no seu papel social de mãe e de mulher, que é retirada da posição de poder e colocada em uma posição de submissão, tratada como um lixo da sociedade, essa divisão que está tão marcada no capital social, nas atividades e no afastamento da mulher e no capital simbólico ligado aos prestígios do mundo moderno. Portanto, esse trabalho tencionou examinar a representação feminina negra na obra diarística caroliniana, através de teóricas como Segato (2009), Bourdieu (2007) Kilombo (2019), entre outras e outras.

**Palavras-chave:** Literatura de autoria feminina. Representação feminina. Quarto de despejo. Carolina Maria de Jesus

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Letras Português e Francês da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [alvinomlette@gmail.com](mailto:alvinomlette@gmail.com).

<sup>2</sup> Prof.ª Dr.ª, da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [cristianevyanna@yahoo.com.br](mailto:cristianevyanna@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Letras Português e Francês da Universidade Federal do Piauí, Brasil. E-mail: [lisa.stefany55@gmail.com](mailto:lisa.stefany55@gmail.com).

O corpus que deu origem a esse estudo tem embasamento na obra *Quarto de despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, tendo o presente trabalho como intento analisar a figura feminina negra e seu papel social de mãe, nesse sentido, foram analisados em seus relatos diários as visões sobre as condições das pessoas que sobrevivem em favelas, partindo disso, o intuito é analisar a condição da mulher/mãe negra que, durante a escravidão, foi violentada e compelida a amamentar os filhos da mulher/mãe branca. Consoante Segato (2021), “por um lado a mãe biológica e jurídica apresentada como uma só, e, por outro lado, as amas de leites, que durante todo um período colonial do século XIX foi usada para amamentar os filhos de suas senhoras” (SEGATO. 2021, p. 226). Segundo Costa (2002, p. 301-323), durante a escravidão da mulher negra, aconteceu o que ela denomina de “maternidade transferida”, que é a delegação dos papéis domésticos a outras mulheres, atribuindo mútua responsabilidade as lutas feministas, afirmando uma desigualdade de poder e classe. A mulher, de acordo com os postulados de Bourdieu (2007), é colocada sempre no espaço da cozinha para que ela seja “a rainha do lar”, já que sua função social é de doméstica, esposa e mãe (ou seja a reprodutora). O autor, Bourdieu, ainda acrescenta sobre a posição do feminino, esse vigente no processo diacrônico histórico do ser humano, a dominação do homem sobre a mulher é construída sobre uma ordem social que coloca em uma posição inferioridade e submissão, ligados aos seus corpos e a uma realidade social em que é imposta, como representado em seu esquema “sinóptico das oposições pertinentes” (BOURDIEU, 2007, p. 19). Nesse caso, Bourdieu (2007)

ainda acrescenta que: “O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos ‘habitus’ e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma” (BOURDIEU, 2007, p. 49-50). É significativo dizer que, as mulheres negras cuidadoras de suas senhoras e de seus filhos, sucedem o papel de escravas, se tornam mães, e por muitas vezes são afastadas de seus filhos, é essencial salientar que essas crianças são escravizadas e as mulheres negras grávidas eram mais valorizadas no tráfico interno, pois geravam mão de obra jovem e “saudável”, e as amas de leite, a maternidade era negada. “O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão” (FREYRE, 2003, p 206), assim, as mulheres negras são postas em uma nova posição, mães das crianças brancas, relata Freyre (2003), já que por muito tempo elas receberam tratamento diferenciado, e há aqui uma das hipóteses que cerca um costume português e se estabeleceu em terras brasileiras, as senhoras ricas não amamentavam seus filhos para preservar a integridade de seus corpos. Partindo desse fato, Carolina Maria de Jesus relata, em sua obra Quarto de despejo, que “antigamente eram os pretos que criava os brancos” (CAROLINA, 1960, p. 21), portanto, é inegável que após muito tempo de abuso as mulheres negras ainda passam por uma nova discriminação, como relata Segato (2021), a ama de leite que cria e amamenta a criança desde seu



nascimento é transformada na mais terrível figura transmissora de enfermidades, (SEGATO, 2021, p. 228). Freyre (2002) afirma que a criança desenvolvia uma afetividade pela “ama de leite”, mulheres negras, escravizadas e postas para cuidar e amamentar os filhos das senhoras brancas, o autor argumenta que as crianças recebiam todos os “jeitos negros” que significa, ou seja, portavam-se com as mesmas maneiras e crenças, modos esses banalizados pelos colonizadores, “recebeu também nos afagos da mucama a revelação de uma bondade porventura maior que a dos brancos; de uma ternura como não a conhecem igual os europeus; o contágio de um misticismo quente, voluptuoso, de que se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação, a religiosidade dos brasileiros” (FREYRE, 2003, p. 227). Carolina, em seu diário, relata que existe uma inversão no olhar da criança sobre a sociedade e quem os cria, nesse sentido, ela expõe em seu diário que Vera não irá trocá-la por uma mãe branca, “Mostrei-lhe os sapatos, ela ficou alegre. Ela sorriu e disse-me: que está contente comigo e não vai comprar uma mãe branca” (CAROLINA, 1960, p. 57). Nesse sentido, o poder do patriarcado sobre as diferentes classes sociais, gênero, idade, demonstra forte influência no desenvolvimento das crianças e das famílias, que é fruto de um desenvolvimento histórico, esse “Desenvolvimento histórico”, como relata Segato (2021), retirando da mãe preta a obrigação de cuidar dessas crianças e “transferindo o trabalho escravo a um trabalho não remunerado ou mal remunerado da menina como mãe substituta, alvorecer de uma economia reprodutiva própria do espaço doméstico” (SEGATO 2021, p. 229). Nessa sequência, o percurso metodológico foi bibliográfico e esse

inclui ainda o levantamento de informações em livros, críticas sobre o período colonial, artigos, ensaios, teses e dissertações de mestrados (impressos e virtuais). Isso porque pretende-se configurar melhor a representação feminina mãe/negra e a sua inserção na sociedade e seu grande papel na formação e criação de muitas das crianças brasileira. Nesse trabalho, com o intuito de demonstrar o importante papel da mulher negra na construção e desenvolvimento da nossa sociedade e de desmitificar expressões que são criadas pelos higienistas como “Mãe só tem uma”, expressão essa que propagada com o intuito de apagar o papel das mães pretas que doavam seu amor e afeto, humildade e maternidade as crianças brancas, consoante, Segato (2021) “A expressão de ódio, opõem-se as de apreço dirigidas ao seio materno, branco e limpo, ao seio recomendado, agora, da mãe-senhora” (SEGATO 2021, p. 229). É possível concluir que, a obra diárística caroliniana nos demonstra o forte impacto das posições da mulher negra e da sua constante luta para criar seus filhos e combater o racismo, dentro de uma sociedade que às enxergas como seres inferiores e indignas de respeito.

### **Referências Bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, tradução Maria Helena Kühner. 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COSTA, Suely Gomes. “Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva.” In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 2. pp. 301-323. Julho, 2002. Brasil.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. São Paulo : Global, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.

Kilomba, Grada. *Memórias da plantação -Episódios de racismo cotidiano*. tradução Jess Oliveira. 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Tradução Danielli Jatóbá, Danú Gontijo.1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

## CAROLINA MARIA DE JESUS E SUAS TRANSFIGURAÇÕES EM QUARTO DE DESPEJO

Ângela Viana de Sousa Silva (UERN)<sup>1</sup>  
Sebastião Marques Cardoso (UERN)<sup>2</sup>

**Resumo:** *Quarto de despejo*, publicado em 1960, torna visível, para o Brasil e para o mundo, a escritora Carolina Maria de Jesus. O *diário de uma favelada* explicita a situação de miséria dos ocupantes da favela do Canindé, às margens do rio Tietê, no estado de São Paulo em dois períodos distintos nos quais podemos identificar forma e conteúdo díspares. Diarizado a partir das observações que Carolina anotava sobre os movimentos de idas e vindas dos moradores da comunidade em que habitava, seu *Diário* acabou se tornando um *best seller* e objeto de transfigurações não apenas para sua autora como para a sua comunidade. Nossa proposta tem como objetivo expor algumas das transfigurações de Carolina Maria de Jesus na obra em análise, assim como apresentar resultados positivos não só para ela, mas também para os demais jornalista e editores que publicaram seu *Quarto*.

**Palavras-chave:** Jornalista; Favela; Diário; Miséria.

Este estudo tem a intenção de apresentar transfigurações de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo* (1960) a partir de seus deslocamentos, de suas ações e de suas observações. Temos como objetivos expor a influência do jornalista Audálio Dantas para a escrita do *best seller* de Carolina; contrapor o título “patética cinderela” dado a Carolina pelo jornalista; desmistificar a “descoberta de Carolina por Audálio Dantas” para

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado) da Universidade do Estado Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: [angelaviana@alu.uern.br](mailto:angelaviana@alu.uern.br).

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: [sebastiaomarques@uern.br](mailto:sebastiaomarques@uern.br).

uma melhor compreensão das transfigurações carolinianas, a partir do momento em que a moradora da rua A, barraco número 09 realizou seu sonho ao sair da favela do Canindé, situada às margens do rio Tietê, no estado de São Paulo e passou habitar a tão sonhada casa de alvenaria, localizada à Rua Antônio Agu, 833, cedida por um amigo muito rico, morador de Osasco, o Sr. Antônio Soeiro Cabral (CASTRO, 2007). Esse fato está situado no ano de 1960, início de uma década de uma transição entre o velho e o moderno; de grandes transformações industriais e econômicas. Nesse cenário, Carolina se coloca em seu texto como uma protagonista que, a partir de seus movimentos de idas e vindas, une seu mundo, sua história ao mundo ficcional, poético, romântico a transfigurações que lhe foram acontecendo de forma célere. Um exemplo de sua linguagem poética, encontramos quando ela escreve que "...A noite está tépida. O céu está salpicado de estrelas. Eu que sou exótica gostaria de recortar um pedaço do céu para fazer um vestido" (JESUS, 1960, p. 28). No entanto, esse momento poético é interrompido porque Carolina relata a sua realidade: "Começo a ouvir uns brados. Saio para a rua. É o Ramiro que quer dar no senhor Binidito. Mal entendido" (JESUS, 1960, p. 28). Sem negar o seu passado, mas rejeitando o seu presente, Carolina projeta o seu futuro por meio da escrita de seu livro-diário com descrições da favela do Canindé. Em suas descrições, ela conta com detalhes a vida infausta dela e dos moradores da comunidade favelada. Com ar de superioridade, ela narra detalhes da intimidade de seus vizinhos. Tem ainda poder para julgá-los e condená-los. O ato de saber ler e escrever faz com que Carolina, de forma natural, se julgue melhor que os

demais moradores da favela. A escrita é seu vício e sua arma contra aqueles que a incomoda; é obrigatória e lhe propõe mudanças em sua forma de ser, pensar e agir. Mulher de poucas amizades (DANTAS, 2015), não se intimida com que os outros pensavam sobre ela. Ela própria se reconhece como negra, fedida, favelada, mãe solo e de vida sexual ativa e independente antes mesmo que os outros assim a qualifiquem. Esse reconhecimento de si mesma e de sua miséria faz com que Carolina resista ao sistema social, que mantém às margens da sociedade, os pobres ausentes da sorte. Carolina se recusa a aceitar a sociedade com seu sistema de regras e controles. Ela cria para si mesma um mundo de possibilidades que só será possível com a publicação de Quarto de Despejo. Com esse pensamento ela “já começa a escrever seus textos se sabendo em desvantagem, consciente de que precisa se legitimar enquanto escritora para poder construir uma representação de si mesma e daqueles que a cercam” (DELCASTAGNÈ, 2005, p. 69). Tinha em mente a necessidade de informar algo a alguém. Esse algo estava intrinsecamente relacionado à sua realidade e à realidade dos moradores da favela do Canindé. Da leitura de Quarto de despejo (1960), a impressão que fica é a de que todos são pessoas que fazem parte de sua realidade. No entanto, partir dos escritos diarísticos de 1958, depois que conheceu Audálio Dantas, temos a impressão de que as pessoas não são mais “tão reais”. Elas são agora personagens que dividiam a rotina juntamente com Carolina. Essa transfiguração na narrativa nos deixa intrigados e confusos. Isso ocorre porque o Diário ganha uma nova forma de narrar. Nos relatos de 1955 – antes de Audálio Dantas – tínhamos uma

narrativa “desinteressada”. Tem-se, a partir de 1958 – depois de Audálio Dantas – uma narrativa moldada aos interesses do jornalista (LEVINE, 2015). Embora as personagens sejam retiradas da realidade, suas histórias são contadas a partir de acréscimos dado pela interpretação de Carolina. Ela precisava escrever. Ela, como diz Dantas, se mostrara para ele. Sendo assim, ela não foi descoberta por ele; ele que foi encontrado por ela. Dantas foi também o responsável por editar e publicar, em forma de diário, os problemas que os moradores da favela do Canindé enfrentavam diariamente que foram narrados por Carolina. Tais narrativas causaram surpresa e estranhamento à sociedade da época. Era incômodo para as autoridades de São Paulo ter seus problemas tão explicitados por uma mulher negra semianalfabeta. Ao mesmo tempo em que Carolina apresentava sua “visão de dentro da favela”, em Quarto de despejo (1960), ela também cumpria uma tarefa que tinha sido atribuída a Audálio Dantas, ou seja, ele foi enviado à favela para fazer uma reportagem. De acordo com Dantas Carolina foi “transformada em uma patética Cinderela, saída do borralho, do lixo para brilhar intensamente sobre as luzes da cidade” (DANTAS, 1960, p. 4). Seguindo o pensamento dele, podemos considerá-lo como um patético Príncipe, saído do anonimato – depois que encontra o “sapatinho de cristal” da “patética Cinderela” – para aparecer ao lado da Cinderela e retirar dela seu “sapatinho de cristal”. Constantemente, ao pesquisar sobre os vários trabalhos relacionados ao Quarto de despejo (1960) e seu imenso sucesso, lemos a seguinte pergunta: Haveria Carolina sem Audálio? Por que não se pergunta: Haveria Audálio sem Carolina?

Vincular a existência literária de Carolina a Audálio é também colocar em questionamento/dúvida a intelectualidade de Carolina no cenário literário da época. É de certa forma, sugerir o assassinato literário de Carolina. No entanto, para que ela fosse visibilizada e legitimada como escritora, foi preciso que uma voz masculina ecoasse para que, de fato, a voz, a escrita, a presença de Carolina fossem validadas. Esse tipo de validação/legitimação confirma o pensamento de bell hooks (2015) ao afirmar que se as mulheres negras, ainda que de classe média – não é o caso de Carolina – tivesse “começado um movimento em que designassem a si mesmas como ‘oprimidas’, ninguém as teria levado a sério” (p. 199). Devemos compreender e repensar a importância desse jornalista para o sucesso de Carolina. Acreditamos que a busca incessante de Carolina a levaria ao sucesso com ou sem Audálio Dantas. A metodologia para alcançar os resultados para este estudo se deu por meio de estudos qualitativos e interpretativos realizados a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores. Chegamos à conclusão de que Carolina é a principal responsável pelo seu sucesso. Sorte de Adálio ter sido “descoberto” por ela e não o contrário.

### **Referências Bibliográficas**

CASTRO, Eliana de Moura. *Muito bem, Carolina!: biografia de Carolina Maria de Jesus*. Editor: Fernando Pedro da Silva. – Belo Horizonte. C / Arte, 2007.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Entre fronteiras e cercado de armadilhas: problemas da representação na narrativa brasileira contemporânea*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2005.



DANTAS, Audálio. "A atualidade do mundo de Carolina." In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda), 1960.

DANTAS. "Depoimento de Audálio Dantas". In: MEIHY, JOSÉ Carlos Sebe Bom de; LEVINE, Robert (Org.). *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. p. 119-125.

HOOKS, Bell. "Mulheres negras: moldando a teoria feminina." *Revista Brasileira de Ciência e Política*, nº 16. Brasília, janeiro – abril de 2015, pp. 193-210.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Livraria Francisco Alves (Editora Paulo de Azevedo Ltda), 1960.

LEVINE, Robert M. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. 2ª Edição. Sacramento MG: Editora Bertolucci, 2015.

## FEMINISMO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À CONJUNTURA DA ELEIÇÃO BRASILEIRA DE 2022

Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se propõe a compreender as expressões feministas presentes no atual momento político das eleições de 2022 no Brasil. Objetivou-se compreender quais são essas expressões, se concretizam os anseios feministas, e, se coadunam aos princípios de emancipação feminina e extinção de toda forma de opressão. Analisou-se que as candidatas Simone Tebet e Soraya Thronicke, embora realizem apelo ao feminismo, coadunam para a reprodução do capital por meio do ideário neoliberal em suas proposições. E as candidatas Sofia Manzano e Vera Lúcia, embora não apresentem diretamente de forma discursiva se mostram favoráveis a outros aspectos que compreendem as relações de classe, gênero e raça. Concluiu-se também que as expressões feministas se mostram de formas diversas, não sendo um movimento heterogêneo. Sofrendo as disputas de interesses presentes na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Expressões feministas. Eleições. Brasil.

O feminismo na contemporaneidade, principalmente após a mundialização das formas de comunicação, se mostra essencialmente diverso. Ao que se chamam expressões feministas, são os discursos e movimentos que se auto intitulam feministas. Contudo, reitera-se o cuidado de analisar a congruência aos princípios de emancipação feminina e extinção das formas de opressão. No Brasil, o aprofundamento da barbárie e o avanço do neoconservadorismo marcam o cenário político atual. E na

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – CCSA/DSS/UFS. Membro e pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEMPEM-UFS) e do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFS. clauraquelcar@academico.ufs.br.

tentativa de fornecer alternativas, no ano de 2022 o arranjo político toma novas formas com destaque à presença feminina entre os candidatos. Além do forte apelo à causa feminista nos discursos proferidos em campanhas políticas. Assim, vê-se a necessidade de apreender a realidade por meio da totalidade e suas imbricações.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a sociedade possui três dimensões aglutinadas, a saber a divisão sexual, racial e de classe e suas contradições entre indivíduos (CISNE, SANTOS, 2018, p.25). E que, por esse motivo, existe luta de interesses também na defesa dos direitos femininos. Martinez (2018) aponta que na contemporaneidade o debate feminista tem adquirido um caráter plural. Para ela “através da atualização contínua dos seus significados, essa nova “consciência feminista” tem sugerido uma nova política teleológica que congrega novas estratégias e formas de (re)produção do conhecimento” (MARTINEZ, 2018, p.04).

Por isso, não se pode ater o diálogo feminista em termos dicotômicos. E principalmente, na era das informações, há uma tendência da segmentação do conhecimento feminista (MARTINEZ, 2018). Contudo, embora algumas perspectivas aparentem apontar para o campo da pluralidade, perdem-se na incongruência discursiva. Como aponta Barroso (2018), embora o patriarcado seja anterior à consolidação do capitalismo como modo de produção, este se apropria das opressões e as potencializa. Em sua obra “defende-se a unidade dialética entre opressão e exploração na medida em que a opressão é veículo/motor para a exploração.” (BARROSO, 2018, p.458). Também aponta que “as mulheres não experimentam dessa opressão de

forma homogênea, embora estejam submetidas em seu conjunto ao poder opressivo do patriarcado” (BARROSO, 2018, p. 459). Portanto, vale ressaltar que as proposições para mulheres no âmbito político carecem de uma visão integrativa que contemple as opressões de raça, classe e gênero. Não obstante que, em sua aparência, os discursos proferidos se apresentem em defesa das mulheres, mas que de fato os concretize. Ao passo que discursos femininos que pendem à permanência do capital por meio das pautas neoliberais, ou que postulam políticas de assistência sem o nó classe-raça-gênero, são cômegas ao status vigente.

Vale ressaltar, assim, que para Cisne e Santos (2018) a classe como totalidade, permeada também pela raça e o sexo “pode se constituir como um sujeito político universal voltado para a emancipação humana” (CISNE, SANTOS, 2018, p.88). Logo, o presente trabalho se propõe a compreender as expressões políticas das mulheres, quais são os discursos e posições políticas disseminadas pelas candidatas. Também, se são discursos feministas e se apresentam compromisso ou não com a perspectiva emancipatória feminista.

A pesquisa foi de natureza bibliográfica e documental com método exploratório. Para isso, verificou-se nos documentos disponibilizados na internet pelas candidatas suas propostas nos temas a respeito da economia, educação e assistência social. Utilizou-se a ferramenta Google para buscar os descritores “Plano de Governo (nome da candidata) pdf”. As candidatas verificadas foram Simone Tebet (MDB), Soraya Thronicke (União Brasil), Sofia Manzano (PCB) e Vera Lúcia (PSTU). Para a candidata Simone Tebet, entre

outras propostas aparece a forte influência da iniciativa privada, estimulando “privatizações, concessões e parcerias público-privadas, com objetivo de criar maior competição, eficiência e aumento de produtividade da economia” (TEBET, 2022, p.33). Ao se tratar da educação, é notória a proposição do fortalecimento das estruturas já existentes na educação. E na assistência social, existe forte apelo à promoção de “igualdade” entre mulheres, visando a ampliação de suas condições materiais (TEBET, 2022). Assim como afirma uma de suas propostas, que é “Promover maior justiça social e uma sociedade equânime, inclusiva e plural” (TEBET, 2022, p.10). Chama atenção para uma das propostas na área social que é “Promover políticas de qualificação e requalificação profissional, orientadas por demandas de mercado e com envolvimento do setor privado, para elevar a empregabilidade” (TEBET, 2022, p.16), assim como ampliar microcrédito para mulheres empreendedoras (TEBET, 2022). Nota-se o forte apelo à ideologia neoliberal e o fomento à reprodução do capital<sup>2</sup> nas propostas analisadas.

A candidata Soraya acerca da economia, enfatiza o fomento à “ação empreendedora” principalmente das mulheres, assim como a desburocratização da máquina pública acerca do monitoramento das empresas privadas (THRONICKE, 2022). Para a educação, propõe incentivo no ensino técnico, a fim de formular mão de obra para o mercado de trabalho, e a criação de escolas cívico-militares (THRONICKE, 2022, p.24). Acerca da

---

<sup>2</sup> Para Netto e Braz (2007), o capitalismo contemporâneo é particularizado pela flexibilização das relações de trabalho, e da destruição das conquistas realizadas pelo movimento operário. A desregulamentação das atividades econômicas e a implementação da lógica empreendedora, que é funcional ao modelo neoliberal.

assistência social, cita a ampliação das mulheres no mercado de trabalho por meio de políticas de formação profissional e construção de creches (THRONICKE, 2022, p.35). Assim como a candidata anterior, embora enfatizem termos acerca das mulheres, denotam posicionamento favorável ao neoliberalismo e à opressão de classes. Ao passo que também compactuam com a flexibilização do trabalho e não possuem ações afirmativas para grupos minoritários.

Conseqüentemente, analisar-se-á as propostas de Sofia Manzano. Para a economia, propôs uma reforma tributária com impostos progressivos e reestruturação da dívida interna (MANZANO, 2022). Na educação enfatiza a ampliação de bolsas para alunos(as) quotistas no ensino superior e expansão de salários para professores, assim como a estatização do sistema privado de ensino (MANZANO, 2022). Para assistência social, prevê a expansão da previdência e assistência social com o fomento de investimentos na seguridade social (MANZANO, 2022). Embora, não haja expressivamente o termo ‘feminismo’, as propostas caminham pela via social, e contemplam necessidades de classe, raça e gênero.

Vera Lúcia, para a educação propõe a manutenção da educação pública e gratuita, o aumento de verbas e a “expropriação dos grupos privados da educação” (LÚCIA, 2022, p.12). No âmbito da assistência, voltado para políticas para mulheres, defende-se a ampliação da Lei Maria da Penha e a socialização do trabalho doméstico. Como também o direito à maternidade e direito ao aborto (LÚCIA, 2022, p.18). Também a criação de delegacias especializadas para combate à LGBTIA+fobia. (LÚCIA, 2022, p.19).

Para a economia, a candidata propõe a ampliação dos postos de trabalho e criação de um novo turno de trabalho (LÚCIA, 2022, p.10). Assim como o rompimento com o sistema imperialista que influi a desindustrialização do país (LÚCIA, 2022) nesta candidata aparecem pautas tipicamente feministas como o aborto e expressivamente favoráveis à emancipação feminina, além da negação da lógica neoliberal.

Verifica-se a pluralidade de discursos pleiteados pelas mulheres que protagonizam as eleições de 2022. Por meio da pesquisa foi possível concluir a diversidade de discursos proferidos por mulheres no atual âmbito político. E que nem todas as proposições de fato coadunam à extinção das formas de opressões sofridas por mulheres. Ao entender que mulheres estão suscetíveis à reprodução do machismo e outras formas de opressão, a titulação de feminista não basta à concretização dos interesses feministas.

Conclui-se também que na pauta da economia, as candidatas Soraya e Simone mostram-se favoráveis à política neoliberal. Vera e Sofia optam por um viés progressista de economia. Na educação, Soraya e Simone apontam a educação no sentido de aumento de mão de obra, e Vera e Sofia mantém o foco em políticas de assistência estudantil. Por fim, para assistência, ambas apontam para a expansão, com enfoques típicos das visões neoliberais ou sociais. Assim, pode-se notar que embora exista a presença ou ausência da explicitação da adesão a pautas feministas, por meio da análise discursiva foi possível analisar as principais tendências das candidatas em questão.

## Referências Bibliográficas

BARROSO, M. F. "Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista." EM: *Serviço Social Sociedade*. São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

CISNE, M. SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018.

LÚCIA, V. "Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos." Em: *Eleições Presidenciais – 2022: Um programa socialista para o Brasil*. 2022. Disponível em:

[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/898012/5\\_1659739349964.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/898012/5_1659739349964.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.

MANZANO, S. "Partido Comunista Brasileiro." EM: *Programa Político do PCB para as Eleições 2022: Candidatura de Sofia Manzano a presidente e Antônio Alves Vice-Presidente*. 2022. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/890829/programa.pdf>. Acesso em 11 set. 2022.

NETTO, J. P. BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

TEBET, S. "Movimento Democrático Brasileiro." EM: *Princípios, Diretrizes e Compromissos*. 2022. Disponível em:

[https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes\\_simone\\_tebet.pdf](https://static.poder360.com.br/2022/08/diretrizes_simone_tebet.pdf). Acesso em 11 set. 2022.

THRONICKE, S. "União Brasil." Em: *Proposta de Plano de Governo da candidata à presidência da república 2023-2026*. 2022. Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2022/08/Plano-de-governo-Soraya-Thronicke.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.



## CONTRAOFENSIVA FEMINISTA: CORPO, TERRITÓRIO E VALORIZAÇÃO DA VIDA

Cláudia Maria Perrone<sup>1</sup>

Flávia Tridapalli Buechler<sup>2</sup>

Gabriela Gomes da Silva<sup>3</sup>

Juliana Martins Costa Rancich<sup>4</sup>

**Resumo:** Na articulação entre teoria psicanalítica e feminista este trabalho tem como objetivo apresentar a organização de um Coletivo de Mulheres em uma comunidade periférica da cidade de Porto Alegre. Território que presencia a defasagem de políticas públicas e vive ondas de violência devido a guerra entre facções ligadas ao tráfico de drogas. No entanto, a aliança entre lideranças femininas, engajadas politicamente por um futuro outro para seus filhos e comunidade, fez emergir uma rede comunal que vai de encontro a uma política de vida e emancipação dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Feminismos. Política. Comum. Subjetivação. Psicanálise.

Este trabalho apresenta a luz do referencial psicanalítico e feminista um Coletivo de Mulheres situado em um bairro periférico da cidade de Porto Alegre/RS. Este Coletivo emergiu da união de mulheres majoritariamente negras que, engajadas politicamente pelo desejo de um futuro outro para seus filhos e comunidade, ocupou em 2020 uma escola de seu bairro

---

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Instituto de Psicologia e do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Eixo 3 do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS). E-mail: claudia.perrone@ufrgs.br.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do Instituto de Psicologia e do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Eixo 3 do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS). E-mail: claudia.perrone@ufrgs.br.

<sup>3</sup> Psicóloga e Mestranda do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gabriela.gs2011@gmail.com.

<sup>4</sup> Psicóloga e Psicanalista. Mestranda do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: julianamartinscosta@gmail.com.

fechada pelo Governo Estadual sob o pretexto de evasão escolar. Tal espaço foi outrora invadido por usuários de drogas e tráfico devido ao abandono estatal, abandono que se estende para além do campo educacional, afetando as condições de segurança e saúde dos moradores. Dessa forma, o território vive ondas de violência extrema em meio a um estado de guerra, financiado pelo tráfico de drogas e pela ausência e defasagem de políticas públicas. Mães, trabalhadoras e jovens que, reunidas em uma ação corpórea, reivindicam o direito por uma vida mais vivível, construindo laços democráticos e de solidariedade frente à vigência de um regime político neoliberal que induz a precarização de condições de vida de determinadas populações (BUTLER, 2019). Mulheres que se organizam em uma aliança plural, se distanciam da figura de uma liderança isolada e se articulam em um poder de decisões ligado às múltiplas vozes que compõem o Coletivo. Engajadas a se organizarem de modo comunal, partilhando princípios de valorização do comum e implicadas em um ethos de solidariedade (BUTLER, 2019), este Coletivo se dirigiu ao núcleo de pesquisa NUPPEC/Eixo35 da UFRGS a fim de consolidar espaços de fala e escuta para o sofrimento das mulheres que vivem nesse território residual do neoliberalismo.

Ademais, trazemos como ponto de partida para as questões acerca do Coletivo de Mulheres o conceito de corpo-território trabalhado por Verónica Gago (2020). A autora argentina apresenta este termo a partir da luta de lideranças femininas e suas estratégias de enfrentamento ao extrativismo e

---

<sup>5</sup> Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação, Intervenções Sociopolíticas e Teoria Crítica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenado pelas Profas. Dras. Cláudia Maria Perrone e Rose Gurski.

exploração neoliberal que assola os territórios. Exploração que acontece tanto no campo (recursos naturais) quanto na cidade a partir do que Gago (2020) chama de extrativismo ampliado, exemplificado no endividamento de populações periféricas e na privatização inerente à lógica mercantil.

Dessa forma, corpo-território diz respeito à impossibilidade de dissociar corpo e coletivo e corpo e território como contrapartida à individualização neoliberal e seus meios de violação. Refere Gago (2020, p. 107) que "corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território". Evidencia-se com isso a relação de interdependência e defesa do comum como necessária para a existência da vida, relação de aliança que guarda uma força de potência transformativa, proporcional ao empenho que as tecnologias neoliberais recorrem para sufocá-la.

O corpo nestes termos se amplia em uma rede antagônica para além dos limites da individualidade, tramando uma costura de afetos, trajetórias e memórias, em um movimento a contrapelo do esquecimento da história e da segregação dos sujeitos. Rede que se concretiza tanto no discurso como nas ações das mulheres que compõem o Coletivo. Laços comunitários fortalecidos na defesa de políticas de vida, as quais se solidificam nas ações propostas: doação de roupas, produção de horta comunitária, disposição de oficinas de geração de renda, espaço para o lazer das crianças e adolescentes com a revitalização da quadra esportiva e a implementação de cozinha comunitária.

Tal engajamento, de acordo com Federici (2022), demonstra em ato o potencial das relações coletivas e comunais na busca por garantias de sobrevivência, capacidade de resistência, horizontalidade nas decisões básicas sobre a vida, igualdade de acesso e, acima de tudo, na tentativa de abrir caminhos para novas formas de subjetivação. Assim, essas mulheres ao se fazerem visíveis com seus corpos em luta, produzem furos em um discurso que se pretende Universal e, ao denunciarem o fracasso da hegemonia discursiva atual, abrem caminhos para o surgimento de uma nova subjetividade política porque passível de um saber-fazer (ALEMÁN, 2010) com as consequências de um Estado gerido por políticas de morte.

A percepção da vida como rede faz frente ao neoliberalismo, tipo de governamentalidade de guerra que institui uma divisão nós versus eles e que imprime com seu discurso a individualização da performance. Essa estratégia enfraquece coletivos com objetivo de destruir a solidariedade (DELUCHEY; DIAS, 2021). Dessa forma, a partir de uma ética do comum, alicerçada em redes de cuidado e afeto se pode chegar a uma política da não violência, tal como propõe Butler (2021).

O território no qual está o Coletivo vivencia uma guerra entre facções ligadas ao tráfico de drogas, disputa consolidada na busca pelo domínio da região e que vem imprimindo um nível de violência nunca antes vivido na comunidade. Cenário que configura limites como: o direito de ir e vir, acesso à saúde e educação. No entanto, tal guerra não se restringe às disputas concretas, isto é, ao risco físico que o conflito expõe, mas também uma batalha entre distintas narrativas evidenciada pela circulação de vídeos em

redes sociais em que, ora há demonstração de poder bélico dos traficantes, ora a polícia responde alegando que está presente, buscando afirmar o controle do território.

Entre esses discursos de poder, a população encontra-se totalmente abandonada, temendo tanto a ação dos criminosos, quanto da própria polícia. O relato de uma das lideranças do Coletivo denuncia o quanto o olhar posiciona o sujeito em um determinado lugar: “aqui na periferia, a polícia me olha como suspeita, mas se eu passo na rua por um policial na zona nobre, sou olhada nos olhos e escuto um ‘bom dia senhora’”. Quem tem direito a ter sua vida protegida e preservada? Como barrar o livre curso dessas pedagogias da crueldade (SEGATO, 2021), posto que não basta um decreto de lei para a garantia da vida contra o desejo de morte/invisibilidade do outro?

A lógica de guerra também faz parte do atual contexto político do Brasil e se manifesta em um país afetivamente cindido entre laços de destruição e laços democráticos. Cisão que se sustenta pela polarização e violência política intensificada nos últimos quatro anos. O regime neoliberal induz a precarização de determinadas vidas, mas essas mulheres, lideranças em sua comunidade, assumem um papel central na contraofensiva por sua existência. Nesse sentido, a existência do Coletivo estabelece um ato ético-político estruturado em uma organização social outra, em defesa da criação de comuns (FEDERICI, 2022), estabelecendo, dessa forma, uma rede de alianças liderada por mulheres e que vão de encontro a uma política de vida e emancipação de sujeitos e território.

## Referências Bibliográficas

- ALÉMAN, Jorge. *Para una izquierda lacaniana*. 1. ed. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2010. 112 p.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performática de assembléia*. 1. ed. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.
- BUTLER, Judith. *A força da não-violência: um vínculo ético-político*. 1. ed. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. 166 p.
- DELUCHEY, Jean-François Y.; DIAS, Bárbara. L. C. V. "A guerra revelada na pandemia: Bolsonaro e os corpos descartáveis dos brasileiros." In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; DORNELLES, João Ricardo; SANTOS, Rogério Dutra dos; FILHO, Wilson Ramos. (Orgs.). *Novas direitas e genocídio no Brasil: pandemias e pandemônios*, Vol. II. 2. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.
- FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns*. Tradução: Coletivo Sycorax: Solo Comum. São Paulo: Elefante Editora, 2022. 320 p.
- GAGO, Verónica. "Corpo-território: o corpo como campo de batalha." In: GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante Editora. p. 105-140.
- SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Ariel Publisher, 2021. 136 p.

## ESCUTANDO ENFRENTAMENTOS: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DIANTE DO FEMINICÍDIO

Giovanna Liz Oliveira Mantovani<sup>1</sup>  
Liliana Parra-Valencia<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que tem por objeto práticas de resistência de mulheres frente ao feminicídio. As estatísticas sobre os casos nos dizem de quem são esses corpos, constituídos de diversos marcadores sociais, que a depender de como estão articulados, expõe certas vidas a maiores condições de vulnerabilidade, tornando-as precárias e não passíveis de luto. Percebe-se também movimentos de denúncia e enfrentamento realizado por movimentos de mulheres e feministas contra as práticas de violência e morte. Portanto, torna-se indispensável escutar esses enfrentamentos, ao dialogar com mulheres como Carolina de Jesus, para engendarmos outros modos de ser e estar no mundo. O procedimento teórico/metodológico de pesquisa tem como base o pensamento feminista, negro e contra-colonial.

**Palavras-chave:** Violência Contra as Mulheres. Feminismos. Resistência.

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, que tem por objeto as práticas de resistência de mulheres frente ao feminicídio. As estatísticas acerca do extermínio de mulheres nos dizem de quem são esses corpos, constituídos de gênero, raça, classe, faixa etária, orientação sexual, etnia, entre outros; e nos mostra que a presença de

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: goliveiramantovani@gmail.com

<sup>2</sup> Dra em Ciências Sociais e Humanas pela Pontificia Universidad Javeriana. Professora e pesquisadora do Programa de Psicologia, Universidad Cooperativa de Colombia (Bogotá). E-mail: lilianaparrav@gmail.com

determinados marcadores sociais da desigualdade expõe determinadas vidas a maiores condições de vulnerabilidade e precariedade, tornando-as não passíveis de luto (BUTLER, 2019). Marcadores sociais da desigualdade entendidos aqui enquanto vetores de poder e diferenciação (OLIVEIRA. et al. 2022).

Cabe salientar que as maiores vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras e em situação de maior vulnerabilidade social. É possível que certas vidas sejam consideradas enlutáveis e outras não? Em que circunstâncias se lamenta por uma vida perdida? Questiono, pois, uma vida não se torna precária sozinha, cada vida depende uma da outra e depende da mesma forma da garantia de direitos básicos, como alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação e assim por diante. Mas, percebe-se que, apesar de existir uma política de extermínio vigente, há também movimentos de denúncia, enfrentamento e luta realizados por movimentos sociais de mulheres e feministas contra as práticas de violência e morte.

A despeito da singularidade de cada luta, própria de cada tempo/espço, mulheres se organizam em protestos pela garantia de direitos e por melhores das condições de vida. Já que, como nos diz Karina Bidaseca (2018, p. 38): “Los derechos adquiridos no son para siempre sino que es imprescindible luchar por ellos día a día”. Portanto, torna-se indispensável escutar esses enfrentamentos, não apenas aqueles que tem grande visibilidade na América Latina, como o 8 de março, Ni Una Menos, Primavera Feminista, como também, aqueles que acontecem no cotidiano,



em uma dimensão micropolítica, já que nos ajudam a repensar o modo de ser e estar no mundo.

Data simbólica da luta de mulheres contra a violência e pela igualdade, o dia das mulheres – 8 de março é definido por protestos em diversas partes do Brasil e do mundo. Em 2020, aconteceram manifestações em aproximadamente 70 cidades do Brasil, unindo milhares de mulheres nas ruas que juntas ecoavam o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”. De acordo com reportagem do El País <sup>3</sup>, além das pautas sobre o fim do feminicídio e da violência, também se reivindicou a garantia de direitos trabalhistas, reprodutivos, igualdade de gênero, e ainda denúncias acerca dos retrocessos sofridos nas políticas dirigidas às mulheres sob a gestão do atual governo brasileiro. O procedimento teórico e metodológico de pesquisa tem como base uma perspectiva do pensamento feminista, sobretudo negro e contra-colonial.

Para escutar alguns enfrentamentos micropolíticos, me inspiro nas tradições orais de escrita e engendro uma conversa que tive com Carolina Maria de Jesus, durante um sonho. Sonho que é lugar de veiculação de afetos e que implica em uma relação, já que não contamos nossos sonhos para qualquer um, como fala Ailton Krenak (2020). Neste sonho, Carolina e eu falamos sobre racismo, violências, machismo, desigualdade, a importância da escolarização, etc. Ao longo de nossa conversa, Carolina reflete: “Que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A

---

<sup>3</sup> <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-08/ao-vivo-dia-da-mulher-tem-protestos-no-brasil-e-varios-paises-do-mundo.html>

enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também” (JESUS, 2001, p. 58). E nos fala: “Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido” (JESUS, 2001, p. 35). Ao mesmo tempo em que fala de sua condição, Carolina também fala da condição de muitas outras pessoas. Pessoas que tiveram a vida atravessada pela miséria, pela fome e pela violência. Logo, trata-se de uma escrita do nós, coletiva. E não somente de uma escrita singular, do eu.

Conceição Evaristo compartilha do mesmo estilo de escrita em suas escrevivências. “Na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (JESUS, 2001, p. 32). Considera-se que escutar mulheres como Carolina, e outras, e suas experiências de vida, nos ensina sobre práticas contrapatriarcais, antirracistas, contra políticas econômicas e suas formas de produção de violências e precarização das vidas. Além de Carolina, outras mulheres conversaram conosco. Lélia Gonzalez (2020) nos diz de sua experiência enquanto mulher negra no Brasil. Propõe então um feminismo afro-latino-americano como forma de ferramenta política que dá visibilidade as inúmeras problemáticas quase imperceptíveis para nós, branquitude.

Importante figura na luta antirracista e feminista no país ao longo do período de ditadura militar, Lélia permaneceu por muito tempo ausente das referências acadêmicas, a despeito de sua significativa contribuição, ainda

tão atual. Sua escrita articula racismo, sexismo, preconceito de classe, processo de colonização e os efeitos da colonialidade, sobretudo para mulheres negras, alvo de uma dupla discriminação. Compor uma escrita a partir da reunião de várias vozes parte de uma aposta de pesquisa na qual entende a interseccionalidade como ferramenta analítica e como práxis (HILL COLLINS; BILGE, 2021), no sentido que esses encontros salientam a ideia de uma política de escrita da multiplicação de diversas vozes a serem ouvidas. Ainda, faz parte de uma aposta em causar fissuras no modelo científico moderno, colonizador, branco, masculino, objetivo e neutro, ao tornar nossas investigações acadêmicas “pesquisas-experiências”. Ou seja, narrar os encontros, vivências e afetos mobilizados em nós, pesquisadoras, ao longo do percurso de pesquisa, como ferramenta para ampliar a presença de diferentes corpos, vozes, sensibilidades e conhecimentos (HUNING; GOMES, 2019). Considera-se que o itinerário de pesquisa possibilitou um deslocamento da morte para vida, afinal de contas, teve início com a investigação sobre as práticas de extermínio de mulheres – feminicídios, e se encaminhou para as práticas de enfrentamento e resistência. Quer dizer, ao mesmo tempo em que existe uma política de morte vigente, há igualmente lutas de combate a essas práticas. Lutas produzidas por mulheres que enfrentam a violência cotidianamente. Lutas que acontecem nas ruas e também dentro das casas. Luta política, micropolítica, de movimentos sociais, de não assujeitamento.

## **Referências Bibliográficas**

BIDASECA, K. La revolución será feminista o no será: Poéticas de los feminismos descoloniales desde el Sur. Buenos Aires. Red de Pensamiento Decolonial. 2018.

BUTLER, J. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2018

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro. Zahar. 2020

HILL COLLINS, P.; BILGE, S. Interseccionalidade. 1. Ed. São Paulo. Boitempo. 2021.

HUNING, S. M.; GOMES, C. A. e R. "A Pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios Urbanos." 39 ed. Psicologia: Ciência e Profissão. 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225540>

JESUS, C. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo. Ática. 2001.

KRENAK, A. A vida não é útil. 1. Ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.

OLIVEIRA, R. R. et al. "Contra-escritas feministas: educação das meninas de pedra." Revista de Estudos Feministas. 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277563>.

## **A RESISTÊNCIA URBANA DECOLONIAL DAS MULHERES NEGRAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX**

Larissa Bianca Anchieta<sup>1</sup>

Grete Soares Pflueger<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho procuramos compreender e analisar o momento da consolidação da formação urbana do Centro Histórico de São Luís no século XIX por uma perspectiva decolonial com enfoque nas vivências das mulheres negras nos espaços urbanos e domésticos. A pesquisa busca reconhecer a conectividade entre o espaço urbano e a decolonialidade, assim como analisar as opressões vivenciadas por mulheres negras realizadas através dos modos de ocupar a cidade e habitar no Centro Histórico de São Luís. O ambiente doméstico e a rua do período colonial foram analisados e mostraram-se como instrumentos de exclusão e violência nas formas de vivência urbana e arquitetônica pelas mulheres negras do século XIX em São Luís.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Urbanismo. Raça.

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA.

A escravidão urbana, especificamente maranhense, possui peculiaridades que são usualmente analisadas e discutidos por um viés que foca na perspectiva do colonizador e não do sujeito subalternizado, oprimido e marginalizado (GOMES, 2017). O espaço urbano brasileiro possui um inegável caráter colonial, a arquitetura e o planejamento urbano, a partir da invasiva chegada europeia, tornaram-se instrumentos de consolidação do poder e da narrativa dos ideais de civilização da modernidade. No Centro

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estadual do Maranhão; [larissabanchieta@gmail.com](mailto:larissabanchieta@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Urbanismo; Universidade Estadual do Maranhão; [gretepfl@gmail.com](mailto:gretepfl@gmail.com)

Histórico de São Luís, em meados do século XIX, a forma em que o ambiente doméstico e a rua eram vivenciados pelas mulheres negras possuem particularidades e detalhes marcados pela violência e pela exploração. Mesmo em um contexto desumanizador, as mulheres negras encontraram formas de resistir no espaço urbano marcado pela afrodíaspóra e o sistema da modernidade colonial.

A metodologia utilizada para realizar este trabalho partiu inicialmente de pesquisas bibliográficas possuindo como foco a decolonialidade, processos urbanos e suas intersecções entre raça e gênero, utilizando autores como GOMES (2017), COQUEIRO (2017) e SANTOS (2015) além de documentos históricos como os códigos de postura municipais, leis e diversos jornais locais datados do século XIX. Posteriormente foi executada uma pesquisa de campo na delimitação do tombamento estadual do Centro Histórico de São Luís, buscando verificar determinadas ruas e edificações com relevante valor histórico para o tema abordado, além de visitas em museus, centro culturais e arquivos públicos a fim de mapear e verificar referências e dados.

A lógica dos processos coloniais utiliza o planejamento da cidade como um instrumento de exclusão e segregação para quem não atendesse a norma social da elite. O processo urbano de São Luís aconteceu em meio ao período escravocrata da modernidade colonial. A relação das mulheres com o Centro Histórico de São Luís no século XIX era diversa de acordo com a raça. Consideradas desclassificadas socialmente, economicamente e culturalmente, o alvo mais comum da repressão eram as mulheres negras,

pois o seu local idealizado era apenas o de trabalhadora incansável, invisível e pacificamente animalizada, indigna de qualquer forma de divertimento ou o que pudesse ser considerado uma contravenção.

A relação da mulher negra era sobretudo serviçal nos casarões da elite. Entretanto, de acordo com dados obtidos por SANTOS (2015) em documentos municipais datados do século XIX, podemos verificar a existências de moradias alugadas por escravizadas e alforriadas. O Código Municipal Ludovicense de 1844 disponha de um artigo<sup>3</sup> em que constava que todos aqueles que alugassem casas aos escravizados deveriam ter a licença dos senhores permitindo o aluguel. De acordo com as informações encontradas e as pesquisas de campo realizadas, fizemos um mapeamento destacando as edificações que foram moradias de escravizadas e alforriadas (figura 1).

---

<sup>3</sup> Artigo nº 52.



Figura 1 - Mapa de áreas de moradias alugadas. Fonte: Autoria própria.

A maior concentração de moradias era no atual bairro Desterro, uma região mais afastada dos casarões opulentos de famílias abastadas e a justificativa disto ter ocorrido foi a própria segregação espacial e o planejamento urbano como um instrumento de exclusão. As moradias alugadas por escravizadas e libertas eram pagas através dos ofícios de vendas de doces e frutas. As habitações eram simples, multifamiliares, sendo moradia para várias pessoas, escravizadas e libertas, o que expõe um sentimento de cumplicidade e parceria em busca de condições melhores de vida. O habitar coletivo pode ser considerado uma forma de



aquilombamento e uma das grandes resistências coletivas neste contexto colonial e afrodiáspórico.

A rua, por ser o local de exploração do trabalho, era o que se destinava ao cotidiano das mulheres negras. Todo o ideal civilizatório da modernidade implantado na cidade conflitava com esta realidade feminina, por mais que as ruas fossem o local da labuta diária necessária para a sobrevivência, as mulheres que transitavam pelas vias não eram bem vistas devido a compreensão de que o local ideal para este gênero era o lar. A necessidade de estar em espaços públicos, e até mesmo nos ambientes domésticos, também tornavam estas mulheres vulneráveis aos assédios e importunações sexuais masculinas.

Além de violência e exploração, as ruas do Centro Histórico também foram o palco da resistência urbana e cultural através das festividades e sociabilidades. Estas manifestações culturais eram formas de resistência das ancestralidades africanas e afro-brasileiras em um contexto de tanta violência e opressão. Entretanto, a elite local denunciava estas sociabilidades aos jornais e as festas populares eram adjetivadas como “infernais”, “algazarras”, “imoralidades” e como um momento que poderia colocar em risco o caráter de labuta incessável dos cativos. As áreas de sociabilidades festivas eram diversas e estão apresentadas a seguir (figura 2).

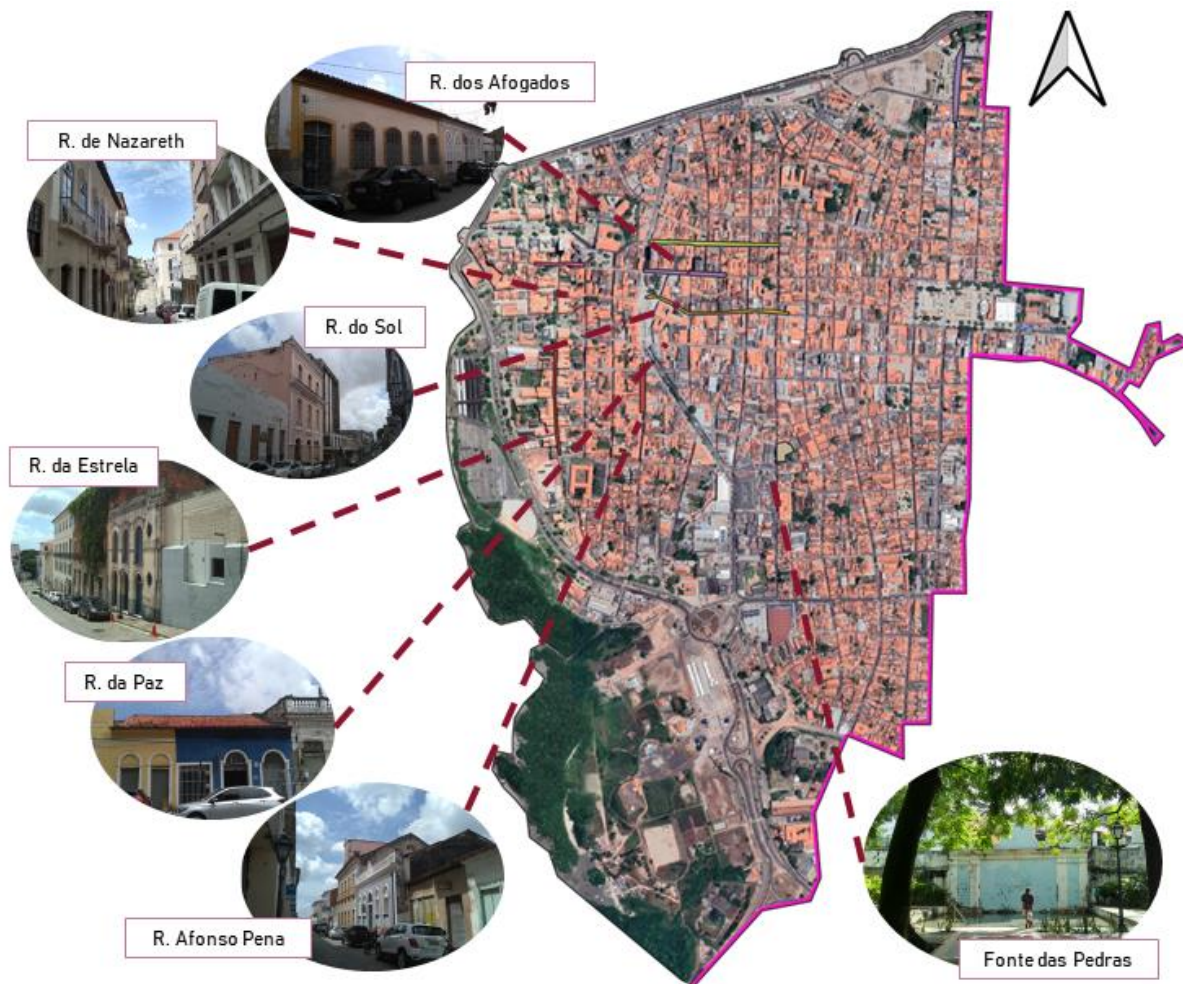


Figura 2 - Mapa de áreas de festividades organizadas por mulheres negras no século XIX. Fonte: Autoria própria.

O ato de cantar, tocar e dançar era um modo de resistência pela tentativa de não apagar as origens culturais dos escravizados e de reafirmar as próprias humanidades diante do enorme contexto de violência imposto pela modernidade. Muitas destas festas eram de cunho religioso, baseado em sincretismos diversos, como as Festas do Divino Espírito Santo, Festa de São Sebastião, Festas de Cosme e Damião, mas também havia momentos mais simples como rodas de samba e pagode. As manifestações culturais

maranhenses são utilizadas, historicamente, como fonte de ensinamentos para a união e o fortalecimento coletivo para o bem comum e a possibilidade de obter novas perspectivas de futuro (ANCHIETA; OLIVEIRA, 2020)

Segundo COQUEIRO (2017), a presença das mulheres negras e pobres era constante nestas festividades, especialmente exercendo os cargos de liderança e organização. Entre as diversas maneiras que as mulheres negras habitavam o Centro Histórico, a participação, organização e criação de festas, bailes e outras formas de sociabilidades festivas não foram apenas aspectos importantes para suas próprias resistências e processos em busca de humanização de seus corpos, mentes e discursos, mas também construíram grande parte da identidade cultural do Maranhão. O tambor de crioula e o bumba-meu-boi podem ser considerados as festas mais populares da cultura maranhense, mas em menos de dois séculos eram alvo do desprezo das famílias ricas ludovicenses. A rua era o local da exclusão e exploração de inúmeras mulheres negras no Centro Histórico, mas também foi o palco para a construção de grande parte da identidade cultural e impactou diretamente nos processos e nas percepções dos espaços urbanos.

Quando deixamos de ouvir uma perspectiva da história, estamos contribuindo para um enorme apagamento histórico-social em prol de uma falsa visão única e absoluta marcada por uma autoridade discursiva. Podemos compreender e analisar as vivências das mulheres negras no Centro Histórico de São Luís, reconhecendo violências sofridas e as formas de

resistência encontradas no espaço arquitetônico, marcado pelos modos de morar no espaço doméstico e também, as resistências no espaço urbano das ruas. A forma de vivenciar o Centro Histórico pelas mulheres negras no século XIX deve ser evidenciada para que o local destas mulheres na história maranhense não seja o do esquecimento, mas que tenham suas trajetórias lembradas como indivíduos que sofreram, mas que resistiram à opressão e foram fundamentais para construir a cultura e a história do Maranhão.

### **Referências Bibliográficas**

- ANCHIETA, Larissa; OLIVEIRA, Alex. "A Liberdade pelos passos do bumba-meu-boi: Análise do direito à cidade no 1º quilombo urbano do Maranhão." *In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, VI, Anais, ANPARQ: Brasília, 2021, vol. 01, p. 1473-1490.
- COQUEIRO, Carla. *Mulheres de ofícios: O cotidiano de mulheres pobres pelas ruas da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.
- GOMES, Danilo. *Burlar a lei e zombar a ordem: Estratégias de resistência do sujeito escravizado em São Luís, década de 1870*. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.
- SANTOS, Adriana. *O cotidiano da resistência escrava: São Luís do Maranhão (década de 1830)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.
- SILVA INÁCIO, Suely. L.; COSTA, Carmen. "Uma reflexão sobre o emprego doméstico no Brasil: relações desiguais no mundo do trabalho a partir do gênero." *Revista eletrônica Itinerarius Reflections*, v. 13, n. 2, 2017

## O ENCONTRO ENTRE AS CATEGORIAS DA INTERSECCIONALIDADE E DA AMEFRICANIDADE NO FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO DE LÉLIA GONZALEZ

Roberta Bandeira de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva **problematizar como** Lélia Gonzalez (1935-1994), ao antecipar no Brasil o profícuo debate sobre a *interseccionalidade*, define as condições de possibilidade da libertação das mulheres negra e ameríndia, bem como aponta os caminhos para a luta antirracista, feminista e por equidade socioeconômica com base na categoria de *amefricanidade*. Infere-se que a educação formal e informal, enquanto processo formativo integral do ser humano, é o caminho para que os/as brasileiros/as destruam as práticas racistas disseminadas no cotidiano e engajem-se na luta antirracista, a fim de combater ativamente as opressões interseccionais sofridas, especialmente, pelas mulheres subalternizadas desde o período de colonização do país.

**Palavras-chave:** Colonização. Racismo. Luta antirracista.

Popularizando-se entre as décadas de 60 e 70 nos EUA, o Feminismo negro atuava contra as violências peculiares que atingiam as mulheres negras e as invisibilizavam no interior das associações femininas que clamavam por liberdade e igualdade. Nesse sentido, a categoria de interseccionalidade foi central nos estudos das norte-americanas Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Patricia Hill Collins e bell hooks, pois diz respeito à conexão das múltiplas opressões, comumente representada na tríade raça-gênero-classe, sofridas pelas afro-americanas.<sup>2</sup> Dado ao seu caráter

---

<sup>1</sup>Doutora em Filosofia, área de concentração Ética e Filosofia Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. [betalogos@gmail.com](mailto:betalogos@gmail.com)

<sup>2</sup> O termo interseccionalidade foi inaugurado pela jurista Kimberlé Crenshaw em 1989 (AKOTIRENE, 2020, p. 58-59).

contra-hegemônico, a interseccionalidade, relida a partir de contextos regionais, é recuperada pelos feminismos descoloniais<sup>3</sup>.

Diante do exposto, pretendo problematizar como Lélia Gonzalez (1935-1994), ao antecipar no Brasil o profícuo debate sobre a interseccionalidade define as condições de possibilidade da libertação das mulheres negra e ameríndia, bem como aponta os caminhos para a luta antirracista, feminista e por equidade socioeconômica por meio da categoria de amefricanidade. Para atingir este objetivo, analisarei centralmente os seguintes escritos da nossa autora: *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher* (1979), *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica* (1982) e *A categoria político-cultural da amefricanidade* (1988). Esses artigos fazem parte do livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima.

Filósofa e ativista, circulando entre os meios intelectuais e os movimentos negros de base, Gonzalez, influenciada por Frantz Fanon e Abdias Nascimento, reconheceu o racismo como a estrutura colonial sobre a qual se ergueram as instituições brasileiras responsáveis por reproduzir as violências contra os povos indígenas e africanos. O esquema de submissão perpetrado pelo colonialismo condenou as afro-brasileiras e as ameríndias à tripla opressão: racial, sexual e social. Apesar de toda a dor causada por essa intersecção de opressões, essas mulheres criaram formas de resistência à

---

<sup>3</sup> Tendo como referência a filósofa Yuderkys Espinosa Miñoso, Luciana Ballestrin explica que o uso da expressão “feminismos descoloniais” marca a heterogeneidade das experiências das mulheres que buscam um movimento feminista antirracista em Abya Yala (BALLESTRIN, 2020, p.11).

escravidão, por isso alguns de seus descendentes escaparam ao genocídio e ao etnocídio empreendido pelo homem branco.

Na esteira de uma epistemologia afrocentrada, a filósofa lança mão da categoria político-cultural de amefricanidade para investigar a profunda influência da cultura africana na formação de toda a América. Portanto, entende por América o conjunto das regiões americanas nas quais as capacidades de adaptação e ressignificação, a luta por resistência e as potências criativas dos indivíduos são profundamente devedoras dos saberes originários da África. Os/as amefricanos/as, por sua vez, descendem não só dos/as africanos/as arrancados de seus territórios e escravizados/as nas Américas, mas ainda daqueles que chegaram ao continente antes da “descoberta” de Colombo<sup>4</sup>. Contudo, a visão eurocêntrica insiste em ocultar a autêntica raiz africana do Novo Mundo e as existências dos/as amefricanos/as continuam sendo marcadas pelo processo de espoliação sofrida pelos seus antepassados: “Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo [...]”<sup>5</sup>.

O racismo foi o fundamento para todos os mecanismos de violência empreendidos pela superioridade branca europeia contra os negros da diáspora africana nas Américas e, até hoje, os/as amefricanos/as continuam sendo submetidos a opressões semelhantes àsquelas sofridas por seus antepassados. Todavia, ao passo que a herança africana deixou a dor da

---

<sup>4</sup> GONZALEZ, 2020, p. 135.

<sup>5</sup> Ibidem.

exploração e da humilhação, também legou a heroica e criativa resistência contra a escravização, o genocídio e o etnocídio. Desse legado renasceram as forças vitais dos/as amefricanos/as para reivindicar condições dignas de existência nos espaços onde vivem<sup>6</sup>. Tendo essa perspectiva, Gonzalez convida os/as herdeiros/as das culturas trazidas do outro lado do atlântico a se identificarem a partir da categoria da amefricanidade:

[...] acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente nos identificarmos a partir da categoria de amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente<sup>7</sup>.

A formação da identidade faz como que os/as amefricanos/as saiam da mera condição de objetos explorados e sejam reconhecidos/as enquanto sujeitos livres. Entretanto, essa identidade não faz alusão a uma essência amefricana, ou seja, não é o registro do único modo de como esses indivíduos podem ser resilientes diante do racismo. Muito pelo contrário, Gonzalez defende a potência dos/as amefricanos/as reinventarem, de acordo com os diferentes contextos socioeconômicos onde estão inseridos/as, múltiplas formas de resistência à subalternização.

Especialmente para as mulheres negras, que foram as mais oprimidas, invisibilizadas e silenciadas no processo de colonização e pós-colonização, resgatar a “cultura da resistência” de suas ancestrais as preparam para a dura disputa pelos direitos à palavra e à igualdade, tão imprescindíveis à

---

<sup>6</sup>Cf. Ibidem, p.136.

<sup>7</sup>Ibidem, p. 137.



conquista da cidadania. Porquanto, a produção de saberes e a luta contra a opressão de todas as amefricanas, não importando se do Brasil, dos EUA ou de Cuba, têm a mesma relevância no avanço da libertação da população negra sobre os rastros de sangue da cultura branca, patriarcal e capitalista.

Por meio dessa breve análise, infere-se que a amefricanidade é peça-chave na construção de uma sociedade brasileira antirracista. Em primeiro lugar, porque a categoria de Gonzalez denuncia o racismo enquanto sistema de exploração que submete todos/as amefricanos/as. Em segundo lugar, porque ao desvelar as práticas discriminatórias enraizadas no Brasil, nossa filósofa reivindica a formação de uma identidade amefricana que transcenda ao sofrimento e converta-se em impulso para a liberdade.

No entanto, Gonzalez alerta que a tentativa do movimento feminista brasileiro, liderado por mulheres brancas de classe média, de ocultar as discriminações singulares sofridas pelas mulheres historicamente subalternizadas, sempre teve no horizonte “a necessidade de tirar de cena uma questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra”<sup>8</sup>. O não enfrentamento desse problema significava perpetuar o racismo por denegação ou racismo disfarçado por meio da crença no mito da democracia racial e da assimilação da ideologia do branqueamento, com a intenção de manter os privilégios da elite branca supostamente antirracista<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup>Ibidem, p. 43.

<sup>9</sup>Ibidem, p. 130.

Por fim, concluo que a educação formal e informal, enquanto processo formativo integral do ser humano, é o caminho para que os/as brasileiros/as destruam as práticas racistas disseminadas no cotidiano e engajem-se na luta antirracista, a fim de combater ativamente as opressões interseccionais sofridas, especialmente, pelas mulheres negras e ameríndias.

### **Referências Bibliográficas**

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

BALLESTRIN, Luciana. "Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano." *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v 28, n. 3, e75304, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Flávia Rios e Márcia Lima (Org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

## **PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA MÚSICA “AS GRANFINAS” DO DISCO QUARTO DE DESPEJO: CAROLINA MARIA DE JESUS CANTANDO SUAS COMPOSIÇÕES (1961)**

Thaina de Santana Alencar

**Resumo:** Tendo como objeto desta pesquisa o disco “Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus Cantando Suas Composições” (1961), objetiva-se observar como se manifestam as intersecções entre raça, gênero e classe das personagens retratadas na música “As Granfinas”. Tendo em vista que as representações femininas que surgem na canção compartilharam questões de gênero, é importante atentar-se também a marcadores que as opõem: de um lado, a granfina, uma mulher empobrecida confinada a papéis de gênero, e de outro, a empregada, estigmatizada às funções maternas e domésticas somadas ao racismo, em decorrência da intersecção entre gênero, raça e classe.

**Palavras-chave:** Representações Femininas. Raça. Gênero. Classe.

Em 1961, Carolina Maria de Jesus gravou o disco Quarto de Despejo. Lançado no Brasil pela gravadora RCA Victor, o álbum contém 12 canções autorais. Assim como no livro Quarto de Despejo, as músicas do disco expõem denúncias de uma sociedade com desníveis entre pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens. Nesse sentido, a moda de viola analisada apresenta duas personagens, que, no cenário social brasileiro, geralmente são identificadas como opostas: a granfina e a empregada. Assim, observar-se nestas representações femininas, marcas sociais que rodeiam a construção das personagens.

É importante salientar que esta pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, ou seja, visa-se a coleta de informações e análise documental,

com finalidade descritiva. Nesse sentido, a pesquisa se bifurca em duas vias que levam até a análise das personagens: A primeira, parte da reflexão sobre aspectos sócio-históricos e como estes sustentam as relações hierárquicas contidas na estrutura social brasileira; já a segunda, visa a revisão do contexto em que Carolina Maria de Jesus produziu suas obras, em específico o disco e livro homônimos, para então, analisar as personagens da música “As granfinas” por meio de perspectivas interseccionais.

Assim, para a realização da análise das personagens do disco, parte-se do estudo “Uma voz que vem das margens: Carolina Maria de Jesus, a cantora improvável” (2014), de Carla Lavorati. Na citada pesquisa, evidenciam-se os conceitos de classe e gênero para a análise das personagens de canções do disco, entretanto, observa-se uma lacuna no tocante à raça. Tendo isto em vista, para ampliar horizontes e possibilitar outra perspectiva analítica, apoia-se nos conceitos de interseccionalidade (AKOTIRENE, 2020), que entende a conexão das categorias sociais como potencializadoras de opressões e no conceito de Lugar de Fala (RIBEIRO, 2020), que confere visibilidade às vozes de grupos estruturalmente silenciados ao longo da história.

A música “As granfinas” inicia-se sob o testemunho da narradora, que expõe o diálogo com o compadre Sebastião. Destaca-se que ele é o único personagem masculino dentro da composição e também o único que tem nome. O sujeito queixa-se do fato de ter se casado com uma mulher desinteressada aos cuidados da casa, a quem se refere sempre como “granfina”. Considerando o exposto, a reflexão sobre as perspectivas

interseccionais que cercam a música analisada, inicia-se a partir do termo “granfina” que nomeia a canção. Observa-se que historicamente, o léxico granfino(a) é, frequentemente, atribuído à pessoa que vive ou que está acostumada a uma vida de luxo, de riquezas. Ou seja, a ser servida e não a servir. Contudo, no fragmento musical em que se encontra esse termo, é possível observar um sentido semântico mais irônico atribuído à palavra “granfina”, pois o personagem masculino representado por Sebastião “reclama” que a mulher não executa os afazeres da casa “para não estragar a mão”, logo a chama de “granfina” e acrescenta que os custos de vida estão muito caros, difíceis de manter. Desse modo, o vocábulo “granfina” está retratando uma figura do universo elitista que “migrou” para as camadas mais populares e que, dadas as preocupações apresentadas por Sebastião, dinheiro é um problema tanto para ele quanto para a mulher. Portanto, o adjetivo atribuído a ela diz mais respeito a raça do que à classe, uma vez que, quando Sebastião acrescenta que “a granfina da vida não tem noção”, ele está se referindo ao descumprimento de obrigações que em seu entendimento, deveria ser desempenhado por mulheres, marcando uma diferença entre gêneros engendrada nos primórdios da colonização na América e, que é ainda mantida viva através de sua insistente repetição discursiva na sociedade.

Adiante, a música revela que a granfina, ainda que não disponha de poder aquisitivo, circula entre a “alta sociedade”, ou seja, a elite. Interpreta-se que tal fato esteja atrelado ao que Bento (2002) denomina de pacto narcísico da branquitude, que amplifica e fortalece a proteção entre

indivíduos como grupo tendo como base a raça, ainda que o “outro” ou “outra” pertença a camadas de classes mais baixas. Assim como a granfina, a empregada não apresenta características descritivas, mas levando em consideração o contexto sociocultural brasileiro, essa figura adquire marcadores sociais de classe, gênero e raça, já que o trabalho doméstico no Brasil está historicamente atrelado às mulheres negras. Inclusive, os desdobramentos da colonização, estrategicamente, culminam no confinamento de mulheres a atividades não remuneradas em nome do êxito do sistema capitalista. Ao observar o caso das indígenas e negras no Brasil, esse quadro ganha pinceladas ainda mais contundentes, já que, “segundo pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho” (RIBEIRO, 2020, p. 40). Nesta perspectiva, a representação feminina da empregada retratada na canção está historicamente ligada a um contingente de mulheres negras, que estão mais inseridas em trabalhos tidos como subalternos.

Levando em consideração as reflexões tecidas neste texto, resulta que a análise da música através das lentes da interseccionalidade, expõe questões pontuais e estruturais que cercam as personagens da canção. Apesar do título pluralizado, a composição só apresenta uma granfina que não pertence à elite, desse modo, atribui-se a pluralização do título à categoria social de raça, tendo em vista que, ao longo da análise, torna-se visível o tom irônico do adjetivo empregado à personagem principal, uma

mulher recém casada que, apesar de não fazer parte da alta sociedade, circula por ela graças ao privilégio assegurado pelo pacto narcísico da branquitude.

No que se refere à oposição entre a granfina e a empregada, acredita-se que esta corresponde a uma mulher racializada e empobrecida. De fato, o resultado da articulação entre as categorias gênero, raça e classe é o aprisionamento estrutural da mulher negra em lugares sociais subalternizados e a interseccionalidade mostra como essas mulheres “são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2020, p. 63). Assim, com apoio do contexto histórico-social e da interseccionalidade, constata-se que as representações femininas que surgem, apesar de compartilharem a questão social de gênero, se opõem no quesito raça.

A esse respeito, é pertinente a reflexão de Ribeiro (2020, p. 37): “se para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade”, pois, se o sexismo brasileiro renova-se e ainda mantém a figura da mulher branca empobrecida na sombra da submissão, sua articulação com o racismo gera um impacto por vezes letal à mulher negra. Desse modo, o conceito de interseccionalidade serve de ferramenta analítica para visibilizar a interação estrutural conjuntamente com seus efeitos políticos, tornando perceptível como mulheres, em específico as negras, são atingidas pelos desníveis sociais no

Brasil, assim como observa-se nas duas figuras femininas retratadas na canção “As Granfinas”.

## **Referências Bibliográficas**

### **Álbum:**

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. Intérprete: Carolina de Jesus. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1961. 1 LP.

### **Escritos:**

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil.” In: *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 5-58.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. (Edição Popular). São Paulo: Francisco Alves, 1963.

LAVORATI, Carla. “Uma voz que vem das margens: Carolina Maria de Jesus, a cantora improvável.” In: *ANTARES: Letras e Humanidades*, v. 6, n. 12, 2015, p. 168-182.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Jandaíra, 2020.



## SABERES ANCESTRAIS E COSMOGONIAS

## TECENDO HISTÓRIAS E ENCRUZILHADAS UTERINAS

Steff Gabrielle Bispo da Silva<sup>1</sup>

Dolores Galindo<sup>2</sup>

**Resumo:** O movimento ancestral matriarcal que conduz o candomblé por gerações é caracterizado por tecituras coletivas de grandes mães que geram, além de filhos de seu próprio sangue, filhos que Orixá lhes concederam, mas como parte do movimento colonizador, a comunidade de terreiro tem sido embranquecida em seus saberes. Deste modo o objetivo de pesquisa se caracteriza por escrever atravessamentos do cotidiano do sacerdócio feminino no candomblé, de vivências ancestrais que perpassam gerações, e ganham força nas vozes da senioridade. Os resultados obtidos até o presente momento se mostram com uma maioria esmagadora de sacerdotes que são homens brancos em detrimento às mulheres fundadoras da religião.

**Palavras-chave:** Candomblé. Feminino. Yalorixás.

No Brasil, para Guilhon (2017) os terreiros se configuram enquanto comunidades com características especiais e aquilombando novas formas de relações familiares e de práticas de cuidado. Para quem olhe de fora, entenda que os terreiros de candomblé, ao congregar indivíduos, integra-os a uma hierarquia sócio-religiosa, a partir do qual ligados por laços de parentesco mítico, estando unidos não apenas pela prática religiosa, mas, em especial por uma estrutura sociocultural cujos conteúdos recriam a herança ancestral africana. Em torno da figura da matriarca, posição dotada de poder político, econômico e religioso, se reúnem os primeiros cultos religiosos do candomblé. Mulheres admiradas pela sua força e sabedoria, passam a desempenhar um papel de sacerdotisas, mensageiras e

conselheiras, simbolizando o elo com a proteção dos ancestrais e a religiosidade. É figura importante na legitimação da luta por emancipação e direitos da população preta no Brasil. Santos (2018) explica que as mulheres são responsáveis pela tradição e pela ortodoxia religiosa do candomblé, e é justamente daí que elas extraem reconhecimento, respeito e prestígio, ainda que inseridas em uma realidade opressora. A valorização do trabalho feminino no candomblé redimensiona o papel da mulher tanto em uma esfera mística quanto no sentido social, de modo que o candomblé acaba se configurando não apenas como uma possibilidade que a mulher negra tem para realizar-se religiosamente, mas também política e socialmente. Por séculos as histórias contadas sobre o povo preto têm sido distorcidas, embasadas em moldes coloniais e racistas de apagamento histórico. Adichie (2019) pontua que histórias possuem poder, podem influenciar a maneira a qual se enxerga os povos, os engrandecendo, assim como também os difamando. A detenção de poder é a habilidade de narrar histórias de outras pessoas, as transformar em únicas e verdadeiras, e quando continuamente repetidas, se constituem naquilo que o povo se tornará. Na história do Brasil, quem deteve o poder foram os colonizadores, Kilomba (2019) traz o colonialismo, como uma máquina, age a partir da máscara do silenciamento, obtendo o controle de quem fala e o que é falado. Deste modo, Chauí (1979) coloca que em nossa sociedade, a memória é oprimida, pois a lembrança da história oficial resgata estereótipos que sustentam a ideologia do dominante, o movimento de dar voz aos silenciados resgata versões da história principal alterando seus

sentidos impostos e acrescentando veracidade a história. Para Du Bois (1999) o racismo tem sido o esteio do colonialismo, e se decai sobre o corpo negro, para o corpo negro feminino, se decai o racismo e o sexismo, trazendo movimentos violentos provenientes de uma herança escravagista, de uma noção de servidão. A mim, sendo fruto da tecitura e cria de colo de mulheres pretas ancestrais, foi dada a oportunidade do questionamento: quem conta nossas histórias? Quem as ouve? E também a oportunidade de mudar o sentido colonial de contar histórias, revertendo assim como exú a ordem. De maneira breve, o objetivo de pesquisa é entender o movimento embranquecedor que atravessa as tradições de terreiro e mulheres que como eu, resistem ao colonialismo, propondo epistemes negras, para desvencilharmos, e contribuir no desmantelamento sistemático de poderes hegemônicos. Deste modo, utilizo o poder da escrevivência, contar a própria luta, revertendo valores embranquecidos sobre o lugar de contador de histórias, entendendo escrever como um ato político, desfazendo de amordaças coloniais, dizendo por mim e por nós, o que somos e o que queremos, rompendo com a idealização do saber branco, disseminado até hoje nas academias. Utilizando a encruzilhada como ponto de partida, Rufino (2019) entende que para regimes como o colonial, a encruzilhada preta é uma inevitável falência, pois, o cruzo aparece como forma alterna, possibilitando vistas fronteiriças, interstícios, o ser ancestral e suas diversidades, jamais considerado na filosofia branca eurocêntrica, entendendo-a como começo-fim-começo de toda criação, e também o útero do mundo, ligação entre o mundo físico e mundo espiritual. A episteme

de exu, assim como o próprio, simboliza o rompimento deste ciclo, a contracultura, o avesso, o destoante ao ordinário, o extraordinário, a desordem e o caos. Desta maneira embaralharemos os códigos, a fim de retalhar o hegemônico branco, de nossa pele preta. No presente momento, os resultados da pesquisa, se encontram em capitação de dados que dão ênfase na vivência de estar à frente de uma comunidade de terreiro é ter o matriarcado na memória e ver o patriarcado tomar a cadeira, modificando valores ancestrais de culto majoritariamente feminino, cada vez mais próximo a modelos distantes ao tradicional, conduzido pela oralidade, para apostilas e cursos de cultos conduzidos pelo capitalismo.

### **Referências Bibliográficas**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

CHAUI, Marilena de Souza. "Os trabalhos da memória." In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Brancas*. Salvador/BA: EDUFBA, 2008.

GUILHON, Flávio. "Terreiros de candomblé, políticas de subjetivação e psicologia: encontros possíveis." Comunicação Oral. *XIX Encontro Nacional da ABRAPSO*. Uberlândia- MG, 2017. Disponível em

[http://www.encontro2017.abrapso.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=1503](http://www.encontro2017.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1503)

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Jaqueline Sant'Ana Martins dos. "'Mulheres de santo': gênero e liderança feminina no candomblé." In: *Revista NGANHU: Dossiê do I Seminário Geparrei 'Tornar-se Negro': uma homenagem a Neusa Santos Souza*, n. 1, p.

49-58, 2018. Disponível em:

<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/nganhu/article/view/1856>.

# DOS CUIDADOS DO CORPO E DA TERRA: OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS POR MULHERES CAMPONESAS NA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO

Gabriela Guimarães Jeronimo<sup>1</sup>

Mariana Ribeiro Morais<sup>2</sup>

**Resumo:** Este projeto tem como objeto de estudo os saberes locais presentes nas narrativas de mulheres da Região Tocantina do Maranhão. O interesse por essa perspectiva nasce em contrapartida à uma política de silenciamento dessas vozes, onde muitas vezes saberes centenários são apagados ou mesmo roubados pelo capitalismo. Temos como principal objetivo empreender estudo de natureza léxico-cultural a partir de dados de língua falada, através da narrativa de mulheres camponesas da Região Tocantina do Maranhão. Assim, os dados de fala colhidos até o momento sobre esses saberes da/sobre a terra são capazes de apontar como as atividades antrópicas foram moldadas neste recorte maranhense, de acordo com as necessidades das populações nos seus modos de usar e nomear a fauna, a flora e as técnicas de lida com a terra.

**Palavras-chave:** Léxico. Saberes Locais. Mulheres.

**Financiamento:** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-FAPEMA/UEMASUL)

A pesquisa que aqui propomos está diretamente relacionada à Lexicologia e suas interfaces, ou seja, constrói-se também a partir de outras áreas do conhecimento, sobretudo Antropologia e Agroecologia. As

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, professora adjunta do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa do CCHSTL (UEMASUL/Campus Açailândia), gabriela.jeronimo@uemasul.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/Campus Açailândia), marianamorais.20180040458@uemasul.edu.br

discussões apresentadas são parte do que vem sendo desenvolvido através do projeto de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMA/UEMASUL) Saberes da terra: léxico e cultura em narrativas de mulheres camponesas da região Tocantina do estado do Maranhão-Brasil. São objeto de estudo os saberes da/sobre a terra compartilhada pelas as mulheres camponesas que residem na região Tocantina do Estado do Maranhão (Brasil). Mais especificamente, pretendemos criar condições de escuta para que elas contem a sua história e compartilhem seus saberes sobre a fauna e flora da região, bem como seu conhecimento a respeito das técnicas de cultivo e manejo com a terra; compreender a relação entre léxico e cultura através do corpus de pesquisa, ou seja, os saberes locais resguardados na memória das participantes e registrados durante a pesquisa de campo; e constituir-se corpus para a construção de um vocabulário voltado para os saberes da/sobre a terra. Nesse sentido, estamos desenvolvendo um estudo lexical junto às mulheres camponesas dessa região, corroborando assim com o que se tem discutido a respeito dos Estudos Decoloniais, onde autores como Quijano (2010), Mignolo (2003) e Gonzalez (1979) afirmam que é urgente voltarmos nossas percepções para os saberes ancestrais, que ao longo do tempo são frequentemente silenciados e roubados pelo capitalismo, rompendo assim com os discursos hegemônicos que colocam os homens (brancos e cisgêneros) em frequente posição de poder e autonomia, enquanto o trabalho desenvolvido pelas mulheres, em especial, as camponesas, não é reconhecido, tendo em vista que o manejo com a terra é



[...] visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe à atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal. Estas atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres e marcam a diferenciação no mundo rural dos sexos feminino e masculino. A variável jornada de trabalho é o melhor indicador para expressar esse estereótipo feminino – de provedora das necessidades da família – com a declaração das trabalhadoras rurais de reduzido número de horas semanais trabalhadas. Assim, a tradição de ocultamento do trabalho feminino tinha que se refletir no mundo rural, numa diluição deste na cooperação familiar e no desconhecimento dos seus direitos sociais mais elementares (MELO; SABBATO, 2006, p 85).

A pesquisa é qualitativa, pois trata de dados de fala colhidos entre mulheres da Região Tocantina do Maranhão, abordando, principalmente, seus conhecimentos no que diz respeito a plantas medicinais, manejo com a terra, criação de animais e outros saberes que envolvem a fauna e a flora. Ao longo da pesquisa de campo, utilizamos diferentes técnicas de registro audiovisual e fotográfico (microfone de lapela, celulares, aplicativos de captação de áudio), bem como o diário de campo como forma de arquivar informações pertinentes (data da entrevista, horário do início e do término, além de detalhes que complementem a fala da entrevistada). Até o momento, conseguimos seguir parcialmente o cronograma de execução do projeto, tendo enfrentado alguns imprevistos, uma vez que, além da pandemia da COVID-19, tivemos uma dificuldade significativa no momento de estabelecer contato com as mulheres mapeadas, pois houve um estranhamento com relação ao nosso interesse em ouvi-las, mesmo que tenhamos chegado até elas por meio de pessoas de sua confiança. Isso foi perceptível, principalmente, com as duas primeiras entrevistadas. Assim,

algumas delas questionaram os motivos pelos quais não falaríamos com seus maridos, demonstrando mais uma vez que precisamos

[...] compreender o contexto cultural – androcêntrico e heteronormativo – em que estamos inseridos (as), as influências da socialização de gênero na construção de projetos de vida e trabalho e as maneiras como se naturalizam as diferenças sociais, já que mulheres e homens ainda são educados de forma diferente desde o nascimento em função do sexo biológico (CARVALHO, PINTO E RABAY, p. 49, 2017).

Mesmo com essas dificuldades, conseguimos entrevistar cinco mulheres até o momento: duas no povoado Trecho Seco (Município de Cidelândia), duas do Assentamento Francisco Romão (Município de Açailândia) e uma no Assentamento Califórnia (Município de Açailândia). Dessa forma, através desse contato, tivemos acesso a diversos tipos de saberes, especialmente, em se tratando da fauna, flora e técnicas de cultivo. Saberes ancestrais que durante muitos séculos salvaram e ainda salvam vidas da fome e de muitas doenças, saberes que escapam da necropolítica e do epistemicídio institucionalizados em nosso país. Propomos, assim, uma perspectiva que ressignifica aquilo que se sabe a respeito da Região Tocantina do Maranhão, tirando os homens do palco e lançando luz perante as vozes femininas ainda muito silenciadas em nossa sociedade. Portanto, toda a discussão teórica dessa pesquisa, alinhada ao fazer científico, busca trazer uma proposta decolonial, no sentido de divulgar os saberes que, por séculos, foram roubados das mulheres e da terra, reduzindo-as a bens de consumo no regime capitalista. Nos conectar com esses saberes é também resgatar nossas próprias raízes, retomar os valores ofuscados pelas relações

de colonialidade e atribuir poder aos conceitos trazidos por outras comunidades que pregam o amor e o respeito pela terra. Falar de saberes locais é falar de nossas avós, bisavós e outras muitas gerações de mulheres que há muito tempo subvertem e sobrevivem ao poder hegemônico cujo objetivo sempre esteve e ainda está reduzi-las à mão de obra barata, o que muito interessa à lógica capitalista. É fundamental percebermos as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas como grandes patrimônios históricos vivos, com as quais devemos aprender, principalmente, no que diz respeito à resistência e à luta diária por uma sociedade minimamente viável para as futuras gerações dessa terra que há tanto persiste.

### **Referências Bibliográficas**

CARVALHO, M. E. P., PINTO, E. J. S., RABAY, G. "A relação de gênero nas escolhas de cursos superiores." *Revista Tempos e Espaços em educação*. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 22, p. 47-58, mai./ago. 2017.

GONZALEZ, Lélia (1979a). *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. di. "Mulheres Rurais: Invisíveis e Mal Remuneradas." In: *Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul*. Brasília: Editora MDA/Nead, 2006.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. "Por uma razão decolonial." *Civitas*. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social." In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

## FILOSOFIA E LITERATURA

# CAROLINA MARIA DE JESUS: RUPTURAS NO SISTEMA COLONIAL ATRAVÉS DA LITERATURA PERIFÉRICA

Davison da Silva Souza<sup>1</sup>  
Carla Jeany Duarte Braúna<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho dialoga sobre Literatura Periférica, tendo Carolina Maria de Jesus como percursora dessa literatura, que abriu/abre caminhos para que no hoje pessoas negras das periferias do Brasil possam escrever, recitar e dialogar sobre suas realidades. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar a literatura periférica como ponto de ruptura no sistema racista colonial brasileiro. Para tal, opto por uma abordagem qualitativa e como método, a pesquisa bibliográfica. Dialogando com os textos de Bergamin (2022) e Oliveira (2017), concluo que, a partir da ruptura causada pela literatura de Carolina, foi possível a abertura de caminhos para que pesquisadores/as e escritores/as marginais pudessem se expressar e pronunciar suas vidas a partir do “eu”, da centralidade de suas vivências e experiências, sendo, portanto, protagonistas de suas literaturas.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus. Literatura Periférica. Decolonialidade.

## Introdução

O livro “Vidas secas”, de Graciliano Ramos, conta a história de uma família sertaneja atravessada pela fome e seca no nordeste do Brasil, essa literatura, apesar de falar de sujeitos marginais, é escrita por alguém que não

---

<sup>1</sup> Pedagogo formado pela Universidade Estadual do Ceará, pesquisador em educação para as relações étnico-raciais, política de cotas e educação popular. Atualmente cursa especialização em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Infantil na Faculdade Plus. [davisonsouzza20@gmail.com](mailto:davisonsouzza20@gmail.com).

<sup>2</sup> Pedagoga formada pela Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora em educação e inclusão. [carlajeanyduarteidem@gmail.com](mailto:carlajeanyduarteidem@gmail.com).

vivenciou essa fome, ou seja, por um olhar de quem interpretou aquela realidade, não o olhar de quem a viveu, e, portanto, é íntimo dela.

Diante disso, e após ler o artigo de Cleber José de Oliveira, denominado: “Literatura modernista e literatura periférica: engajamentos intelectuais de representação e autorrepresentação”, vemos Carolina Maria de Jesus como percursora da Literatura Periférica, escrevendo a realidade a partir dos caminhos de quem a vivência. Após a leitura, me senti instigado, já que também sou um pesquisador periférico e escrevo dialogando com minha realidade e com as referências quem compõem minha comunidade.

Tendo isso em vista, o objetivo desta pesquisa consiste em apresentar a literatura periférica como ponto de ruptura no sistema racista colonial brasileiro. Portanto, escrevo este trabalho em primeira pessoa, em consonância com a proposta da literatura periférica.

## **Metodologia**

A metodologia deste trabalho é de abordagem qualitativa, ou seja, se preocupa com universos de significados que não podem ser quantificados, segundo Minayo a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Em diálogo com essa abordagem, optei pelo método bibliográfico, analisando a literatura já existente sobre o tema. Essa abordagem nos

permite “[...] conhecer e analisar as principais contribuições existentes sobre um determinado fato, assunto ou ideia.” (FARIAS; SILVA, 2009, p. 17). Portanto, neste trabalho comungaremos com os trabalhos de Oliveira (2017), Bergamin (2022) e Jesus (2020).

### **A pronúncia do “eu”: abrindo caminhos para o “noiz”**

No Brasil, ler e escrever sempre foi um direito da minoria branca colonizadora, cabendo a maioria da população, no caso, as pessoas de cor, a marginalização dos espaços educacionais. E isso ficou evidente na literatura brasileira, o outro falava por “noiz<sup>3</sup>”, a periferia era representada a partir do olhar de um terceiro, que não vivia aquela realidade e quem vivia a realidade era negado o direito a pronúncia. Segundo Cleber José de Oliveira

Obras como *Macunaíma* (1928), de Mario de Andrade; *O quinze* (1930), de Raquel de Queirós; *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Grande Sertão: veredas*, de Guimarães Rosa; *Morte e Vida Severina* (1954-5), de João Cabral, isso para ficarmos em alguns exemplos, são emblemáticas para ilustrar o esquema literário de representação a saber: um escritor de classe média alta, altamente letrado, que fala nestes casos, por um pobre não alfabetizado[...] (OLIVEIRA, 2017, p. 45).

Portanto, diante dessa citação, percebe-se que ao “eu” periférico é negado o direito de escrever sobre sua realidade, de enunciar o seu lugar e singularidades, esse panorama tende a mudar com os escritos de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, periférica e escritora, que a realizou um movimento de denúncia e anúncio, “Isto é, o utopismo, como relação dialética entre denunciar o presente e anunciar o futuro” (FREIRE, 2021, p. 309).

---

<sup>3</sup> Gíria utilizada pelo rapper Emicida, para se referenciar a comunidade negra.

Carolina denunciava a fome, a miséria, e a falta de amparo do estado e com esperança de quem se move, anunciava o futuro em que pudesse dar um teto de alvenaria e estudos aos seus filhos/as (JESUS, 2020)

Carolina, a partir de sua escrita centrada no “eu”, nas suas vivências, desejos, sonhos e desesperanças, ginga e abre caminhos para “noiz”, para que possamos escrever junto a nossa realidade, com recorte geográfico na nossa periferia, quebradas, becos e vielas, da nossa marginalidade, Carolina abre caminhos e se torna precursora da Literatura periférica, como afirma Oliveira (2017).

Diante disso, agora “O marginal aparece como escritor, como alguém que se expressa a partir de si (e não do outro) e provoca quem lê [...]” (BERGAMIN, 2022, p. 5). A literatura acontece na periferia, a partir da necessidade de expressão e representação, como meio e ação rumo a democratização da cultura e da educação, fazendo um movimento circular ancestral, formando assim, uma comunidade de saberes.

Carolina, ao alargar as veredas estreitas postas pelo eurocentrismo, nos permite escrever sobre nossas (sobre)vivências, nossas culturas, saberes e histórias. A partir de sua escrita, “faz de suas palavras o doce, que para o sistema amarga que nem fel” (NEGRA, 2017, s/p).

A literatura de Carolina foi/é tão importante para o marginalizado/a que ultrapassa a esfera literária, e chega em outros espaços-tempos artísticos como no rap: Racioanis mc’s, Djonga, Thiago Elnino, Preta Rara, Tasha e Trace; no funk: Cidinho e Doca, MC Cabelinho, Mc Daleste; e no slam:



Jpret0, Kimani, Midria, Rafa Nunes, dentre tantos/as que são agentes de pronúncia e falam por si e suas “perifas”

No livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina é questionada se seu livro é comunista, então ela responde “[...] é realista” (JESUS, 2020, p. 100), o diálogo se encerra com o homem dizendo que escrever sobre a realidade é perigoso. Carolina, sambando nas linhas do perigo, descreve sua realidade como ninguém. A partir de sua pronúncia e leitura de mundo, ela modifica essa realidade desumanizadora, sendo, portanto, sujeito de sua própria história (FREIRE, 2020).

Através do desbravar de Carolina, hoje é possível que duas pessoas negras da periferia de fortaleza escrevam um trabalho acadêmico, a partir da centralidade e diversidade dos “eus” existentes em “noiz”. Agradecemos à ancestral que, no ontem, possibilitou as rupturas necessárias nesse sistema racista.

### **Considerações parciais**

Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, qual seja: apresentar a literatura periférica como ponto de ruptura no sistema racista colonial brasileiro, optou-se por um estudo bibliográfico dos estudos já existentes referente à temática. Considerando os escritos de Cleber José de Oliveira, como citado no estudo, a leitura e a escrita sempre foram privilégios da minoria branca colonizadora, ocasionando assim a exclusão da população negra nos espaços educacionais, com isso, a representatividade do “Noiz” não era existente.

Dessa maneira, enfatizamos a importância da escrita de Carolina Maria de Jesus que possibilitou e abriu caminho para pessoas negras e periféricas ocuparem os espaços de pesquisa, em que somente era dado a pessoas brancas da elite brasileira. Identificamos que para isso, é preciso considerar a necessidade de expressão e representação da população negra, como uma forma de democratizar a cultura e a educação, construindo assim, uma comunidade de saberes.

Ressaltamos que é preciso continuarmos rompendo com reproduções de preconceito e racismo em nossa sociedade. Com este estudo, concluímos que escrever sobre a realidade, apesar de perigoso, é indispensável. Enquanto existirem sujeitos ativos, conscientes, resistindo e persistindo em serem agentes transformadores, estaremos construindo uma sociedade igualitária.

### **Referências Bibliográficas**

BERGAMIN, Flávia. "Literatura periférica: contribuições para o fazer literário e a sociedade." *R. Iandé - Ciências e humanidades*. São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, p. 1-14, abr. 2022.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; PIMENTEL, Silvina Silva. *Pesquisa e prática pedagógica*. Fortaleza: [s.n.], 2009. v.3.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 14. edição, Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 74. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2020

OLIVEIRA, Cleber José de. "Literatura modernista e literatura periférica: engajamentos intelectuais de representação e autorrepresentação." In: *Revista Arredia*. Dourados, v. 6, n. 10, p. 43-57, jan/jun, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEGRA, Palavra. "Palavra negra #22 - poesia 20144 - centenário da escritora Carolina Maria de Jesus - Rissiani Queiróz." **Youtube**, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/XnaOTEHfo98>> Acesso em: 11 de set. de 2022.

## CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL, SOB A PERSPECTIVA DESCOLONIAL

Bianca Strücker<sup>1</sup>

Denise Tatiane Girardon dos Santos<sup>2</sup>

Tamiris Gabriele Antonello Wiebeling<sup>3</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa visa a abordar os aspectos do colonialismo e a manutenção de algumas de suas características, abarcadas pelo conceito de colonialidade. O recorte temporal considerará a invasão e a colonização, o recorte espacial abrangerá o Brasil e, o social, considerará o gênero, com a abordagem das mulheres e violência, estabelecida pela classificação social hierárquica de raça. A pretensão é compreender a origem histórica, e pela perspectiva do pensamento descolonial, da violência contra as mulheres, ainda presente, no Brasil.

**Palavras-chave:** Modernidade/Colonialidade. Desigualdade de gênero. Brasil.

O objetivo desta pesquisa é abordar os elementos constituintes da violência contra a mulher, no Brasil, a partir da conformação da estrutura social de origem colonialista e dos resquícios da colonialidade, ou seja, sob o prisma do pensamento descolonial. O método de pesquisa será o dedutivo,

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Professora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Advogada. E-mail: biancastrucker@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas Avançadas em Direito Internacional e Ambiental da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEPADIA/UFRJ). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social e do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: dtgsjno@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda no Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). E-mail: tamirisantonello310399@gmail.com.

com as técnicas bibliográfica e documental e de abordagens histórica e qualitativa. Os resultados serão apresentados a partir da abordagem da colonização, do colonialismo, da colonialidade, esta, especificamente, do poder, ocupado por homens brancos e proprietários, e da violência impingida às mulheres, destacadamente, indígenas e negras, justificadas pela classificação social hierarquizante de raça. Destaca-se que a invasão de Abya Yala, pelos europeus, foi marcada por conflitos com povos nativos e justificada em favor de Deus e das Coroas, sobretudo, a portuguesa e a espanhola, e, também, pela ambição dos colonizadores, que desembarcaram no Novo Mundo, frente às riquezas que este poderia lhes proporcionar (SANTOS, 2020). O processo de exploração e colonização da América, iniciado em 1492, foi pautado pelo eurocentrismo, já que os colonizadores (europeu/branco/masculino) consideravam-se superiores em relação às demais sociedades, que eram submetidas ao modelo europeu de organização social, do que decorreu o conceito de raça enquanto classificação social hierárquica artificial (QUIJANO, 2005). No Brasil, inicialmente, foram escravizados os indígenas e, posteriormente, adotou-se o mercado de pessoas escravizadas, trazidas da África; na esfera dos grupos subalternizados, começou-se pelos homens, indígenas e negros, e, com a intensificação da colonização, também as mulheres indígenas e negras passaram a ser alvos de dominação e exploração. O patriarcalismo escravagista brasileiro constituiu diferentes formas de repressão entre homens negros e mulheres negras, e entre mulheres brancas e mulheres negras, estas, especialmente, pois, além de serem escravizadas, sofriam pela

condição de mulher: racismo sexualizado, estupros, objetos de reprodução e sexuais (ÁLVARO; ARAÚJO, 2021). As mulheres indígenas eram consideradas objetos de conquista, inumanas, utilizadas como mão-de-obra e expostas a toda sorte de violência; as negras tinham destino assemelhado, consideradas mercadorias, mesmo que de valor inferior aos negros, e utilizadas, sobretudo, para fins sexuais, frente a escassez de mulheres brancas. Enquanto mulheres indígenas e negras eram escravas e inferiores, as mulheres brancas nasciam livres, à semelhança da sociedade europeia, mas eram subordinadas à esfera privada e sob a égide do patriarca. Dessa forma, tem-se os três arquétipos femininos da época: a mulher indígena, a mulher negra (as quais esta pesquisa se volta) e a mulher branca. O processo de colonização da América Latina, especialmente, no Brasil, foi marcado por fontes de poder aristocráticas, pelo escravagismo e o heteropatriarcado, refletindo em relações sociais desiguais. O machismo é um dos elementos da ideia de superioridade, já que a classificação pela raça comportava, além da origem dos povos, a questão de gênero (mulheres e homossexuais) e de propriedade (pobreza). Essa abordagem histórica é feita pelo pensamento descolonial, que propõe um conjunto de categorias explicativas e analíticas críticas ao modelo moderno-colonial (BALLESTRIN, 2013). A descolonialidade, para além da interpretação e da crítica, implica em possibilidades de intervenção do espaço e ações práticas, pois explica como o conceito de raça foi utilizado para estruturar a modernidade; bem como, o conceito modernidade/colonialidade pressupõe que a colonialidade, enquanto lado obscuro da modernidade, viabilizou que o

sistema capitalista fosse implementado em escala global e tivesse prosseguimento (QUIJANO, 2005). A situação de dominação e de hierarquização social não foi alterada com o fim do colonialismo, porque foi mantida a colonialidade, ou seja, aspectos coloniais de domínio posteriores ao colonialismo. O conceito de descolonialidade parte do pressuposto que o fim do colonialismo histórico, enquanto regime econômico, político e de organização da sociedade, não significou o fim das práticas coloniais, porque a estrutura, já montada, prosseguiu organizando a sociedade (SANTOS, 2020). A colonialidade pode ser verificada pelas dimensões do poder, do saber e do ser, sendo que a primeira propõe que os espaços de poder, localizados, sobretudo, na economia e na política, prosseguiram ocupados pelos mesmos elementos, e com o mesmo modelo, que é o capitalista, e a exploração dos indivíduos mais vulnerabilizados no processo histórico: pessoas indígenas, negras e, especialmente, as mulheres (indígenas, negras e pobres) (QUIJANO, 2005). Após a independência nacional e, inclusive, após a abolição da escravatura, afigura objetificada da mulher foi mantida, e, por decorrência, manteve-se a colonialidade do ser, no sentido de a mulher, sujeita da agressão, ser mantida nessa condição pela maciça e intermitente violência, decorrente da colonialidade do poder. Por decorrência, também se verifica a colonialidade do ser, que estabelece, forçosamente, enquanto uma forma de domínio mental, às próprias mulheres, o comportamento como se coisas fossem, porque são tratadas dessa forma (GUILLAUMIN, 2014). Tais considerações contribuem para o entendimento de como a violência, antes institucionalizada, contra as

mulheres, em especial, às indígenas e negras, tidas como inferiores, fosse mantida mesmo após a abolição da escravatura e a previsão formal de muitos direitos individuais, como o da igualdade. O colonialismo histórico foi sucedido pela colonialidade, e suas características não foram superadas, tanto institucional, quanto socialmente no Brasil, pois, as desigualdades a que as mulheres ainda são submetidas prevalecem, mesmo que, formalmente, a legislação tenha avançado. A discriminação, o biopatriarcalismo e o racismo permanecem enraizados na sociedade, o que contribui para explicar a violência estrutural contra as mulheres no Brasil, que são mantidas em condição de vulnerabilidade e, em certa medida, objetificadas, o que é mais incidente em mulheres não-brancas, ou seja, indígenas e negras. Tais fatores devem ser considerados na abordagem da condição das mulheres no Brasil, inclusive, para (re)pensar métodos de combate à violência de gênero, que perpassa pela superação dos resquícios de colonialidade e escravidão.

### **Referências Bibliográficas**

ÁLVARO, Mirla Cisne; ARAÚJO, Nayra da Silva. "Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial." In: *Tensões Mundiais*. Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/2789/4482>.

Acesso em: 26 set 2022.

BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial." In: *Revista brasileira de ciência política*. Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

GUILLAUMIN, C. "Prática do poder e ideia de natureza." In: FERREIRA, V et al. (org.). *O patriarcado desvelado: teorias de três feministas materialistas*.

Recife: SOS Corpo, 2014. Disponível em:



<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/pesquisa/grupo-de-estudos-e-pesquisa-sobre-violencia-contra-as-mulheres-racismo-e-patriarcado/textos-das-reunioes-julho-dezembro-2020/reuniao-8-9>.

Acesso em: 26 set. 2022.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos. *Estados Plurinacionais na América Latina: cenários para o republicanismo contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2020.

EPISTEMOLOGIAS E ESTÉTICAS  
FEMINISTAS DECOLONIAIS

## ARTEVIVÊNCIA EM CAROLINA MARIA DE JESUS, ELZA SOARES E MARIA AUXILIADORA DA SILVA

Beatriz Schmidt Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho pretende-se apresentar uma análise de obras de Carolina Maria de Jesus, Elza Soares e Maria Auxiliadora da Silva a partir da temática: a cor da fome. A partir de comentários sobre *Quarto de despejo* (1960), a canção *A carne* (2002) e o quadro *O Jantar* (1973) propõe-se um diálogo, por meio de um olhar o qual obra e vida não se separam e são representadas a partir de vivências próprias e experiências outras em referência ao conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo, o qual ampliamos para artevivência. Para um adentramento sobre questões as quais as três artistas refletem e criticam apoiamos em Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, entre outros. Acreditamos que o referido diálogo aprofunda a compreensão de um discurso comum e a constatação de uma linha artística que se faz a partir do protagonismo feminino negro e que questiona a realidade social expressando sua subjetividade.

**Palavras-chave:** A cor da fome. Artevivência. Protagonismo feminino negro.

A escritora Carolina Maria de Jesus (? -1977), a pintora Maria Auxiliadora da Silva (1938-1974) e a cantora Elza Soares (? -2022) são três mulheres negras que nasceram na primeira metade do século XX e apresentam histórias de vida semelhantes, as quais são parte integrante de sua obra. Além disso, suas falas e representações artísticas advêm de experiências pessoais e é justamente no ato de representar suas próprias visões de mundo que reside a resistência que exercem.

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília. E-mail: bscampos@yahoo.com.br

As artistas nascem em um momento de “pós-escravidão”, no qual a imigração europeia e asiática ocupa o mercado de trabalho, mantendo os negros “no mesmo contexto da escravidão”: excluídos de qualquer oportunidade de conseguir empregos dignos, de frequentar a escola, de obter moradia adequada e, mais ainda, de poder escolher uma profissão. Ao relatar sua experiência, Abdias do Nascimento confirma o contexto socioeconômico que as três artistas igualmente enfrentaram:

Tempos atrás, durante o transcurso de minha infância e adolescência, comecei a testemunhar o fenômeno que vem ocorrendo desde os fins do século XIX: ou seja, a invasão do país por levas e levas de trabalhadores brancos vindos da Europa, com o apoio de seus governos de origem, além de ajuda financeira e outras facilidades dispensadas pelo governo do Brasil. Ao mesmo tempo que isso acontecia, a enorme força de trabalho negra era rejeitada, ontem como hoje, por aqueles que corporificam o “sistema econômico”. O “sistema” diretamente, e os imigrantes indiretamente, excluíram o povo negro, de maneira insensível e cruel, de qualquer oportunidade significativa de trabalho. Ambos, tanto o chamado “sistema de produção”, quanto o proletariado- imigrante, se beneficiaram e cresceram à mercê da espoliação e do despojamento total do descendente africano (NASCIMENTO, 1980, p. 19).

Diante do exposto, as obras selecionadas são testemunhos de uma realidade pessoal e social. As narrativas são construídas a partir das imagens de pobreza, de marginalidade e de resistência advindas de suas vivências e de seus olhares sobre o outro. Desse modo, as obras dessas artistas integram um discurso identitário que perdura até os dias de hoje nas pinturas, na voz, nos romances e em outras manifestações artísticas que de alguma forma influenciaram inúmeros artistas nacionais. Ao abordar obras de pessoas negras brasileiras, Evaristo aponta que

Amplia-se então um discurso negro, orientado por uma postura ideológica que levará a uma produção literária marcada por uma fala enfática, denunciadora da condição do negro no Brasil e igualmente afirmativa do mundo e das coisas culturais africanas e afro-brasileiras, o que a diferencia de um discurso produzido nas décadas anteriores, carregados de lamentos, mágoa e impotência. É preciso enfatizar que, embora a década de 1970 tenha sido um período marcante na afirmação dos textos negros, durante toda a formação da literatura brasileira existiram vozes negras desejosas de falar por si e de si. (EVARISTO, 2009, p. 25)

Seguindo essa observação, buscamos ampliar o “discurso negro” ao qual Evaristo nos apresenta, por meio do conceito de escrevivência, para as outras artes, denominando-o artevivência.

Em Quarto de despejo (1960), Carolina Maria de Jesus relata sua intimidade com a fome. Percebe-se em sua escrita não apenas um relato do passar fome diariamente, mas igualmente uma intimidade corporal com o estado da fome. Desse modo a artista relata:

Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago (JESUS, 1960, p. 45).

Nessa via, a autora apresenta-nos uma reação corporal do passar fome. Sobre a frase “a fome é amarela”, que Carolina repete constantemente, sua filha, Vera Eunice nos esclarece:

Eu sempre saí com ela. Ela nunca me deixava na favela. Ela carregava um saco de papel na cabeça, um saco de papel nas costas, eu no braço e uma sacola cheia de fios. E aí, a gente saía. Aí, eu lembro que ela assim sentava na guia das calçadas por que ela tinha tontura e ela me sentava do lado. Aí ela vomitava bÍlis, por isso que ela fala que a fome é amarela., porque ela vomitava bÍlis.

A professora corrobora o significado da imagem mais latente do sofrimento humano que advém da fome e que resulta em vômito de nenhum alimento, do resultado de dor e do estômago vazio. Constatam-se igualmente em Quarto de despejo reflexões advindas de suas próprias experiências e das pessoas ao seu redor, pontuadas por críticas políticas e sociais. Para Carolina: "...O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la" (JESUS, 1960, p. 30).

Vale lembrar que, a fome é tema de repetição, de não resolução e de clímax insolúvel na obra de Carolina. Essa repetitividade cria uma tensão sob a qual, mais que as datas dos relatos, importa o desespero físico da fome, que por vezes se ameniza, mas irremediavelmente acaba retornando com mais força e amargura, sempre (re)lembrando que ali está. Essa situação que não se resolve, indo e voltando em oscilação contínua, produz um suspense na narrativa, como se o tempo parasse, uma espécie de ostinato musical.



Figura 1 – Maria Auxiliadora. Jantar, 1973. Fonte: PEDROSA; OLIVA, 2018, p. 280.

Sobre outro aspecto, o Jantar é um quadro pleno de detalhes e cores. A pintora retrata um lugar de fartura, no qual os personagens são pessoas negras retintas, pessoas negras de pele clara e pessoas brancas. Todavia, percebemos que as empregadas são todas negras retintas: no canto esquerdo do quadro há uma babá acalentando um bebê; no centro do canto superior, a cozinheira, também negra, experimenta a comida; e a empregada negra, de pé na altura do meio da mesa, ao lado da dona da casa, serve os convidados. Na mesa, os convidados são mais claros. Porém, a anfitriã é branca e pelos adornos que veste parece ser abastada.

Vale destacar a riqueza de detalhes que a pintora imprime ao quadro. As rendas das toalhas e das cortinas, as roupas e os adornos dos

personagens. Observa-se a inscrição das comidas nas vasilhas: carne assada, salada e macarronada.

Observando seus quadros extremamente coloridos constata-se o protagonismo negro. Nas narrativas de Auxiliadora, seja de cenas do cotidiano, de cenas religiosas ou de trabalhadores, percebe-se um destaque ao personagem ou à personagem negra, a inserção do negro como participante ativo das “narrativas” retratadas pela pintora. No entanto, no quadro acima, prevalece a figura da negra como serviçal. Por meio dessa imagem que constrói uma pequena narrativa na qual três mulheres negras servem uma branca e seus convidados, podemos verificar que há uma distinção do “lugar” atribuído à mulher negra: de serviço ao branco e de passividade.

A pintura em análise nos remete a uma cena cotidiana, festiva, de muita fartura. Porém, há que se refletir sobre o olhar da pintora, que vê e expressa um mundo onde a diferença racial permanece. Ao observar as feições das empregadas constata-se uma passividade e uma aceitação de suas condições: uma ausência de conflito. Auxiliadora expõe uma percepção quanto ao lugar da mulher negra na sociedade brasileira: desempenhando um papel atuante, partícipe da formação social e cultural, mas ao mesmo tempo marginal, imutável e sem possibilidades.

Auxiliadora expõe e critica a permanência do papel social e econômico da mulher negra, um aspecto que se manteve desde a “abolição da escravatura”: as mucamas, mulheres negras que se instalavam na casa-



grande, onde cuidavam das crianças e serviam aos jovens e às mulheres brancas.

O quadro apresenta uma crítica ao lugar de permanência da mulher negra. A propósito da posição dos negros pós-abolição, Carolina Maria de Jesus oferece a seguinte analogia:

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 32)

O lugar do negro tornou-se o “quarto de despejo”, o lugar onde são confinadas e esquecidas as pessoas que vivem nas favelas e não conseguem ascender socialmente.

A favela foi o lugar que restou para o negro viver e Carolina Maria de Jesus reafirma sua posição social como “objeto fora de uso”.

Em diálogo, observar a textura enquanto volume nas pinturas de Auxiliadora nos remete à voz de Elza Soares: com um colorido próprio e uma ressonância plena de harmônicos que preenchem um espaço vocal de cores e sons. Pensar sobre o trabalho de Elza Soares requer aprofundar não só nos estudos da letra e melodia da canção, mas também em sua interpretação e voz. A cantora protagoniza as canções, como personagem que narra, que atua, que denuncia, colocando sua vivência e experiência em cada frase cantada. Sob esse olhar, refletiremos sobre a canção “A carne”, composta por Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti, do álbum *Do cóccix até o pescoço*, lançado em 2002 pela gravadora Maianga discos.

A canção inicia-se com Elza Soares cantando à capela o primeiro verso – “A carne mais barata do mercado é a carne negra” – com muito volume, a voz muito rouca e prolongando o verso ad libitum, sem um ritmo, marcado com uma melodia que remete a uma oração. A cantora inicia seu canto já anunciando a temática crítica e contundente da canção. Na primeira melodia as notas se repetem e apenas no final das frases sofrem alguma variação, aproximando o canto da fala. À medida que a frase musical se desdobra, Elza vai declamando cada nota com uma coloração diferente, acentuando cada sílaba e reforçando o sentido da frase.

Logo após, entram o ritmo hip hop e vozes faladas, acompanhando o canto de Elza, que repete mais quatro vezes o primeiro verso. São frases melódicas que não variam muito em suas notas: não há saltos melódicos de mais de uma terça. No entanto, Elza realiza variações cantando a mesma frase melódica em uma terça mais aguda e variando seu timbre de voz. Há uma sonoridade diferente em cada repetição frasal e as notas destacam-se pelas cores que a cantora imprime aos versos melódicos por meio de sua voz.

O ritmo dançante dialoga com a melodia e dá uma força ainda maior à temática de crítica e de denúncia ao racismo e ao lugar do negro em nossa sociedade brasileira (contraste entre letra e música-melodia e ritmo). A canção denuncia e coloca o lugar do negro hoje: a prisão, a morte indigente, o subemprego e a marginalidade que leva à loucura ou ao olhar discriminatório que vê o negro marginal como louco. São os piores destinos a que o negro é imposto e que nos remetem ao quadro de Maria Auxiliadora

da Silva e à fala de Carolina Maria de Jesus: “[...] o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (JESUS, 1960, p. 33).

Ao final da canção, o verso inicial é repetido cinco vezes retomando seu início, remetendo a um movimento circular. Os versos “que fez e faz história/segurando esse país no braço/ o cabra aqui não se sente revoltado/ porque o revólver já está engatilhado” dialogam diretamente com o conformismo retratado na tela de Auxiliadora. No entanto, o “conformismo” abordado, na verdade, é uma crítica ao poder do estado de não proteger o negro, de não lhe dar oportunidades e de colocá-lo em um “lugar” imutável da sociedade, como denuncia Gonzalez (1984).

Vale refletir que nos últimos anos de sua carreira-vida, Elza Soares cantava “a carne mais barata do mercado não é mais a carne negra”, ressaltando a importância de superar o discurso do sofrimento do povo, de inseri-lo no passado, como registro histórico e demonstração de resistência constante, como explica Assunção de Maria Sousa e Silva:

Negros e negras despertados com seus gritos de combate ao racismo, à misoginia, à homofobia, com livre acesso a todos os lugares, sem pedir licença, porque sabedores de que podem ocupar qualquer um deles. Não! “A carne mais barata do mercado não é mais a carne negra”. Essa já tão usurpada, retorcida, desqualificada, reduzida a segundo plano, nutre a derrubada da hegemonia branca, combate o epistemicídio que privilegia o pensamento eurocêntrico e patriarcal o qual sedimentava uma única visão da história. (SILVA, 2020, p. 118)

Elza, no entanto, foi reconhecendo o atual retrocesso que atravessa o Brasil desde 2016.

As grandes ondas de conquistas vieram e se foram em efêmero movimento. Conquistas. Porém, o sistema de opressão se reprograma

constantemente. Homens e mulheres negras se apropriam das oportunidades e constroem mudanças em suas vidas pelo acesso à educação e ascensão social, ainda que limitada. O direito de sonhar e concretizar sonhos é cevado nesse período. Muitos jovens alcançam conquistas até então intransponíveis: graduam-se, cursam mestrado e doutorado, iniciam carreiras promissoras. Os corpos de negros e pobres refutam ser a carne mais barata do mercado. E se revigoram por uma tomada de consciência cidadã (SILVA, 2020, p. 118).

No entanto, retoma rapidamente a hegemonia branca, patriarcal, racista, misógina, fazendo da canção novamente atual, crítica e necessária.

As cores presentes nas imagens da fome e no tom da pele, bem como temáticas comuns, são pensadas a partir de críticas à violência tanto corporal, como psíquica e espiritual. Elementos de repetição apresentam-se no Quarto de despejo a partir de inúmeras reflexões sobre o sofrimento da fome. Em *Auxiliadora*, a tensão é demonstrada pelos contrastes tanto da cor da pele quanto pela posição e vestimentas das personagens, dos olhares de desconforto e ao mesmo tempo, de imobilidade. E, na canção, o elemento repetitivo e de tensão se faz notório a partir das repetições da frase “A carne mais barata do mercado negro”, em contraste com os timbres explorados pela cantora em cada nota musical. É por meio desse olhar que *Auxiliadora*, Elza e Carolina pintam, cantam e escrevem suas obras. As cores de sua pele misturam-se à cor de suas próprias vozes. Suas obras são uma fala de denúncia de seu próprio sofrimento e do sofrimento do “outro”.

### **Referências Bibliográficas**

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira.” In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Edição Popular, 1960.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PEDROSA, Adriano; OLIVA, Fernando (orgs.) (2018). *Maria Auxiliadora: vida cotidiana, pintura e resistência*. São Paulo: MASP.

SILVA, Assunção de Maria Souza e. "Escrevivência: itinerário de vidas e de palavras." *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 115-133. 2020.

## DECOLONIZANDO VÊNUS – VAL SOUZA E SUA NARRATIVA DE ANCESTRALIDADE E PODER

Karina de França Silva Valle<sup>1</sup>

**Resumo:** Partindo do pressuposto que o imaginário social passa por imagens, este estudo tem como objetivo apresentar um novo protótipo imagético referente a mulher negra brasileira, longe da subalternização. Por meio da metodologia análise documental e crítica, apresentamos como resultado uma reflexão sobre o autoagenciamento baseado no amor pessoal que se amplia ao coletivo. O resultado da pesquisa sobre a produção artística/intelectual da artista visual Val Souza e sua Vênus, nos leva a concluir que quando decolonizamos o olhar e apresentamos novas políticas do imaginário, podemos ampliar o entendimento do mundo ao qual pertencemos e alicerçarmos enfrentamentos para a sua transformação.

**Palavras-chave:** Imagens. Representações. Mulher Negra Brasileira. Val Souza. Autoagenciamento.

O estudo da imagem, especificamente da representação da mulher negra brasileira, a mulher racializada, já engloba fatores polissêmicos. O campo das representações pode ser definido como uma área em franca disputa, porque posiciona sujeitos sociais em lugares e em não lugares, como O ser e conseqüentemente quem é o Outro/ Não ser.

Mas penso que é chegada a boa hora de “lermos imagens” (...) Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam. (SCHUWARCZ, 2018, p. 392 e 393).

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais da UFABC (Universidade Federal do ABC). E-mail: kfsvalle@gmail.com

A citação acima expressa um elemento notório em nossa pesquisa, “os elementos que circulam, interpelam, negociam”. O que se torna comum nessas imagens, não exatamente seguindo uma linha histórica, não exatamente característico de forma isolada, contudo, “uma marca” que persiste, que irrompe o tempo e permanece para além da imagem presente nos meios, mas que impregna todo um imaginário social.

A colonialidade de poder é um conceito importante para nossa reflexão, pois vai além de uma mera herança colonial, ela nasce no colonialismo, mas seus efeitos permanecem até os dias atuais. O padrão/modelo hegemônico eurocentrado ainda está em nós.

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objectivantes. Foram reduzidos à condição de indivíduos rurais e iletrados. (...) A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. (QUIJANO, pg. 111 e 112, 2009)

Quando falamos de mulher brasileira, em especial a negra, podemos refletir que tipo de percepção povoa nosso imaginário. Que tipos de relações há entre o real, o simbólico e o imaginário que transcorrem a vida dessas mulheres. E como o racismo e o sexismo são elementos tão aderentes na vida dessas delas.

A sociedade brasileira é envolta em um fenômeno conhecido como ‘mito da democracia racial’, atualmente contestado por Sueli Carneiro. A autora citada, no podcast Mano a Mano, quando entrevistada pelo rapper

Mano Brown e pela jornalista Semayat Oliveira, disse que no Brasil atual o racismo existente dialoga com o nazifascismo, movimento que deixa escancarado a superioridade dos lidos como brancos no país, desferindo diversas opressões aos grupos não brancos. O que Sueli Carneiro diz é que no Brasil de hoje há o racismo frontal.

Ao contrário do que apontava o mito da democracia racial que escamoteava o racismo, que o escondia e conforme a célebre Lélia Gonzalez evidenciava: o racismo disfarçado, o que percebemos presentemente é a ascensão de um discurso e práticas cotidianas que enaltecem a subalternização dos povos racializados. Com isso a discriminação a mulheres negras é evidenciada. Em uma sociedade como a nossa, onde o racismo e sexismo andam juntos proporcionando desigualdades sobretudo às mulheres, a difusão e a discussão de novos protótipos imagéticos se fazem necessários.

A artista visual Val Souza em sua obra *Vênus assemblage* ou *Estudos de Vênus 1, 2020-2022*, propõe refletirmos sobre uma possibilidade imagética à mulher negra brasileira longe da condição de subalternização.





*Figura 1 – Mural que precede a obra “Vênus” de Val Souza*

No decorrer do estudo sobre “Vênus”, tendo como suporte a metodologia da Análise Documental e Crítica, a proposta de Val Souza se alinha ao tempo que vivemos.

Um tempo em que a luta contra o racismo e sexismo é interpelada todos os dias, em um tempo onde o governo brasileiro produz cotidianamente discursos de ódio aos racializados, mulheres e pobres. O governo de Jair Bolsonaro traduz em sua prática a desumanidade, a ausência de amor ao próximo. A dessemelhança.

Os autorretratos realizados por Val Souza primeiramente são bases de uma investigação da própria artista, consideramos tanto o processo como a obra de Val Souza como documentos, assim como prevê a metodologia adotada. Documentos autorais, são pertencentes a um processo de criação. A esses documentos autorais foram somados a imagens conhecidas de outras mulheres negras que compõe um arquivo histórico.

A inquietação que Val Souza nos provoca é justamente o grande deslocamento que sua obra revela, elevar a mulher negra brasileira a um patamar de potência, de vida, de existência. Na entrevista concedida a Revista Zum, em outubro de 2022, Souza disponibilizou uma chave de interpretação possível sobre sua Vênus:

Minha sensualidade te incomoda? É porque eu danço como se tivesse um diamante entre as pernas, e você, impávido desbravador, tropeça, procurando uma maneira de explorar e invadir. Não temo os meus desejos, eles me dão vigor capaz de recusar a impotência do Estado, como o autoapagamento e a negação. Você me olha. Você me deseja. E espera o momento para invadir minha fortaleza. Meu brilho te incomoda? Meu atrevimento te perturba? Séculos se passaram até que eu pudesse falar minha própria língua. A minha boca destila mel e é tão macia quanto azeite. Você pode me riscar da História ou me marcar com suas mentiras amargas e distorcidas lançadas ao ar. Pode tentar me esmagar, mas ainda assim, como as ondas do mar, eu vou me levantar.

Val Souza, em seu depoimento, que para nós pode ser entendido como um manifesto em construção, a partir do próprio nome da obra investigada em questão – Vênus – que em um momento primeiro pode ser atrelado a um ícone de beleza eurocentrada, contudo, a Vênus de Val Souza desconstrói isso também. A beleza da mulher negra brasileira que Souza reivindica é uma beleza que liberta, beleza que não se cala e que não se esconde. Beleza propulsora de enfrentamento para o não silenciamento, força que entrar para a História como afirmação.

E quando discorremos Vênus assemblage ou Estudos de Vênus 1, apreciamos uma ação descolonizadora que dá abertura a novas formas

existenciais e, como a proposta da artista Val Souza converge para o conceito de autoagenciamento proferido por bell hooks:

Ao descrever as maneiras pelas quais homens e mulheres em geral, e pessoas negras em particular, desenvolvem sua capacidade de amar dentro de uma cultura patriarcal, racista e niilista, bell hooks relaciona sua teoria do amor com os principais problemas da sociedade. Apesar de falar a partir da sociedade estadunidense, suas reflexões servem para nós brasileiros, já que também somos um país que sofre dos males que a autora tanto procura ver superados: racismo, sexismo, homofobia, imperialismo e exploração. (...) Aprofundando as ideias trazidas por Cornel West referentes às “políticas de conversão” para tratar o niilismo presente na sociedade, hooks coloca a ética do amor no centro dessas políticas. E, nessa perspectiva, compreende que o pessoal sobrevive por meio da ligação com o coletivo: é o poder de se autoagenciar (*self-agency*) em meio ao caos e determinar o autoagenciamento coletivo. (hooks, 2022, p. 11)

O vínculo que a Vênus de Val Souza tem com o conceito de autoagenciamento de bell hooks nos mostra que o Amor não é algo que já está dado. O Amor não está facilmente disponível, ele é uma construção diária. E essa construção consiste em cada um de nós entendermos qual é o significado legítimo desse Amor, o que nos faz sentido, é uma construção acerca do seu aprendizado, desde o seu sentido à sua prática.

Val Souza nos impressiona com sua beleza, que ao contrário de um debalde, suas imagens são embaladas por um amor por si mesma, por quem ela é, amor ao corpo que abriga desejos, sonhos e vontade de viver.



*Figura 2 - Fragmento de Vênus assemblage ou Estudos de Vênus 1*



*Figura 3 - Vênus assemblage ou Estudos de Vênus 1, foto realizada em visita a exposição: Por muito tempo acreditei ter sonhado que era livre – Programa Arte Atual, no Instituto Tomie Ohtake, 2022.*

Vênus assemblage ou Estudos de Vênus 1, inicia-se em flagrantes cotidianos de uma mulher racializada, que com amorosidade encontra sentido em sua vida e aproveita seus momentos com sua sensualidade, a desconstrução de um discurso que outrora foi ecoado como desprezo. A Vênus desconstruída de Val Souza surge imponente, descolonizada, pronta para um presente onde o Amor por si é fundamental. Um Amor não romântico, mas constitutivo de uma razão voltada a sua própria existência. Uma ontologia ressignificada no Amor.

### **Referências Bibliográficas**

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.

JUNIOR, Carlos Lima. *O sequestro da independência*. Carlos Lima Junior, Lilia Moritz Schwarcz, Lúcia Klück Stumpf. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras 2022.

NOGUEIRA, Thyago. "Atualizando Vênus." *Revista Zum*, São Paulo, volume 1, número 23, p. 28 - 43, outubro, 2022.

<https://www.flipsnack.com/institutotomieohtake/arte-atual-2022.html>

Mano Brown e Seymaiat Oliveira. *Mano a Mano*. Original Spotify, 26/05/2022. Podcast. Disponível em: [www.spotify.com](http://www.spotify.com) Acesso em 30/05/2022.

## **“AFLUÊNCIAS”: UM DOCUMENTÁRIO JORNALÍSTICO SOBRE AFETIVIDADE E SEXUALIDADE DE MULHERES INDÍGENAS EM RETOMADA**

Maria Iasmin da Costa Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** “Afluências” é um produto audiovisual realizado para a conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal da Paraíba. O principal objetivo da obra concentra-se em entender como a afetividade e sexualidade afetam a vida de mulheres indígenas em retomada, mostrando que as mesmas passam por processos que foram impostos pela colonialidade do poder, visibilizando a discussão sobre afetividade e sexualidade na perspectiva de retomada dessas mulheres. Busca-se compreender ainda como o colonialismo, machismo, e o racismo afetam a vida amorosa e sexual, em diversos sentidos, das mulheres indígenas em retomada. Neste resumo expandido busca trazer o referencial teórico que norteou o estudo e também as etapas de pré-produção, produção e pós-produção do documentário jornalístico. O produto ficou com quatorze minutos e cinquenta e seis segundos. Está disponível no link: <https://youtu.be/qOHMLRTmq78>.

**Palavras-chave:** documentário jornalístico; mulheres indígenas em retomada; afetividade; sexualidade; retomada indígena

### **Introdução**

Quando nos lembramos de mulheres indígenas em retomada qual o primeiro pensamento que vem na mente?<sup>2</sup> Não sei para você, mas para mim, como mulher indígena em retomada vem o termo “não lugar”. Essa expressão fala por si só, o “não lugar” se trata daquele espaço em que nada se encaixa. Para pessoas como eu, a vida toda é nos dada palavras para

---

<sup>1</sup> Jornalista formada em 2022 pela Universidade Federal da Paraíba, [mics@academico.ufpb.br](mailto:mics@academico.ufpb.br)

<sup>2</sup> A retoma indígena é um movimento social de pessoas indígenas que busca resgatar o território, a reconquista da identidade e da espiritualidade indígena.

sintetizar quem somos, dentre elas estão os vocábulos: parda, morena, cabocla. Esses termos são frutos do processo de colonização que sofremos aqui no Brasil. A colonização deixou rastros por todos os aspectos da vida das pessoas não brancas, inclusive no âmbito afetivo e sexual. E é justamente a afetividade e sexualidade de mulheres indígenas em retomada que guiou todo este trabalho. As formas de expressar sentimentos e receber demonstrações de afeto foram impactadas diretamente pelo andamento do colonialismo. A vida amorosa e sexual é um ponto essencial para nossa subjetividade. E por isso, trouxe essa discussão à tona através da vivência de algumas mulheres indígenas em retomada. Mulheres indígenas passaram a ser vistas como corpos sem subjetividade, e a partir daí, o sujeito colonizador começou a animalizá-las, às tornando parte de suas posses. Além disso, vários estereótipos ligados ao campo afetivo e sexual foram criados pelo colonizador para justificar uma série de abusos de ordem sexual, psicológica e patrimonial. A palavra “afluência” é substantivo feminino, que segundo o dicionário significa “corrente caudalosa de águas; local em que os rios se encontram. [...] Afluxo; excesso de movimentação de pessoas ou de coisas que se direcionam para o mesmo local” (DICIO, 2022). Levando em consideração tudo que foi exposto aqui, a motivação para o trabalho foi dar voz a mulheres que muitas vezes são silenciadas, e deixar registrado através de áudio e vídeo o processo que as entrevistadas passaram e passam. O objetivo geral do documentário foi compreender como a afetividade e a sexualidade afetam a vida de mulheres indígenas em retomada. Mostrar que as mulheres indígenas em retomada passam por processos que foram

impostos pela colonialidade do poder, visibilizando a discussão sobre afetividade e sexualidade na perspectiva de retomada dessas mulheres. E compreender como o colonialismo, machismo, e o racismo afetam a vida amorosa e sexual, em diversos sentidos, das mulheres indígenas em retomada. Para o documentário foram entrevistadas três mulheres indígenas em retomada de etnias diferentes, idades, e estilo de vida, buscando a diversificação dos depoimentos. Elas foram o ponto chave do trabalho. A partir dos depoimentos das entrevistadas pude montar o documentário.

## **Metodologia**

Para a gravação do documentário foram utilizadas técnicas jornalísticas durante as entrevistas que foram aprendidas durante a graduação, entrevista com base no documentário e o método etnográfico. No documentário a entrevista “[...] pode ser utilizada para construir e resgatar uma memória coletiva, quando vários personagens falam de suas experiências ou lembranças, e também como construção da história de um personagem, através de seus relatos e reflexões sobre sua própria vida.” (MUSSE, MUSSE, 2010). A entrevista foi a parte mais importante da obra, ela guiou todo o processo.

E o método escolhido para conduzir as entrevistas não poderia ser outro a não ser o etnográfico, porque eu sou uma mulher indígena em retomada e sei bem como a afetividade e a sexualidade influenciam em nossas vidas. A entrevista etnográfica permite ao entrevistador ir mais a fundo e articula pensamentos entre o entrevistado e o entrevistador:



A entrevista etnográfica, considerada como prática discursiva, é um processo de coprodução de informações entre o entrevistador e o entrevistado que orienta a interpretação do que foi dito por meio de pistas metodiscursivas. Os quadros interpretativos de ambos são articulados em virtude das características reflexivas e indexicais da linguagem, que calibram as posições sociais dos interlocutores durante a realização da entrevista (PIZARRO, 2014, p. 461, tradução nossa)<sup>3</sup>.

O documentário é um meio muito importante para contar histórias. Ele pode ser levado ao público proporcionando um campo maior de espraiamento. A afetividade e sexualidade de mulheres indígenas em retomada pode ser compreendida através de falas, e outros recursos que foram produzidos por essas mulheres. A intenção da pesquisa é trazer a discussão sobre esse tema na perspectiva de quem realmente passa por isso diariamente, e por mulheres que fazem parte desse grupo em retomada. Para embasar as discussões levantadas, foi realizado um levantamento bibliográfico de autoras e autores que pesquisam sobre linguagem documental, sobre solidão, afetividade e sexualidade de mulheres não brancas.

## **Resultados**

O tema que trago no documentário está em plena ebulição na sociedade atual. Até pouco tempo, não se falava sobre retomada indígena,

---

<sup>3</sup> La entrevista etnográfica, considerada como práctica discursiva, es un proceso de co-producción de la información entre el entrevistador y el entrevistado quienes orientan la interpretación de lo dicho a través de pistas meta-discursivas. Los marcos interpretativos de ambos se articulan en virtud de las características reflexivas e indexicales del lenguaje, las que calibran las posiciones sociales de los interlocutores durante la performance de la entrevista.

mas o diálogo sobre o tema vem crescendo ao longo dos anos e sendo pesquisada (SILVA); (PIMENTEL). Já a afetividade e sexualidade de mulheres não brancas é pesquisada há mais tempo (PACHECO); (HOOKS). Outro fator de destaque é que essa obra foi idealizada e realizada por mim, uma mulher indígena em retomada, que vivencia diariamente todas as violências colonialistas de ser um corpo de uma mulher indígena em retomada, em uma sociedade racista e extremamente hostil para pessoas como nós. “Afluências” é um produto audiovisual pensado para gerar reflexões e identificação do público alvo. É um documentário que se propôs a contar histórias de mulheres, e foi além. Não apenas trouxe as vivências dessas mulheres, mas adentrou no caminho artístico com as poesias e imagens, levando quem assiste para dar uma volta pela subjetividade de mulheres indígenas em retomada.

Ao entrevistar as três convidadas e realizar a montagem da obra fílmica, os objetivos foram alcançados. “Afluências” demonstra por meio de sua construção como a afetividade e sexualidade das mulheres indígenas é afetada pela colonialidade do poder, pelo machismo, e o racismo. Não foi fácil realizar essa obra quase sozinha, não ficou perfeito, há alguns imprevistos técnicos, mas cumpri os objetivos.

## **Conclusão**

Nas idas e vindas de inspiração me pegava questionando o tema, o jeito que foi feito, as lacunas, os erros e tudo que faz parte do processo. Eu tenho certeza que eu estou mais forte e mais focada no que eu quero com a

finalização e entrega deste produto. Eu quero que ele seja para o mundo, que a mensagem do filme seja espalhada por todos os cantos que passar. Meu maior desejo enquanto realizadora de “Afluências” é que mulheres como eu e todas as entrevistadas possam se reconhecer no discurso que o documentário traz, e saber que elas não estão sozinhas. Acredito que “Afluências” vai impactar o campo de pesquisa e vai ampliar os estudos sobre o tema. É uma oportunidade para abrir uma discussão sobre a afetividade e sexualidade de mulheres indígenas em retomada, que afeta a vida de diversas mulheres pelo Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

AFLUÊNCIAS. In: DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/afluencia/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

HOOBS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher Negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PIMENTEL DA SILVA, M. do S. “A Pedagogia da retomada: decolonização de saberes.” *Articulando e Construindo Saberes, [S. l.]*, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/racs.v2i1.49013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/49013>. Acesso em: 20 out. 2021.

PIZARRO, Cynthia. “La Entrevista Etnográfica Como Práctica Discursiva: Análisis de Caso Sobre Las Pistas Meta-Discursivas y La Emergencia de Categorías Nativas.” *Revista de Antropología*, vol. 57, no. 1, Revista de Antropología, 2014, pp. 461–96, <https://www.jstor.org/stable/26605458>.

SILVA, Amanda Cristina Souza. *Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas*. Disponível em: <https://www2.unifap.br/cepap/files/2017/10/AMANDA-SOUZAG%c3%aanero-e-Etnia.pdf>. Acesso em: 14 fev.2022.

## VIVER, PENSAR, E ESCREVER DESDE A FRONTEIRA

Louise CONAN<sup>1</sup>

**Resumo:** A perspectiva geral neste trabalho é a de questionar o que a narrativa da experiência vivida e íntima produz politicamente no modo de apreender relações de dominação. Para isso, eu gostaria de pensar a partir dos escritos da poeta e ativista política chicana Gloria Anzaldúa. O propósito nesse trabalho é destacar a experiência viva de Anzaldúa em seu potencial político. Analisar o lugar epistêmico da escritura como espaço de desobediência epistêmica e política.

**Palavras-chave:** desobediência epistêmica, autobiografia, auto-história, subjetividade múltipla, hibridez.

**Financiamento:** Intercambio financiado com a bolsa regional ERASMUS + (Occitanie)

“I am a border woman” diz a própria Gloria Anzaldúa no prefácio de seu livro principal *Borderlands/La Frontera* (1987). A noção de Anzaldúa sobre a fronteira torna-se uma questão de apreensão e uma estrutura para compreender o mundo. É esse gesto filosófico e político que tentaremos captar nesta pesquisa. Para ela, as fronteiras são espaciais, raciais, culturais, linguísticas e sexuais. Em sua proposta de uma “teoria da carne” (1981), Cherrie Moraga aponta que as teorias e os pensamentos da autora são sempre vinculados com sua vida e por isso algumas questões são importantes para entender esse vínculo entre a vida e obra de Anzaldúa: O que significa produzir conhecimento a partir desta fronteira, esta

---

<sup>1</sup> Mestrado de filosofia na Université de Toulouse Jean Jaurès (França). Intercâmbio Universidade Federal da Bahia com o PPGNEIM. Professora orientadora : Elsa Dorlin. [louiseconan4@gmail.com](mailto:louiseconan4@gmail.com)

subjetividade dividida que Anzaldúa politizou? O que significa produzir conhecimento a partir da fronteira, a partir da hibridade? Que tensões, resistências e possibilidades de transformação emergem deste pensamento radical da margem, da identidade da fronteira e da narrativa desta "ferida da intimidade"? Anzaldúa nos mostra a fronteira como uma pele. Ao construir a analogia entre a fronteira e a ferida do corpo, ela nos transmite em toda sua materialidade e densidade a experiência de uma existência marginalizada negada. O trabalho procura destacar como a teoria de Anzaldúa nos permite apreender caminhos para fugir da subjetividade alienada que a visão moderna e ocidental da identidade defende como unívoca. A investigação compreende a análise dos textos produzidos por Anzaldúa em duas obras: O primeiro é o texto "La prieta" do livro "This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color" (1981). Segundo, alguns extratos da sua obra maior *Bordelands* (1987).

Primeiramente, na parte principal do ensaio, estou interessada em uma dimensão fenomenológica, ligada à lógica sócio-política de dominação, violência e desrealização das identidades que operam nos corpos dos seres fronteiriços. Nesse caso, mais brevemente, questionaremos a reflexividade, de escrever a própria vida e experiência vivida, isto é, para quem e por que ela escreve? Que tensões internas estão envolvidas na narração da história e na produção de sentido a partir da experiência vivida? Contando sua história que faz autoridade, a linguagem legítima do dominante, implica a imposição de uma estrutura discursiva, particularmente semântica. Esta é a questão fundamental colocada pelo

título do livro de Gayatri Spivak *Can the Subaltern Speak?* (1985). Em outras palavras, até que ponto é possível considerar que o discurso sobre si mesmo pode constituir uma forma de emancipação de resistência à violência sofrida, se o próprio ato de a colocar em palavras já estiver impregnado de poder e ela própria sujeita à lógica da alienação. A experiência de Anzaldúa, sobre a qual ela reflete, teoriza e problematiza, permite captar a experiência da dissonância específica dos seres marginalizados para os quais a experiência singular do mundo, não correspondente à das narrativas dominantes. Ela está consciente de que o político está situado na tragédia de sua vida. Finalmente, olharemos o gesto de re-politização da experiência e da vida cotidiana como uma ferramenta hermenêutica de resistência e transformação radical. É uma questão de reintroduzir a própria experiência como parte da realidade do mundo comum colocando sua história pessoal na história nacional legítima. Em particular, analisaremos: a postura epistêmica de Anzaldúa na teorização do pensamento mestiço, desafiando as fronteiras linguísticas, culturais e sociais; as fronteiras culturais e sociais, e como comprometer-se com a descolonização do ser e do conhecimento. Também se poderia considerar a imensa ressonância das teorias e escritos de Anzaldúa na história do feminismo e do diálogo com os feminismos negros. A reivindicação da fronteira permite a criação de um espaço de resistência narrativa e política, inassimilável, que permite abraçar todas essas identidades, todas essas lutas e se opor a quaisquer formas de recuperação e alienação. Se Anzaldúa considera a história de sua vida como importante, é na medida em que é parte de uma perspectiva hermenêutica

coletiva e política de resistência. A própria enunciação da identidade só faz sentido como uma ferramenta política para servir a uma causa comum em direção a uma transformação radical. Do ponto de vista epistemológico, é também uma questão de criar ferramentas, conceitos forjados em uma linguagem "selvagem", que seja não assimilável para fornecer a produção teórica também alienada pelas relações históricas de dominação. Este espaço de resistência é uma forma de constituir uma comunidade política e para fazer emergir a possibilidade de um "nós". Esta é a promessa deste trabalho coletivo "This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color", agora conhecido como um dos principais estudos feministas, a promessa de criar pontes, compartilhando as histórias de experiências. A « auto-história » é, portanto, também uma luta para fazer emergir uma genealogia de políticas e atos de resistência invisibilizados e deixar um rastro da própria luta contra essas lógicas de dominação. A construção da identidade da "New Mestiza" deve ser entendida como um projeto político para A construção da identidade da "Nova Mestiza" deve ser entendida como um projeto político para frustrar e transcender a lógica de dominação da fronteira e a atribuição a uma pura adequação a um eu único. Finalmente, é mais que tudo, uma forma de compreender a dimensão arbitrária e histórica que caracteriza a constituição das relações de dominação, que assim se tornam não fatos isolados e pontuais, mas um sistema visível e, portanto, reversível.

## **Referências Bibliográficas**

MORAGA, Cherríe, *This bridge called my back: Radical writings by women of color*. Expanded and revised third edition, first printing, Berkeley, CA, 2002 (1st ed. 1981).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice*. *Marxism and the Interpretation of Culture*, 1985.



## DESCOLONIZANDO MEMÓRIAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS ARTISTAS GRADA KILOMBA E ROSANA PAULINO

Patrícia Lânes<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo estudar o pensamento e a trajetória de Grada Kilomba e Rosana Paulina, artistas e pensadoras negras que vêm se configurando como referências para a reflexão decolonial no Brasil. Interessa aqui perceber de que maneira ambas articulam produções artísticas e acadêmicas percebidas e interpretadas como decoloniais, considerando suas exposições recentes e suas participações no debate público. Pretende-se, ainda, conhecer como tais contribuições articulam as temáticas da memória coletiva e do trauma colonial. A pesquisa encontra-se em fase preliminar e exploratória e centra-se em exposições recentes de ambas artísticas e em suas falas públicas (entrevistas para imprensa, palestras, aulas etc.).

**Palavras-chaves:** Pensamento negro. Interseccionalidade. Memória. Arte. Decoloniadade.

A política do colonialismo é a política do medo. É criar o 'outro', criar corpos desviantes e dizer que eles são assustadores e terríveis e que nós temos que defender-nos deles como barreiras como passaportes e fronteiras. (...) Normalizamos palavras e imagens que nos informam quem pode representar a condição humana e quem não pode. A linguagem também é transporte de violência, por isso precisamos criar novos formatos e narrativas. Essa desobediência poética é descolonizar. (KILOMBA, 2019)

Rosana Paulino e Grada Kilomba são artistas e pensadoras negras (brasileira e portuguesa/São Tomé e Príncipe, respectivamente) que ganharam visibilidade nos últimos anos. Tanto através de obras artísticas e

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia, bolsista PNPd/ Capes, pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/ UERJ). Email: patricialanes77@gmail.com

exposição, quanto por meio de livros e palestras, as duas têm sido referência para o pensamento contra/de(s)colonial e diaspórico contemporâneo. A presente comunicação tem como objetivo apresentar algumas reflexões ainda preliminares sobre a relevância de suas trajetórias e obras, bem como a repercussão das mesmas como forma de ampliar ações e reflexões decoloniais.

Partindo do pressuposto que o silenciamento e o epistemicídio (SANTOS, 2009; CARNEIRO, 2014) têm sido estratégias coloniais poderosas para colocar pessoas racializadas “em seu devido lugar”, ou seja, como objeto e não como sujeito do conhecimento, proponho fazermos uma espécie de sociologia das intelectuais não-brancas contemporâneas, aprofundando o conhecimento de seus pensamentos e a trajetória pessoal, profissional e política que as trouxeram até o lugar de reconhecimento social e prestígio que hoje possuem no campo das artes (notadamente elitista e colonial), mas também como referências para jovens ativistas, pesquisadoras e pesquisadores da vertente que questiona as diferentes colonialidades na produção do mundo e do conhecimento sobre ele.

Para tanto, busca-se entender a trajetória de ambas como fronteira (para pensar a partir de Gloria Anzaldúa) deslocando limite e intersecção entre campos artístico e acadêmico, onde acumulam diferentes capitais culturais importantes para a construção de seus prestígios e lugares de fala (RIBEIRO, 2017). Revisitar seus trabalhos mais atuais, considerando suas trajetórias na constituição de ambas como artistas e pensadoras negras, pode colaborar para dar relevo ao lugar proeminente de mulheres

racializadas nesses processos, ainda que sejam usualmente “apagadas” tanto dos espaços onde políticas de reconhecimento artístico e intelectual são gestadas no presente (museus, mídias, universidades etc.) como tendo negada a possibilidade de terem seus trabalhos conservados e revisitados no futuro (para múltiplos agenciamentos posteriores), tornando-se invisíveis ou menos relevantes para futuras gerações.

Posicionadas aparentemente em lugares opostos em relação ao Oceano Atlântico e à geopolítica colonial do conhecimento (Europa X América Latina; Alemanha/Portugal X Brasil; Norte-Global X Sul-Global, se adotarmos o usual binarismo colonial), vale refletir sobre a proximidade de seus lugares epistemológicos em suas produções artístico-acadêmicas e também sobre como suas posições (que devem ser pensadas de modo não-estático e sempre provisório) influenciam/ determinam seus olhares, temas e agendas de pesquisa e criação, nas quais a questão da colonização europeia/ portuguesa tem destaque. Considerando especialmente suas últimas exposições no Brasil - Desobediências Poéticas (KILOMBA, 2019) e A Costura da Memória (PAULINO, 2019) -, é possível perceber que as duas exploram (de diferentes formas e se utilizando de diferentes suportes e estratégias) a memória colonial, suas representações dominantes e seus impactos ainda cotidianos. Nesse sentido, podemos considerar que todas as dimensões da colonialidade abordadas e elaboradas pelas(os) pensadoras(es) do “Giro Colonial” estão ali reelaboradas e mimetizadas em vídeos, esculturas, pinturas, palavras, projeções, fotos, tecidos, sendo por elas revisitadas e tendo seus sentidos esgarçados, contestados e ampliados.

Para ambas pensadoras, a memória (pessoal e coletiva) é um recurso a partir do qual criam, produzem e reelaboram as feridas e traumas coloniais (KILOMBA, 2019) escancarando e ressignificando múltiplas opressões e representações acerca das mulheres negras e racializadas vivendo lá (Europa) e aqui (América do Sul). Se a memória coletiva (POLLAK, 1992; TROUILLOT, 2016) é sempre alvo de disputas e é essencial para determinar e reconstituir identidades coletivas (inclusive no âmbito de Estados-Nações e populações subjugadas pelas relações engendradas no âmbito do colonialismo), o trabalho artístico e político que revisita a história (de si e do grupo, já que as biografias são constitutivamente sociais) pode ser analisado como parte fundamental dessa disputa. Grada Kilomba em seu livro “Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano” (Cobogó, 2019) propõe pensarmos sobre o medo de que “se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir” (p. 41). A manutenção de determinados aspectos centrais de nossa história como segredos (e ela está falando da escravização, do colonialismo e do racismo) seriam estratégias para não transformar relações de poder que possibilitam a percepção da alteridade a partir de um diferencial de poder que permite que algumas e alguns encontrem-se marcados por ela (a/o Outra/a), enquanto a outras(os) é dada a possibilidade de ser universal e de falar por todos. Tanto Kilomba, quanto Paulino tocam no tema central das políticas de silenciamento que fazem parte do que hoje entendemos como racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Entre as obras apresentadas por Rosana Paulino na já citada exposição *A Costura da Memória* (2019), que, na verdade, é uma exposição que condensa a trajetória de trabalho de Paulino, está a série *Bastidores* de 1997. Nela, a artista usa a linha, a costura para cerzir olhos e bocas e diferentes pessoas negras representadas por fotos 3x4 em tecido em bastidor.



A força dessas imagens conecta-se intensamente com o texto “A Máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização” de Grada Kilomba, originalmente publicado em 2010 e incorporado ao livro “Memórias da Plantação” em 2019. Nele, Kilomba analisa o silenciamento de pessoas negras utilizando-se da icônica imagem da “Escrava Anastácia” com uma máscara facial de ferro que a impedia de falar. O retrato em desenho de Anastácia, extremamente popular no Brasil já que é considerada santa por muitos praticantes do catolicismo popular), dialoga com a costura de Paulino em retratos familiares que se remetem a um passado recente e pessoal. A imposição do silenciamento a pessoas negras, especialmente

mulheres, constitui-se em uma leitura articulada das obras como permanência histórica que persiste ao longo de séculos. Se o debate acerca das continuidades e efeitos do colonialismo são um dos pilares do pensamento decolonial, acredito que essas pensadoras têm sido fundamentais para sua popularização dentro e fora das universidades. Sendo assim, as pensadoras negras que revelam as políticas de opressão em suas obras são também aquelas que rompem o silêncio enfrentando as interdições contemporâneas que se perpetuam pelo racismo, sexismo e elitismo presentes tanto no ambiente artístico quanto acadêmico.

Desse modo, e tendo em vista a relevância de suas obras, é possível indagar como essas duas pensadoras-artistas se revelam e revelam suas trajetórias e interesses a partir do campo de possibilidades em que se inserem como mulheres negras vivendo na Europa (dentro e fora da academia) e na América Latina (mais especificamente no sudeste do Brasil). Um objetivo secundário de tal investigação é buscar perceber os trânsitos dessas artistas entre os campos acadêmico e das artes a fim de compreender como cada uma entende vínculos e rupturas entre eles e de que formas mobilizam suas condições como acadêmicas e artistas enquanto pensadoras negras que estão publicamente contribuindo para deslocar a posição social subordinada de mulheres racializadas de modo geral. Para tanto, pretende-se revisitar seus trabalhos acadêmicos, entrevistas e exposições, bem como outros materiais disponíveis de/sobre ambas.

Nesse primeiro momento, buscarei focar nas exposições mais recentes das duas (acima citadas), na tese de Rosana Paulino (2011), e no livro de Grada Kilomba (2019) para refletir como elas podem ser pensadas, se pensar e ser reconhecidas como “artistas de(s)coloniais” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2020), colaborando para a desobjetificação dos corpos e expressões criativas de pessoas que fazem parte de populações negras e racializadas (em especial mulheres), destacando o potencial criativo daquelas que desafiam as ideias consolidadas sobre as fronteiras entre sentir e pensar (ANZALDÚA, 2009; FALS BORDA, 2003; hooks, 2019).

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. “Como domar uma língua selvagem.” *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: difusão da língua portuguesa*, n. 39, p. 297–309, 2009.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. “Outras línguas: três artistas brasileiras.” In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. (org.) *Pensamento Feminista Hoje – Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. “Epistemicídio.” In: *Portal Geledés*. Artigo publicado em 14 de setembro de 2014. Acesso realizado em 28 de fevereiro de 2020. <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>
- FALS BORDA, O. *Ante la crisis del país: ideacción para el cambio*. Bogotá: El Áncora Editores; Panamericana Editorial, 2003.
- hooks, bell. *Erguer a voz – pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.
- hooks, bell. *Olhares negros – raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PAULINO, Rosana. *Imagens de Sombras*. Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Artes Visuais. São Paulo, 2011.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes" *In*: B. S. SANTOS; M.P. MENESES (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 23-72.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.



## **A CURA DA FERIDA COLONIAL PELA FORÇA VITAL DO PENSAMENTO NEGRO E FEMININO BRASILEIRO: HELENA THEODORO, LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO**

Raisa Inocêncio<sup>1</sup>

Orientação: Jean-Christophe Goddard<sup>2</sup> e Hourya Bentouhami-Molino<sup>3</sup>

**Resumo:** Propomos neste relato, acompanhada de uma inspiração griot (KILOMBA, 2019), um panorama não exaustivo da memória negra e ancestral (THEODORO, 1996, p. 76-77) nas autoras Helena Theodoro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento. De antemão, é em homenagem e, em benção, que exaltamos estas autoras como marcos de quem escreveu e retratou a realidade negra também como modelo científico (e, portanto, político) do saber. São estas inspirações que vamos apresentar, importantes na compreensão de noções norteadoras em estética política descolonial e na cura e defesa da ferida colonial por uma força vital no pensamento.

**Palavras-chave:** Decolonialidade estética; filosofia afrofeminista

**Financiamento:** Bolsa Capes doutorado pleno; AMID (Universidade de Toulouse – Jean Jaurès, França).

Se uma das estratégias feministas é o uso da escrita para o relato de que o pessoal é político, o político é pessoal, contaremos uma história em homenagem à memória feminina e negra brasileira, de quem escreveu e trouxe a realidade negra uma história também científica (e, portanto, política).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia no laboratório ERRAPHIS. Email: inocencio.raisa@gmail.com

<sup>2</sup> Pr. Dr. Jean-Christophe Goddard. Diretor do programa de mestrado Erasmus Mundus Europhilosophie. Universidade Jean Jaurès. Laboratório ERRAPHIS. 5 Allée Roberto Machado, Toulouse, França.

<sup>3</sup> Pr. Dr. Hourya Bentouhami-Molino. Universidade Jean Jaurès. Laboratório ERRAPHIS. 5 Allée Roberto Machado, Toulouse, França.

Imaginemos assim como o relato de uma experiência vivida em defesa e cura da ferida colonial. Imaginemos uma história em que a descolonização e a reparação são um legado a ser valorizado. Imaginemos a legitimidade e autoridade do saber no que tange a autodefinição (COLLINS, 2019, p. 292) e a criação de espaços seguros em que podemos enfim existir. Imaginemos um mundo em que existimos - sem negar nossa realidade - com uma epistemologia da alegria e da força vital.

O objetivo não é mostrar um estudo exaustivo, mas um relato de experiência vivida que possa dar conta da expressão afetiva e intelectual destas mulheres que são um verdadeiro legado para a defesa e cura da ferida colonial.

Estamos falando de Lélia Gonzalez, Helena Theodoro e Beatriz Nascimento, que neste texto leremos no encontro e na encruzilhada entre o axé e a cura, defesa e reconhecimento da cultura de violência e medo, assim como a própria historiografia, como assim fez Beatriz Nascimento com a historiografia brasileira.

Como metodologia tomo uma escrita performativa, que conta histórias e relatos, de maneira que a poética se insira no texto, na filosofia e na experiência vivida, intencionalmente escolhida para ser afrocentrada.

Começo por Helena Theodoro no seu livro Mito e espiritualidade de mulheres negras, quando ela convoca a pensar a intelectualidade em conjunto com o povo, porque ela demonstra que as violências estruturais (que definem o sujeito dominante da branquitude colonial) e que Helena fala ser mesmo do “discurso da sociedade brasileira” (THEODORO, 1996, p. 18).

Discurso que num passado oficial, caracterizou historicamente as mulheres negras como coisa, ou objeto sexual. Processo inominável (THEODORO, 1996, p. 32) que ao reduzir a um objeto justifica os abusos sexuais responsabilizando as mulheres como elas próprias provocadoras de tal sensualidade “tirando a responsabilidade da sociedade patriarcal pelo abuso sexual da escrava e colocando tal fato em atributos físicos que tornam incontrolável o desejo do senhor branco” (THEODORO, 1996, p. 35).

Num nível de desfavorecimento tal, permeada de conceitos como a necropolítica (MBEMBE, 2017) e o epistemicídio (CARNEIRO, 2005), podemos entender estes conceitos pela separação da realidade entre priorizar a razão “em detrimento do imaginário social do povo que despreza emoções, fantasias, mitos e sonhos, que constituem o universo simbólico da realidade brasileira” (THEODORO, 1996, p. 18). Helena convoca a pensar uma nova ideologia “que promova a libertação das pessoas” (THEODORO, 1996, p. 19), tornando possível uma harmonia, um diálogo com o outro, situando os saberes na diversidade, mas na igualdade da diversidade. Helena que fala (THEODORO, 1996, p. 19-20):

Estou aqui, existo, sou cidadã brasileira e quero um espaço para ser, viver e morrer com dignidade! Não aceito mais ser destaque de revistas ou jornais por habilidade nos pés e quadris, tipo mulata exportação, ou pelo dom recebido por Deus, a voz afinada e de grande alcance, ou, ainda, por ter sido alçada à carreira política via associação de moradores de favela. Quero ter o direito de ser, simplesmente, como uma pessoa comum, como rege a Constituição!

É neste diálogo que cura e se defende da zona do não-ser (Fanon, 2018) lemos Lélia Gonzalez, que nos atravessa com a Amefricanidade para

elucidar a problemática de identidade decolonial. Lélia escreve assumindo as ancestralidades marginalizadas pela colonização, nomeadamente, pela escravização.

Ressaltamos, sem esquecer desse passado recente, a figura da mulher negra que Lélia Gonzalez analisa enquanto uma “categoria da mulata brasileira” e da sexualidade brasileira (GONZALEZ, 2020, p. 149). A palavra mulata vem de mula, animal híbrido (GONZALEZ, 2020, p. 150) o que explicita a relação entre sexualidade com mulheres não brancas e animalização.

Não poderia terminar este resumo expandido sem antes concluir comentando estas com seus relatos sobre o encantamento das ancestrais. Lélia que fala de Nzinga e Oxum (GONZALEZ, 2020, p. 97) e Helena que fala de Nzinga como a personagem histórica que “criou uma tática guerrilheira de múltiplos deslocamentos, que atordoava os soldados inimigos, aparecendo, quando o momento lhe era favorável, e desaparecendo com grande rapidez, além de criar os acampamentos na floresta, os conhecidos quilombos” (THEODORO, 1996, p. 39).

Sobre Oxum a exaltação da beleza negra (GONZALEZ, 2020, p. 187), desde o título de seu texto “Beleza Negra, ou: Ora-yê-yê-ô!”. Lélia fala da Afrobahia (GONZALEZ, 2020, p. 196), que é lá que “a força do orixá pulsa dentro da gente” e, novamente, a descrição do campo de batalha que é o campo simbólico do carnaval, de quando Lélia fala de Mãe Hilda e o Ilê Aiyê. Ela conta sua experiência escrevivência (EVARISTO, 2014) de um carnaval. Aqui é um modelo de bem-estar social, porque se exalta a alegria, a beleza e a força vital negra. A festa exalta Oxum, e nem se preocupa com o que vemos

da redução a uma mercadoria de embranquecimento, ignora-se tranquilamente todos estes imbróglis, porque (GONZALEZ, 2020, p. 197-198):

O que conta para ser uma Negra Ilê é a dignidade, a elegância, a articulação harmoniosa do trançado do cabelo com o traje, o dengo, a leveza, o jeito de olhar ou de sorrir, a graça na quebrada de ombro sensual, o modo doce e altaneiro de ser. E se a gente atentar bem para o sentido de tudo isso, a gente saca uma coisa: a Noite da Beleza Negra é um ato de descolonização cultural.

Responder a desumanização de origem histórica é então relatar o que estas mulheres falaram sobre si e suas ancestrais. Ambas, Helena (THEODORO, 1996, p. 25) e Lélia (GONZALEZ, 2020, p. 92), homenagearam Beatriz Nascimento. A terceira autora é a historiadora que reescreve a história da colonização no Brasil e da mulher negra. Sua tomada de consciência é para nós um modelo de conscientização e descolonização do saber. Assim findamos esta apresentação pela narrativa de Beatriz no filme *Orí*, 1989.

Em suma, contar uma história é fazer valer a memória de um povo, que em coletivo de vozes e epistemologias, somos enfim legitimadas como cânones de saber. Por isso, são estas autoras que em vida e obra contribuíram como marcos fundadores de um pensamento político decolonial afrodescendente, brasileiro e latino-americano.

### **Referências Bibliográficas**

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CONCEIÇÃO, Evaristo. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas editora, 2014.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu editora, 2018.

HILL-COLLINS, Patricia. "Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição." In: *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (Org. Heloisa Buarque de Hollanda). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Uma história feita por mãos negras relações sociais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Ôrí. Direção de: Raquel Gerber. Rio de Janeiro: Transvideo. 1989. (91 min).

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MBEMBE, Achille. "Necropolítica." *Arte & Ensaios*, 2 (32). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

THEODORO, Helena. *Mito e espiritualidade das mulheres negras*. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

## ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA FEMINISTA: DANÇA, CORPO E FILOSOFIA

Raquel Rodrigues Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto apresenta os caminhos para pensar na construção de uma estética da existência fundamentada em uma perspectiva filosófica prática e interdisciplinar. A proposta articula a dança do ventre, a produção das subjetividades e as éticas de si – em uma abordagem ético-estético-e política ao pensamento feminista decolonial. A questão de gênero é problematizada a partir do olhar sobre os corpos, promove o cuidado de si como o despertar da potência dos corpos femininos, criando modelos de resistência ao assujeitamento das mulheres na sociedade patriarcal. Nesse sentido, abordaremos como sul conceitual o pensamento foucaultiano do cuidado de si e a ontologia do tempo presente, em diálogo com o pensamento feminista decolonial. Consideramos dessa forma ser possível pensar a constituição de uma estética da existência feminista resultante da apreensão da dança do ventre como prática e cuidado de si.

**Palavras-chave:** Subjetividade. Epistemologia. Corporeidade.

A proposta apresentada neste texto consiste nas primeiras elucubrações da pesquisa intitulada Dança do ventre e cuidado de si: a constituição de uma estética da existência feminista. O fio condutor de pensamento tem como ponto de partida a perspectiva de agenciamento das conexões entre os corpos e a produção de novas subjetividades, estabelecidas por intermédio das relações entre a prática da dança do ventre e o cuidado de si. O objetivo fundamental aqui é apresentar a constituição de uma estética da existência feminista, a partir da conexão entre os corpos e a produção de novas subjetividades, estabelecidas, por

---

<sup>1</sup> Pós-doc no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades – Instituto de Humanidades – UNILAB.

E-mail: raquelrodriguesrocha9@gmail.com

sua vez, na relação entre a dança do ventre e o cuidado de si. Imbuídas da perspectiva de que “não pode haver saber sem uma modificação profunda no ser do sujeito” (FOUCAULT, 2006, p. 37), nos propomos a refletir acerca de novas perspectivas feministas, ancoradas no diálogo multicultural e interdisciplinar entre corpos, dança, política, educação, linguagem, decolonialidade e epistemologias que emergem no/do Sul global. A dança do ventre, neste sentido é o ponto de intersecção para pensar a constituição de uma estética da existência feminista, ela nos permite ampliar os horizontes de pensamento a respeito das questões inerentes às mulheres, seus corpos e seus lugares na sociedade - enquanto sujeitas políticas e críticas da sua própria realidade. A criação estética de si é permeada pela articulação entre a noção de corpo presente na linguagem da dança, os conceitos de cuidado de si, estética da existência, ontologia do presente e as teorias do pensamento feminista decolonial. O percurso de pensamento traçado aqui - a fim de elaborar uma estética da existência feminista - é demarcado, pois, por questões inerentes à subjetividade e às técnicas de si, compreendidas a partir de uma dupla percepção: a da dança do ventre, que põe os corpos no centro da reflexão, e a interpretação de suas reverberações, do ponto de vista filosófico e teórico-conceitual. Ao entrarem em contato com o universo da dança do ventre, as mulheres acessam aspectos de sua feminilidade e de seus corpos enquanto potências de si. Em diálogo com o pensamento crítico promovido pelos feminismos contra-hegemônicos, as mulheres fomentam o primeiro passo na construção de um exercício ascético do cuidado de si. Esse cuidado tem o seu início nos



movimentos corporais da dança e vai em direção à construção de novas posturas ético-estéticas diante da vida, pois, como nos diz Marie Bardet (2014, p.56), “fazer filosofia com a dança é pôr o pensamento à prova de sua ancoragem no mundo”. Na confluência entre o dançar e o pensar, as mulheres se dispõem à criação corpoética de si, que não é deslocada das questões políticas e sociais do seu tempo, principalmente da compreensão de que o corpo feminino sempre foi alvo dos saberes e poderes vigentes na sociedade. A dança apresenta-se como uma prática inerente à percepção do cuidado de si, cuidado este que, segundo Michel Foucault, se estende para o campo das resistências aos poderes vigentes. Grosso modo, buscamos pensar - a partir e com os corpos das mulheres dançarinas do ventre - os meios pelos quais é possível refletir sobre as questões que permeiam a constituição de si mesmas como feministas e mulheres: que se põem contra as formas de opressão patriarcal, androcêntrica e colonial, e que usam a arte como elemento de conexão consigo mesmas, para o fortalecimento dos laços com outras mulheres, construindo a possibilidade da criação de novos modos de vida que não as submetam mais à subalternização de seus corpos e condutas. Conseqüentemente, espera-se que essas mulheres afirmem o poder sobre si mesmas, tornando-se sujeitas que encontram na conexão corpo-dança-cuidado de si a condição de não serem mais dominadas. Propor uma estética da existência feminista como modo de vida que afirma a mulher no centro da sua própria existência a partir da relação entre o corpo e a dança - este é o movimento de reflexão do qual o presente texto visa apresentar. Com isso, dança e filosofia se

entrelaçam, indicando que “a dança é o pensamento do corpo” (KATZ, 1994, p.4), ela é pensamento em movimento que conduz os corpos em novas formas de subjetividades. Assim sendo, a dança abre espaço para questionar não apenas os limites e sobre o que pode o corpo, do ponto de vista do pensamento de Spinoza, mas também questionar acerca das técnicas de saber, poder, subjetivação que constituem e transformam os sujeitos. O pensamento foucaultiano em diálogo com o feminismo decolonial é o nosso ponto inicial para problematizar a realidade vivenciada pelos corpos das mulheres subalternizadas. Aliada à questão foucaultiana e ao seu método genealógico de pesquisa, encontramos em Miñoso uma outra questão que se faz indispensável para pensarmos a construção dessa estética da existência feminista: “(...)como nos tornamos as feministas que somos?” (2020, p. 97). A resposta para essa problemática é elaborada com a dança do ventre, ela é, portanto, o ponto nodal de constituição da relação entre o cuidado de si com suas práticas e tecnologias de si e o feminismo decolonial que, por sua vez, “nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de ‘raça, sexo, sexualidade, classe, geopolítica’” (CURIEL, 2020, p.121). Daí o percurso conceitual traçado aqui se dá a partir da assimilação da relação corpo-dança-cuidado de si e feminismo. A começar pelo conceito do cuidado de si, apreendemos a ideia de um trabalho que se faz sobre si mesmo voltado para criação de um modo de vida que não se submete aos padrões normativos. Foucault (1990) compreende a noção de cuidado de si enquanto elemento de elaboração de uma estética da existência na qual a

constituição dos sujeitos se faz no sentido de uma elaboração de si mesmo – e isso a partir de práticas ascéticas, orientadas por exercícios de si sobre si mesmo. Trata-se de um cuidado de si suscita a criação um modo de vida, isto é, uma forma de vida outra que não se submete mais aos poderes e saberes vigentes. Nessa perspectiva, as mulheres, imbuídas pelo cuidado de si, encontram a possibilidade de constituir a própria vida sob o signo de uma ética que se apresenta e é elaborada como estética da existência feminista, isto é, na formação de um modo de vida que emerge das relações compostas a partir da dança do ventre e do pensamento crítico de seu próprio tempo. Trata-se de compreender o cuidado de si como uma força produtora de subjetividade, resistência e afirmação de si que tem no próprio corpo a experiência transformadora de si mesma. Percebendo, portanto, como o corpo que se move, cria e atravessado pelas experiências do dançar pode ser visto e sentido como um corpo político e ético. É a partir dessa compreensão da relação corpo e cuidado de si que nos movimentamos em direção às experiências e transformações provocadas pelo corpo da dançarina do ventre, que, ciente da potência do seu corpo, se põe enquanto criadora de si mesma, criadora de um modo de vida, uma estética da existência que é fundamentalmente feminista.

### **Referências Bibliográficas**

BARDET, Marie. A filosofia da dança. Um encontro entre dança e filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France, 1981-1982. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT. História da sexualidade. I: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais; autoras Adriana Varejão ... [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

KATZ, Helena. Um, dois, três: a dança é o pensamento do corpo. 1994.199f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

MIÑOSO, Yuderkys. "Fazendo uma genealogia da experiência rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina." In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais; autoras Adriana Varejão ... [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

## AUTOFICÇÃO, AUTOBIOGRAFIA OU BIOGRAFEMAS

## MAURA LOPES CANÇADO E A ARTE DA MINORAÇÃO

Isabella Giordano Bezerra<sup>1</sup>

**Resumo:** Analiso o livro *Hospício é Deus*, de Maura Lopes Cançado, como uma obra literária em que a escrita de si estoura os limites do eu em benefício de uma multiplicidade. Objetivo contrapor a estética da autora àquela definida por uma escrita íntima, afirmando que ela se aproxima mais da escrita de si, tal qual definida por Foucault (2012) e da literatura menor, proposta por Deleuze e Guattari (2015). Demonstro o modo como a escrita da autora produz um agenciamento coletivo de enunciação e, com isso, concluo expondo sua origem e destinação coletiva: a origem na solidariedade ativa entre Cançado e as outras pacientes e o destino na comunidade de mulheres que mobilizam a marginalidade de modo a tensionar os limites sociais estabelecidos.

**Palavras-chaves:** *Hospício é Deus*. Escrita de si. Agenciamento coletivo. Literatura menor.

**Financiamento:** CAPES

Neste trabalho, analiso o modo que Maura Lopes Cançado mobiliza o espaço autobiográfico da obra *Hospício é Deus* como um agenciamento coletivo de enunciação. *Hospício é Deus* é uma obra literária que tem origem no próprio diário da autora mineira, produzido entre 1959 e 1960, período em que Maura estava internada no hospital psiquiátrico Gustavo Riedel, na colônia Engenho de Dentro. Parto do princípio de que, apesar do formato, *Hospício é Deus* está longe de ser apenas um diário, visto que foi concebido pela própria autora para ser publicado como uma obra literária, sendo

---

<sup>1</sup> Doutoranda em teoria literária no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. E-mail: giordano.bella@gmail.com.

inúmeros os seus indícios romanescos, como narradora, traquejo, personagens, organização espaço-temporal, sequência narrativa.

Em *Hospício é Deus*, Maura Lopes Cançado narra seu dia a dia no hospício, descreve as outras pacientes, as relações que desenvolve com elas, os sintomas e as singularidades de cada uma. A autora também se atém às relações com as enfermeiras e médicos, muitas vezes acompanhadas de críticas e caracterizadas como opressivas. Entre as observações dos fatos que ocorrem contemporaneamente ao ato da escrita, Maura reflete sobre a sociedade, a condição da mulher, a lógica psiquiátrica e rememora seu passado, reconstruindo sua história. É possível observar o quanto a escrita de Maura é atravessada pelo coletivo em termos de multiplicidade. A autora procura dar espaço para que as outras pacientes do hospital, demonstrando como comportamentos entendidos como inadequados e marcados pela loucura são, na verdade, imbuídos de uma outra consciência e uma outra sensibilidade. Com frequência, a autora inverte os papéis dos seus personagens, procurando evidenciar que os médicos e enfermeiras estão muito mais próximos da loucura como doença, enquanto a loucura que atravessa as pacientes conserva apenas o parentesco com a transgressão e a singularidade.

Um dos fios condutores da narrativa é uma paixão que Maura desenvolve pelo médico e psicanalista que se torna responsável pelo seu caso. Apesar da autora iniciar o livro com um objetivo declarado de expor o ambiente hostil do hospital, a violência empreendida pelos profissionais e a humanidade das mulheres presas no hospício, é possível observar como a

sua escrita se modifica à medida que a paixão pelo psiquiatra vai se desenvolvendo. Com isso, o tom e o foco da narrativa se afastam da experiência coletiva e se aproximam mais de uma escrita íntima, privada, fixada em um “eu” que procura se adequar ao desejo do outro. Maura parece constantemente ansiosa para ser correspondida no seu amor e procura adotar traços que definiriam uma normalidade.

Tendo a origem e o formato do diário de Maura Lopes Cançado, *Hospício é Deus* pode ser identificado como pertencente à série de discursos que a teoria literária vem entendendo como escrita de si, que, segundo Klinger (2012), diriam respeito aos discursos relacionados ao eu que escreve: crônicas, memórias, confissões, cartas, diários, autorretratos, etc. Nesse sentido, procuro diferenciar a escrita de si de uma escrita íntima tal qual explorada por Michelle Perrot (1989).

No ensaio *Práticas da memória feminina* (1989), Michelle Perrot elabora considerações acerca dos arquivos de memória do século XIX, refletindo sobre os registros públicos que constituem o arquivo da história. Segundo a teórica, assim como o espaço público era reservado aos homens, estes também possuíam o privilégio dos registros históricos, enquanto as mulheres eram excluídas dos mesmos - tanto na condição de autoria quanto na de objeto. Perrot (1989) afirma que os registros que dizem respeito às mulheres as retratam sempre como “a mulher”, uma entidade coletiva e abstrata, não sendo atravessada por heterogeneidades. Em contraposição, a teórica afirma que a escrita íntima e os arquivos privados (correspondências, diários etc.) constituem o lugar em que a escrita e a memória feminina se



manifestam. A partir desta constatação, Perrot demonstra o quanto, pela força da convenção, a memória feminina é uma memória do privado, voltada para a família, o íntimo e o segredo.

Observo que a escrita íntima segue sendo um disparador da expressão de autoria feminina ainda no século XX e até a contemporaneidade. Isso pode ser evidenciado de muitos modos: tanto na publicação da própria escrita íntima das autoras, na edição de uma obra literária a partir dos seus diários (como a obra analisada) e na concepção de obras em que o formato da escrita de si aparece como estratégia estética. Porém, considero que a continuidade da presença da escrita íntima acontece na medida em que suas autoras promovem rupturas em relação a duas concepções: a de uma intimidade que não deveria vir à público e a de uma noção moderna de indivíduo.

Defendo que, a partir de tais modificações, a escrita íntima se metamorfoseia em escrita de si, no sentido definido por Foucault (2012): como uma técnica de produção de subjetividade. Acompanho Klinger na percepção de que “nas práticas contemporâneas da ‘literatura do eu’ a primeira pessoa se inscreve de maneira paradoxal num quadro de questionamento da identidade” (KLINGER, 2012, p. 34). Dessa forma, longe de ser uma escrita que orbita ao redor de um sujeito no sentido moderno, cartesiano, individualizado quanto ao seu meio, a escrita de si, tal qual exposta pelos teóricos supracitados, concebe o sujeito como um processo sempre em devir, nunca definitivo e nunca completo.

Além disso, Hospício é Deus também pode ser entendida como uma literatura menor, noção proposta por Deleuze e Guattari (2015) que aponta para obras que possuem as seguintes características: a) produz uma desterritorialização na língua; b) tudo nela é político; e c) tudo toma um valor coletivo. É o último item que define o caráter de agenciamento coletivo de enunciação de Hospício é Deus. A obra possui tanto uma origem quanto uma destinação coletiva, partindo da solidariedade ativa entre as pacientes e exprimindo uma comunidade potencial de mulheres que, apesar de serem lidas como inadequadas, poderiam muito bem serem definidas a partir de traços poéticos, libertários e políticos.

Importante notar como Cançado expressa o quanto uma escrita pode se distanciar das condições revolucionárias da literatura menor ao ser capturada pelos ideais de sociabilidade e reconhecimento, como aqueles mobilizados pelo amor romântico. No livro, a angústia sofrida por Maura diante da frustração de não ser desejada pelo seu médico é justificada com uma fala em que se afirma que tal situação faria parte do tratamento. Nesse sentido, procurar se adequar às demandas do desejo masculino estaria atrelado à condição de cura ou “normalidade”. Com isso, é posto o quanto a força política e coletiva pode ser esvaída quando atravessada por uma normalidade que é definida por uma lógica familista, em que a mulher precisa se individualizar e performar um ideal para poder ser reconhecida como possível objeto de amor.

Finalmente, concluo que Maura Lopes Cançado segue a tendência de uma escrita de si que explode o eu em benefício da multiplicidade, dividindo

terreno com tantas outras autoras que trabalham com esse modo de expressão, como Carolina Maria de Jesus, Guadalupe Nettel, Carmen Maria Machado, Nelly Arcan, etc. A ruptura da escrita íntima feminina com a esfera privada do lar se dá, inclusive, por muitas dessas autoras se encontrarem em posições de marginalidade que transgridem tanto a lógica do privado quanto a lógica familista. São autoras que escrevem a partir de lugares minoritários, como o lugar da louca, da favelada, da deficiente, da lésbica, da puta, etc.

### **Referências Bibliográficas**

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- FOUCAULT, Michel. "A escrita de si." *In: Ditos e escritos*, volume V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- PERROT, Michelle. "Práticas da memória feminina." *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, n. 18, p. 09-18, 1989.

## INTEGRAÇÃO INTERCULTURAL LATINO-AMERICANA

# **ANÁLISE DA DECISÃO SOBRE LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE DECOLONIALISMO, GÊNERO E CONSTITUCIONALISMO**

Letícia Millani<sup>1</sup>

João Ignacio Pires Lucas<sup>2</sup>

**Resumo:** Os estudos foram realizados a partir do questionamento sobre a importância do pensamento decolonial no constitucionalismo brasileiro. Os fins foram atendidos através de revisão bibliográfica e de análise documental sobre o decolonialismo, novo constitucionalismo, tendo como objeto empírico a análise do julgamento do STF sobre legítima defesa da honra. Os resultados foram de que a inconstitucionalidade da tese argumentativa de legítima defesa da honra foi possível em razão de um pensamento de desprendimento colonial que legitimava casos de homicídio. Assim, os estudos decoloniais impactam na sociedade e nas decisões atuais, demonstrando as raízes das quais visa a libertação para que nos tornemos independentes epistemologicamente.

**Palavras chave:** Feminismo decolonial. Novo constitucionalismo latino americano. Desigualdade de gênero.

A importância desse trabalho é demonstrar que mesmo após tantos anos do Brasil Colônia, temos reflexos da colonização em nossas vidas. Amparada pela percepção sobre a necessidade de haver um desprendimento social e legislativo do Brasil para com seu colonizador, as indagações foram feitas para analisar um grupo social subjugado pelo viés histórico de colonização, bem como legislação constitucional que aborda

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de bacharelado em direito pela Universidade de Caxias do Sul, UCS/RS, lmillani@ucs.br

<sup>2</sup> Dr. em Ciência Política pela UFRGS, professor da Universidade de Caxias do Sul, UCS/RS, jpilucas@ucs.br

questões pertinentes. O principal questionamento feito para a realização do presente trabalho foi no sentido de como a sociedade atual, suas ideias e ideais foram moldados pela colonialidade e perpetuados durante décadas. Como complemento, questionamentos foram realizados a fim de se entender que medidas podem e são tomadas com a finalidade de modificar esses discursos coloniais. Os fins dessa monografia foram atendidos através de revisão bibliográfica sistemática baseando-se nas perguntas de “o que é”, “como aconteceu”, “como é (feito ou analisado)” e “quais impactos” dos conceitos como o decolonialismo, decolonialismo feminista, constitucionalismo, novo constitucionalismo da América Latina além de contar com diversas pesquisas sobre períodos históricos, como o período colonial, e legislativo, como a evolução constitucional, que ocorreram durante esses fenômenos sociais. A pesquisa se deu de forma qualitativa, através de literatura intensamente histórica e social onde foram examinados livros, artigos, anais de congressos e periódicos escolhidos, advindos de portais e revistas universitárias como a revista Sapere Aude da PUC/MG, o Portal de Periódicos CAPES/MEC, Portal SciELO e Anais de simpósios como o da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). As seções do presente trabalho visam discutir sobre as raízes coloniais históricas que impactam socialmente nas questões de gênero e como estas discussões são analisadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, além de invocar princípios constitucionais de importância para o estudo realizado. A partir das pesquisas, a palavra “Decolonial” se caracteriza pelo enfrentamento da colonialidade do poder sendo que esta “mesmo depois das independências

de territórios antes colonizados, persiste como legado da modernidade, do mundo capitalista e da sociedade racista” (VERGÈS, 2020, p.13). As estruturas de dominação foram criadas a partir de um pensamento de superioridade epistemológica e racial, impulsionadas pelos três eixos de colonialidade: a do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005, p. 111). Esses eixos, segundo a autora Maria Lugones (in HOLLANDA, 2020, p. 56) deixava oculto o entendimento que as mulheres colonizadas e não brancas foram subordinadas e destituídas do poder. Lugones complementa ainda que a lógica de separação distorce os seres, dividindo-os em dicotomias e em categorias que são construídas erroneamente e excluem as mulheres e, principalmente as mulheres de cor (LUGONES in HOLLANDA, 2020, p. 62). Por sua vez, a constituição brasileira tentou dar voz a estes grupos marginalizados, o que incluía mulheres e mulheres negras, inaugurando uma perspectiva plural em diferentes campos, como o religioso, filosófico, político e cultural (WOLKMER, 2011, p. 151). O novo constitucionalismo latino americano, pode ser considerado um aliado do decolonialismo pois o novo constitucionalismo latino americano promove e procura fazer uma ruptura com o sistema constitucional implantado pela Europa, e é uma ruptura com todo o pensamento liberal e burguês que foi implantado nas américas (ALVES, 2012, p. 136). Por mais que o discurso e a história constitucional pareça boa e benéfica, vale ressaltar que ela mascarou e escondeu muito bem todo o genocídio, todo preconceito, todas desigualdades e todo o subjugamento e subalternidade das culturas originárias. Diante disso, vem-se tentando por anos ressignificar a constituição e a forma como ela são e foram feita (DAMÁZIO; SPAREMBERGER,

2016, p. 287). O constitucionalismo foi marcado pelo suposto equilíbrio entre os poderes estabelecidos e as liberdades concedidas a todos, impondo uma falsa igualdade e equidade entre todos, até mesmo entre as minorias sociais e os detentores de direitos e poderes (ALVES, 2012, p. 136). Assim, temos a ideia de que o desenvolvimento foi uma construção social de invisibilidades porque em nenhum momento se considera a existência de outros sujeitos que não fossem os indivíduos ideais e abstratos concebidos pela constituição (ROSSI, FERREIRA in NOWAK, 2020, p. 185). Todas essas invisibilidades e esses direitos por muito tempo ignorados podem e devem ser corrigidos e protegidos pelo Supremo Tribunal Federal, e nesse sentido, faz-se a análise da ADPF 779 (STF, 2021) que julgou inconstitucional a legítima defesa da honra, argumentação advinda de ordenações portuguesas. A pena de morte parecia razoável na época, mas percebe-se que esta é mais uma herança histórica colonial que trouxemos por muitos anos. Embora a tese de argumentação da defesa não fosse aceita há anos, o julgamento da ADPF 779 pelo STF (2021) se tornou mais um sinal de que ainda temos muito que evoluir, como sociedade e no âmbito jurídico também. As evoluções legislativas devem se fazer ainda mais presentes nas condições sociais que temos hoje, nas quais ainda imperam o machismo, o racismo e a misoginia. Por fim, os debates que levaram a possíveis hipóteses de respostas aos questionamentos contam com o fato de que a inferioridade de alguns grupos sociais e a da supremacia epistêmica europeia, está sendo invalidada aos poucos e sendo remodelada pelo pensamento decolonial que passou a ter mais força no final do século XX. Nesse contexto, se leva em



consideração o fato da Constituição Federal se adequar ao chamado Novo Constitucionalismo Latino Americano, sendo possível haver um cenário onde exista o respeito e proteção constitucional total aos grupos subalternos brasileiros, como as mulheres, em que os mesmos podem ser reconhecidos não como alvos da violência institucional, mas sim como cidadãos que possuem poder e que sejam providos do seu status político.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, Marina Vitorio. "Neoconstitucionalismo e o novo constitucionalismo Latino-Americano: Características e distinções." *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 34, p. 133 - 145, agosto 2012. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/revista-sjrj/artigo/neoconstitucionalismo-e-novo-constitucionalismo-latino-americano-caracteristicas>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- LUGONES, Maria. "Colonialidade e gênero." In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 52 - 83.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107 - 130.
- ROSSI, Amélia Sampaio; FERREIRA, Erika Carvalho. "Constitucionalismo e gênero em uma perspectiva decolonial." In: NOWAK, Bruna (org.). *Constitucionalismo Feminista: Expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero*. Salvador: Juspodvim, 2020. v. 2, cap. 6, p. 169-191.
- SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. "Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o "novo" Constitucionalismo Latino- Americano." *Revista Pensar*, Fortaleza, v. 21, ed. 1, p. 271-297, jan./abr. 2016. DOI <https://doi.org/10.5020/10.5020/2317-2150.2016.v21n1p271>. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/issue/view/400>. Acesso em: 2 maio 2022.

STF (org.). Agenda 2030. [S. l.], s. d. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/hotsites/agenda-2030/>. Acesso em: 30 maio 2022.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020. 144 p. ISBN 978-85-7126-060-3.

WOLKMER, Antonio Carlos. "Pluralismo e crítica do constitucionalismo na América Latina." *Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional da ABDConst*, Curitiba, v. único, ed. 22, p. 143 - 155, 9. 2011. DOI 978-85-65693-00-4. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/revista3/anaiscompletos.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

## LUTAS DE MULHERES E FEMINISMOS ORGÂNICOS

## RESISTÊNCIA E EROTISMO PRESENTES EM VERSOS DE AUTORIA FEMININA

Alexandra Oliveira de Sá<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa aborda a escrita feminina erótica e, nesse contexto, usaremos os versos de Tula Pilar Ferreira em sua obra *Sensualidade de fino trato* (2017), que compara sua trajetória à de Carolina Maria de Jesus, como exemplo de resistência. Nossa pretensão é arrefecer os moralismos e tabus que envolvem essa temática quando escrita por mulheres, principalmente por mulheres negras que ainda sofrem com os resquícios deixados pelo colonialismo. Diante disso, pretendemos mostrar também que a poesia negra erótica ultrapassa barreiras sexuais, de gênero e também de raça. A poesia erótica negra alcança um caráter estratégico, pois a mulher negra, que sempre foi objeto sexual do homem branco e desprezada, ganha voz e assume o protagonismo por meio da literatura erótica. Frente ao exposto, entendemos que a escrita de Pilar oferece uma grande contribuição para a emancipação feminina.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Erotismo. Resistência. Tula Pilar.

O presente estudo pretende abordar o fenômeno erótico como elemento de resistência e emancipação na poesia de autoria feminina negra. Para isso usaremos os versos eróticos de Tula Pilar Ferreira, ela que ficou conhecida como a poetisa dos saraus da periferia de São Paulo e que considerava sua jornada pessoal e também de escritora à de Carolina Maria de Jesus. Ambas, mulheres negras, mães solo de três filhos, militantes, faveladas e possuíam grande interesse pela arte da escrita.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), especialista em Gestão Educacional pelo Instituto Metodista Granbery (2015), graduada em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) (2011). E-mail: aosletras@hotmail.com

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há "evidência". É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (SPIVAK, 2014, p. 85).

Com base nas palavras de Gayatri Spivak, percebemos que, embora pareça exagerado falar sobre escrita feminina erótica, em função de um grande arsenal de obras que tratam essa temática nas estantes de livrarias e grandes bibliotecas, porém não é um excesso, mas uma necessidade, visto que existe ainda hoje um grande preconceito com relação às mulheres que escrevem sobre sexualidade, principalmente quando esta é uma negra. Esse preconceito está arraigado no seio da sociedade, são resquícios deixados pelo colonialismo. Com isso, nosso objetivo é arrefecer os moralismos e tabus que envolvem essa temática e, para isso, utilizaremos uma detalhada e minuciosa pesquisa bibliográfica.

Nesse sentido, faz-se substancial esta pesquisa, para que por meio de versos eróticos a mulher resgate seu direito à fala e o seu espaço. Os versos eróticos deixam falar as mulheres até então silenciadas pelo sexismo e pela dominação masculina. Outro fator de destaque nesse trabalho é desconstruir o pensamento patriarcal que está diretamente ligado à escrita feminina erótica por mulheres negras. Estas quando o fazem são consideradas imorais, estão aptas somente para satisfazerem a ânsia sexual masculina. Para a sociedade patriarcal e sexista, em função do colonialismo, a mulher negra tem um desejo sexual insaciável, "As pretas não eram sérias,

as pretas tinham as conas largas, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada". (FIGUEIREDO, 2011. p. 13)

Nessa ótica, em contato com a escrita erótica, a mulher negra é vista como indecente e depravada, objeto de desejo, corpo sensual, supererotizado. Nosso objetivo, neste trabalho, é também apresentar o erótico como ferramenta de emancipação e de resistência para mulheres negras, pois este é um espaço para as mulheres se libertarem das amarras que as silenciam e que elas sejam donas de seus desejos e de seus corpos, pois o erótico é elemento fundamental, segundo Audre Lorde.

O erótico não é sobre o que fazemos; é sobre quão penetrante e inteiramente nós podemos sentir durante o fazer. E uma vez que saibamos o tamanho de nossa capacidade de sentir esse senso de satisfação e realização, podemos então observar qual de nossos afãs vitais nos coloca mais perto dessa plenitude. [...] O erótico é um lugar entre a incipiente consciência de nosso próprio ser e o caos de nossos sentimentos mais fortes. É um senso íntimo de satisfação ao qual, uma vez que o tenhamos vivido, sabemos que podemos almejar. Porque uma vez tendo vivido a completude dessa profundidade de sentimento e reconhecido seu poder, não podemos, por nossa honra e respeito próprio, exigir menos que isso de nós mesmas. (LORDE, 1984. p. 53-59).

O erótico é uma força que orienta e conecta todos os aspectos da vida em plenitude, segundo Lorde. Diante disso, percebemos que a poesia erótica ultrapassa barreiras sexuais, de gênero e também de raça, ela alcança um caráter estratégico, pois a mulher negra, que sempre foi objeto sexual do homem branco e desprezada, ganha voz e assume o protagonismo por meio da literatura erótica. Frente ao exposto, entendemos que a escrita de Pilar é

um importante instrumento de libertação, de resistência e de luta, oferece uma grande contribuição para a emancipação feminina.

#### Vestido rodado

Lá vem a negra de vestido rodado  
Ai que delícia seu requebrado  
Me deixou tonto desconcertado  
De salto alto com um bom gingado  
*Cangote jeitoso, sorriso lustroso*  
*Cintura marcada, traseiro empinado*  
A negra me deixa excitado  
Na roda de samba com um belo bailado  
Me deixa todo desconcentrado  
Ai! negra!  
*Olhar vivaz, mão na cintura no ritmo do samba*  
É uma delícia o seu requebrado!  
No balançar do vestido rodado  
*Boca bonita, nariz achatado, linda!*  
Caso com ela para ser dominado...  
Ah! Que bonito seu vestido rodado  
Lindo recorte bem decotado  
Tirou meu sono, faltei no trabalho  
Para ver a negra do vestido rodado  
Que na roda de samba me deixa encantado  
Com o balançar do vestido rodado  
(FERREIRA, 2017. p. 21. Grifo nosso.)

A literatura de cunho erótico, presentes na obra *Sensualidade de fino trato*, é o espaço no qual Pilar encontrou para falar e, principalmente, para ser ouvida, pois através dela muitas outras mulheres se encorajaram e ousaram falar sobre seus mais íntimos desejos. Não é fácil, pois a poesia erótica de autoria feminina ainda encontra muitos desafios com relação aos preconceitos que envolvem a sexualidade, contudo, mesmo diante desse

contexto Tula abriu caminho para que outras mulheres se desvencilhassem do silenciamento.

Portanto, fica claro, que o erotismo é fundamental para emancipação das mulheres negras, uma vez que ele é essencial e quando o experimentamos uma vez, não podemos e não merecemos viver sem a presença desse fenômeno empoderador e libertador. Diante disso, nossa pesquisa mostra um resultado positivo nesse campo, mesmo que o caminho ainda seja longo e árduo, já houve um grande avanço, pois constatamos, por meio de pesquisas bibliográficas acerca desse assunto que as mulheres têm conquistado seu lugar de fala, mesmo que ainda de forma insuficiente e precária. Logo, essa discussão é extremamente relevante, precisamos, por meio da escrita erótica, fazer com que as mulheres sejam ouvidas, fazer com que elas se encorajem para se libertarem das amarras que lhes foram impostas desde os tempos mais remotos. Fazer com que essas mulheres possam ser donas de seu próprio corpo e que sejam respeitadas e livres de quaisquer estereótipos impostos pelo patriarcalismo.

### **Referências Bibliográficas**

FERREIRA, Tula Pilar. *Sensualidade de fino trato*. São Paulo: Ed. Sarau do Binho, 2017.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Ed. Todavia, 2018.

LORDE, Audre. *Usos do erótico: o erótico como poder*. Disponível em: <<https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf/>>. Acesso em 14 de set. de 2022.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Traduzido por Sandra Regina Goulart Almada, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

# RELAÇÕES DE GÊNERO E VULNERABILIDADES: OS EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DE MULHERES DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

Lucas Oliveira dos Santos<sup>1</sup>

Laiane Nunes Pereira<sup>2</sup>

Amanda Gomes Pereira<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca apresentar os efeitos da pandemia da Covid-19 na vida das mulheres, sobretudo mães, chefes de famílias e universitárias que residem no Baixo Parnaíba Maranhense. As informações obtidas tiveram detalhes novos, inseridos em outro tempo e espaço. A coleta de dados ocorreu de forma remota, utilizando como metodologia grupos focais, tendo como relevante a importância das falas dessas mulheres ao descrever as mudanças em seus cotidianos, como o surgimento de emoções, dificuldades e incertezas sobre o futuro. Desse modo, percebeu-se que a desigualdade e vulnerabilidade social com relação a pandemia tem classe, raça e gênero, como pode-se evidenciar nas falas das participantes, visto que o vírus afetou a renda econômica, a dinâmica dos afazeres domésticos e as perspectivas sobre o futuro.

**Palavras-chave:** Covid-19. Emoções. Grupos focais. Desigualdade.

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)

## Introdução

A presente pesquisa é decorrente do projeto PIBIC<sup>4</sup>, intitulado “GÊNERO, VULNERABILIDADES E DESIGUALDADES: a construção de corpos subalternos na Região do Delta das Américas”, sobre as consequências da pandemia na

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas/ Sociologia, E-mail: [lo.santos@discente.ufma.br](mailto:lo.santos@discente.ufma.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Humanas/ Sociologia, E-mail: [laianenunespereira@gmail.com](mailto:laianenunespereira@gmail.com)

<sup>3</sup> Dr<sup>a</sup> Professora Adjunta de Sociologia no Curso de Ciências Humanas, Centro de Ciências de São Bernardo, E-mail: [ag.pereiramg@gmail.com](mailto:ag.pereiramg@gmail.com)

<sup>4</sup> Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

vida de mulheres, residentes do município de São Bernardo/MA e cidades vizinhas, principalmente discentes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Centro de Ciências de São Bernardo –, que são estudantes e em alguns casos ocupam a posição de chefes da família.

Compreende-se que as implicações decorrentes da pandemia na vida dessas mulheres, tanto na vida acadêmica e como nas tarefas cotidianas; a repercussão nas relações dentro e fora de casa, o aumento do trabalho doméstico e o desenvolvimento de emoções decorrente do isolamento social, em virtude desse período.

Com relação a pesquisa, se observa a vulnerabilidade dos corpos femininos diante do cenário atual, como evidencia as falas de nossas colaboradoras – que será retomada adiante – podendo se constatar o surgimento dos sentimentos e emoções que refletem incertezas e inseguranças decorrentes do isolamento social.

Portanto, Koury (2020: 17) assinala que:

Não é só o receio da morte, de fato ela está presente e as pessoas se sentem no meio de um cerco cada vez mais apertado à sua volta. Mas também diz respeito à quebra da normalidade normativa do cotidiano a que se acostumara a viver. O confinamento forçado pela quarentena desestrutura rotinas, faz com que várias pessoas coabitem 24 horas por dia fechados em um mesmo espaço.

Como é destacado pelo autor a “quebra da normalidade” afeta diretamente a rotina das pessoas, principalmente das mulheres, mães e chefes de família, afetando o psicológico, visto que elas se veem confinadas dentro de suas residências. O isolamento não repercute apenas no

agravamento de novos sentimentos que estão a surgir, mas também colabora para o agravamento da sobrecarga na jornada de trabalho dessas mulheres. Como destaca Colasante e Pereira (2021: 205-206): “a partir da pandemia as condições de trabalho das mulheres passaram por transformações, gerando maior sobrecarga”. Por conseguinte, a pandemia levou a uma quebra na normalidade, refletindo assim na vida dessas mulheres. A Covid-19 traz consigo malefícios psicológicos, bem como, uma sobrecarga nos trabalhos domésticos, já que com o confinamento as mulheres tiveram que aliar a jornada de trabalho fora de casa com as atividades domésticas.

## **Metodologia**

Compreende-se que as implicações decorrentes da pandemia na vida dessas mulheres, tanto na vida acadêmica e como nas tarefas cotidianas; a repercussão nas relações dentro e fora de casa, o aumento do trabalho doméstico e o desenvolvimento de emoções decorrente do isolamento social, em virtude desse período.

A metodologia dos grupos focais “constituiu-se em um momento que propiciou aos participantes uma interação mais flexível sobre o tema proposto, visto que a subjetividade do objeto investigado exigiu uma análise mais profunda em relação aos dados” (MENDES, p. 51), permiti uma aproximação e facilidade no momento da entrevista. Os grupos focais permitiram a análise dos dados coletados, - sobretudo pela gravação e transcrição das falas das participantes - neste caso foi de suma

importância, pois observa-se a vivências do luto, sofrimento social e anseios, que começam a fazer parte da vida destas mulheres, como apresentado a seguir.

Nessa questão da pandemia, nós que estamos aí estudando, vendo as coisas acontecer, vendo os noticiários, né? Tentando não aglomerar, sobre todas essas questões... É, eu tive pessoas próximas que faleceram, né? Em questão do COVID e o que eu tirei pra mim, minha mãe até faltou essa semana “o que eu tinha”? Eu falei que tava bem, é por que eu to meia calada ultimamente, to mais quieta, assim, quando eu respondo alguém, eu falo só o básico (Flávia, 41 anos).

A pandemia causa um sentimento de receio sobre o futuro, como é destacado por Flávia “estamos aí estudando, vendo as coisas acontecer”, ou seja, tentado dá continuidade à sua vida, mais sempre com receio da morte, que passou a fazer parte da sua realidade seja através dos noticiários ou por notícia de óbito de pessoas próximas a ela, devido ao fato destes terem contraído o vírus. Observa-se na fala de Flávia, que a Covid-19 impactou diretamente no seu comportamento, ficando restrita apenas a falar somente o básico, mesmo em um diálogo com sua mãe.

## **Resultados**

O autor Mauro Guilherme Pinheiro Koury, em seu artigo intitulado “O Covid-19 e as emoções: pensando na e sobre a pandemia”, em seus estudos sobre as emoções que passaram a fazer parte da vida das pessoas no decorrer da pandemia, o autor percebe que a uma série de sentimentos presente na vida destas pessoas com o decorrer da pandemia e do isolamento social, a insegurança começa a fazer parte da vida dos

brasileiros, tanto no tocante ao cotidiano doméstico como fora dele.  
Segundo Koury (2020)

A reflexão tem como ponto de partida as emoções suscitadas por este cenário delicado da vida nacional, que coloca os brasileiros em isolamento social, e busca perceber, de um lado, a construção insegura de novos arranjos e rotinas cotidianas de segurança pessoal e familiar. Organização precária de rotinas em que o medo, a ansiedade, a tristeza, e a desesperança permeiam o esforço de adequação à situação de quarentena e ao cenário que se desenrola internamente, a nível doméstico e externamente, em relação às crises sanitárias e político institucional no país (p. 14)

Compreende-se para o autor, que tal sentimento de insegurança com o passar deste cenário pandêmico, começam a se instalar nas rotinas dos brasileiros tais como medo, tristeza, ansiedade e receio quanto ao futuro. Esta realidade não se encontra distante das participantes, pois percebe-se que tais emoções estão presentes em suas realidades, como pode ser observado na fala de Flávia.

[...] meu irmão falou esses dias pra mim “nossa, eu te perguntei se tava tudo bem? Você respondeu tá! E ponto, não fala muita coisa no WhatsApp”, é porque não quero deixar as pessoas que mim amam, gostam de mim, que não estão próxima de mim, mora em outro lugar...Então eu fico preocupada, eu ando muito preocupada, mas eu to meia calada, meia assim quieta, tinha mania de postar tanta coisa antes, postar o que eu comia, postar o que eu tava fazendo, postar um monte de coisa (faz referência a postar nas redes sociais), é legal, é bom porque as pessoas ver que você tá bem, mas também é o outro lado. Às vezes, a gente posta pra não mostrar que tá preocupada, tá em luto, porque eu acho que é uma forma de luto que eu to tento. (Flávia, 41 anos).

O medo e a insegurança, são os sentimentos que predomina em sua fala, medo de perder uma pessoa que li é importante, fez com que mudasse seu comportamento diante de familiares, como nas redes sociais. Tais

sentimentos, como podemos analisar, fazer que a participante repense sua maneira de ser, pois diante de um cenário pandêmico, onde a morte é um tema recorrente, a participante escolhe o isolamento como refúgio e mecanismo de proteção, tal escolha é pensada de maneira a não preocupar sua família. Tal postura de comportamento segundo Koury (2020) “não é só o receio da morte, de fato ela está presente e as pessoas se sentem no meio de um cerco cada vez mais apertado à sua volta. Mas também diz respeito à quebra da normalidade normativa do cotidiano a que se acostumara a viver” (p. 17). Essa quebra da normalidade transforma totalmente o cotidiano dos indivíduos, trazendo consigo o surgimento de emoções, que não se tinha antes da pandemia e do isolamento social.

### **Considerações Finais**

O projeto constituiu-se de grande relevância para a compreensão dos impactos causados pelo vírus da Covid-19 na realidade de mulheres brasileiras residentes do interior do estado do Maranhão, sobretudo, no que tange aos problemas de cunho emocional. A internet permitiu a coleta de dados para a pesquisa, como destacado a internet foi utilizada como ferramenta metodológica, o que permitiu o desenvolvimento da pesquisa e consequentemente a coleta de dados.

Conforme evidencia os dados obtidos por meio de nossas entrevistas a pandemia possibilitou o surgimento de emoções de aflição como o medo da morte de entes queridos, bem como, de suas próprias mortes. Assim, como tornou um simples ato como a ida ao hospital num problema complexo que

refletia o receio da morte ou mesmo de contaminação com o vírus. Tais sentimentos se originaram a partir do isolamento social, no qual essas mulheres foram submetidas, o que impactou a quebra da normalidade na vida das participantes, no qual se mostra as consequências no cotidiano e na realidade delas, tanto no âmbito público, como no privado.

### **Referências Bibliográficas**

COLASANTE, Tatiana. PEREIRA, Amanda Gomes. "Gestão da vida e da morte no contexto da COVID 19 no Brasil." In: *Revista M*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 198-213, jan./jun.2021.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "O Covid-19 e as emoções: pensando na e sobre a pandemia." In: *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 19, n. 55, abril de 2020. Suplemento Especial – Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia das Emoções, pp. 13-26, maio de 2020 – ISSN 1676-8965.

MENDES, Lenarde Nascimento dos Santos. "Grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa." *EDUCAÇÃO Pesquisa em Pós-Graduação – Série Educação – No 9*.



## **A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NEGRAS: UMA PROPOSTA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Franciele Brito Barbosa<sup>1</sup>  
Elis Cristina Fiamengue<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo divulgar o processo de elaboração e aplicação do jogo didático “Bingo das Pretas”, desenvolvido nas aulas de sociologia em uma escola de educação básica, da rede estadual, localizada na região do médio sudoeste na Bahia/Brasil. O jogo “Bingo das Pretas” busca a valorização da representatividade de mulheres negras em diversos setores da sociedade, como na ciência, na política, na educação, entre outros. Por meio dele pretende-se dar início a uma discussão sobre a desigualdade étnico-racial e o racismo através da prática do ensino de sociologia. Pode-se concluir que o jogo “Bingo das Pretas” contribui para uma abordagem educativa de perspectiva emancipadora, feminista, antirracista, descolonizadora e antissexista do uso de jogos didáticos no ensino de sociologia.

**Palavras-chave:** Étnico-Racial. Jogos Didáticos. Educação.

A temática desta pesquisa parte do contexto de desigualdade racial no Brasil que se apresenta como um fenômeno complexo presente em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, violência, entre outros.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, as pessoas negras correspondem a 55,8% da população brasileira e as pessoas brancas 43,1%. É sabido que as pessoas negras possuem severas

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, franbr.barbosa@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora, professora do Departamento de Ciências da Educação/DCIE UESC, eliscf@gmail.com.

desvantagens históricas, sociais e/ou econômicas em relação às pessoas brancas, seja no mercado de trabalho, na distribuição de renda, violência, educação, entre outros.

No quesito referências de pessoas negras, nesse caso de mulheres negras, que se estendem no currículo da educação básica, é fruto de uma desigualdade histórica e de um modelo educacional que adota tendências eurocêntricas consideradas como universais. Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre a ausência de representatividade de mulheres negras no contexto brasileiro, o que Figueiredo (2017) denominam de “política do esquecimento”.

Diante do apresentado, este trabalho tem como objetivo divulgar o processo de elaboração e aplicação do jogo didático “Bingo das Pretas”, desenvolvido nas aulas de sociologia em uma escola de educação básica da rede estadual do médio sudoeste da Bahia. Além do relato, este trabalho também se propõe a discutir a importância da representatividade de mulheres negras, com base nos textos de Silvio de Almeida (2019); Lélia González (2018) e Vilma Reis (2021).

A escolha da criação de um jogo se deu pelo interesse pela temática e por ser um assunto que quando utilizado durante as aulas observa-se um engajamento, descontração dos(as) estudantes pelos assuntos abordados. Além disto, o jogo está presente no cotidiano dos(as) estudantes por meio de jogos no celular, baralho, dominó, xadrez, e mais, utilizados na hora do intervalo e nos espaços entre uma aula e outra.

O jogo como uma transposição didática é visto como uma das formas de mediação, ele atrai, anima, mexe com a fruição. É uma forma de transpor o conhecimento científico para uma linguagem mais acessível que consiga se comunicar com toda a população. Para atingir esse fim, o jogo precisa ser feito, refeito, testado, estudado. Analisando as suas potencialidades e limitações, sendo construído em parceria estudante e professor(a) (ROGÉRIO, 2018, 2020; SILVA, 2020).

Para sua elaboração inicialmente fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre referências femininas negras na política, na educação, na ciência e na história. Para tanto, realizou-se um estudo bibliográfico. Fez-se, também, uma pesquisa na plataforma BDTD e CAPES utilizando as seguintes Palavras-chave: mulheres negras, representatividade, apagamento de mulheres negras.

Para a realização da pesquisa, foi discutido, nas aulas de sociologia, o conceito de gênero e raça. Foi realizado um levantamento da trajetória de mulheres negras na política brasileira para apresentação no evento da escola o “Julho das Pretas”.

Foram estudadas mulheres como Almerinda Farias Gama, Antonieta de Barros, Maria Brandão dos Reis, Maria José Camargo, Sofia de Campos Teixeira, Maria Nascimento, Benedita da Silva, Marielle Franco, Leci Brandão, Erica Malunguinho, Regina Sousa, Áurea Carolina, Vilma Reis, Taliria Petrone, todas retiradas do livro “A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras”, (2021).

Foram selecionadas quarenta mulheres negras que tiveram destaque em suas áreas de atuação. Os nomes destas mulheres foram divididos em dez grupos de quatro nomes, cada. Estes grupos foram combinados quatro a quatro e submetidos a um sorteio, em um sistema eletrônico, para a geração das cartelas do bingo. Cada cartela continha oito nomes distintos, num total de oitenta cartelas. O bingo foi aplicado de forma remota, mas pode ser utilizado de forma presencial, e funcionou a partir da distribuição das cartelas entre os(as) estudantes participantes. Os nomes foram sorteados em uma pasta compartilhada na internet contendo cards com a foto, o nome e uma pequena biografia de cada uma das mulheres selecionadas.

Após a leitura de Gonzalez (2018), fica evidente que a disputa das mulheres negras no debate em torno da representatividade é um processo longo e complexo. Fazendo uma análise de seus textos, com o aumento da representatividade de mulheres negras hoje, percebe-se que esse aumento é fruto de um grande projeto criado pela frente de mulheres negras.

Durante a leitura do texto de Almeida (2021), ele defende que a representatividade importa, porém não é tudo. Faz-se necessário a representatividade de pessoas negras que defendam as pautas antirracistas na conjuntura nacional com a possibilidade de aberturas de debates na educação básica, pautada na luta antirracista e de todo tipo de discriminação que reforça em tantos anos da ausência das minorias nos espaços de poder.

De certo, após a leitura de seu texto (2021, p.110), representatividade negra não é poder negro, pode-se inferir que a luta pela representatividade

política não gera um resultado e resolução dos problemas sociais. A ideia não é deixar de entender a importância da representatividade de pessoas negras, pelo contrário, é pensar no avanço da representação que envolva o combate ao racismo estrutural.

O jogo “Bingo das Pretas” busca a valorização da representatividade de mulheres negras em diversos setores da sociedade, como na ciência, na política, na educação, entre outros. Por meio dele pretende-se dar início a uma discussão sobre a desigualdade étnico-racial e o racismo através da prática do ensino de sociologia.

A oportunidade de ter trabalhado com aplicação de jogo pedagógico se deu como uma estratégia para articular a teoria do ensino de sociologia com a prática e a realidade das estudantes, se tornando uma ferramenta especial na prática da sala de aula, ajudando a problematizar os fenômenos sociológicos e o cotidiano a nossa volta, contribuindo para romper com o senso comum onde a estudante consegue desenvolver um senso crítico da realidade a qual ela está inserida.

Sobre a representatividade negra penso que não se trata de uma conclusão qualquer, mas sim se fazer refletir diariamente, como fazer da atuação política no nosso dia-a-dia, em sala de aula um instrumento de transformação social?

A luta está na defesa de uma escola antirracista, que chegue para a toda a comunidade, com uma parceria constante dos movimentos sociais, principalmente na defesa das pautas populares e anticapitalista.

Pode-se concluir que o jogo “Bingo das Pretas” contribui com a discussão inclusiva numa abordagem educativa de perspectiva emancipadora, feminista, antirracista, descolonizadora e antissexista do uso de jogos didáticos no ensino de sociologia.

## **Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. 8 ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).
- ARRAES, J. *Heroínas negras brasileiras: 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.
- FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. “A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia.” *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 21, p.41-53, jan./jun.2018.
- GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- LOURENÇO, A. C. FRANCO, A. (org.) *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras, 2021.
- ROGÉRIO, R. de M. “O ensino de sociologia e os jogos didáticos.” In: BRUNETTA, A. A. et. al. *Dicionário do ensino de sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.
- ROGÉRIO, R. de M. et.al. “Jogos didáticos no ensino de sociologia no ensino médio: relato de uma experiência.” In: *Iniciação Científica CESUMAR*, v. 20, n. 1, jan./jun. 2018, p. 5-15.
- SILVA, J. A. M. da. *O jogo como recurso pedagógico nas aulas de sociologia: o racismo em questão*, 2020. 126f. Dissertação (Mestrado Sociologia) – Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2020.

## A INVISIBILIDADE DO FEMINISMO MALCOMPORTADO NO SUFRAGISMO NORTERIOGRANDENSE

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira<sup>1</sup>

Ilana Lemos de Paiva<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao resgatar historicamente o pioneirismo da luta sufragista potiguar, identificou-se que as reivindicações feministas que não se adequassem às demandas da classe conservadora eram destinadas à invisibilidade, sendo nomeadas de feminismo *malcomportado*. Objetivando investigar se a invisibilidade e represália vivenciada pelas feministas ditas *malcomportadas* influenciou na representação destas em cargos políticos, propõe-se a análise fundamentada numa perspectiva feminista-marxista, do mapeamento realizado das eleitas pelo RN ao legislativo de 1990 a 2018. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que as estruturas patriarcais-racistas-capitalistas são base fundante de um país que foi colonizado e explorado, silenciando movimentos que representem uma ameaça a esse modelo, sendo de extrema importância tornar visível as expressões que dele desviam e que tentam o subverter.

Palavras-chave: Invisibilidade. Feminismo. Potiguar. Sufragistas.

Financiamento: Bolsista de mestrado CNPQ no programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

### Introdução

Historicamente, as mulheres enfrentam diversas dificuldades no âmbito da política brasileira, que se apresenta como ambiente hostil e

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Pós-Graduada em Avaliação Psicológica (UNI-RN) e mestranda em psicologia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), helenagno08@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora e orientadora. Mestre e Doutora em Psicologia. Docente da graduação e pós-graduação no programa de Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ilanapaiva@hotmail.com.

opressor, tendo como base estruturas patriarcais, estando as mulheres submetidas ao vetor dominação-exploração desse modelo (SAFFIOTI, 2004). No Brasil, o poder ainda é um domínio hegemonicamente masculino (BRASIL, 2015), em que essa distribuição desigual, tanto no âmbito privado como público, se deu através de argumentos naturalistas e biologizantes para atestar uma suposta inferioridade feminina e estabelecer os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Tais argumentos e definições garantem e justificam a opressão dos homens sobre as mulheres, consolidando essa estrutura (SAFFIOTI, 2004). Nesse sentido, os resultados das eleições de 2018 ilustram bem a realidade da mulher na política partidária nacional. Apesar de cerca de 52,20% do eleitorado brasileiro ser do sexo feminino, os homens ocuparam majoritariamente 87% dos cargos ofertados para a bancada do senado e 85% para a câmara dos deputados em todo o país. Nesse cenário, o Rio Grande do Norte (RN) elegeu apenas uma mulher como deputada federal dos oito cargos disponíveis, ou seja, 12,5% de ocupação das vagas (TSE, 2018).

Apesar dos baixos índices de eletividade das mulheres no país e no RN, a história da inserção feminina na política em solo Potiguar é repleta de protagonismo. Em 1927, cinco anos antes da regulamentação do voto feminino em território nacional, o Rio Grande do Norte reconheceu o direito de votar e de serem votadas às mulheres (TRE-RN, 2017). Diante do pioneirismo das potiguares e do estado norte-rio-grandense, o presente trabalho surgiu como resultado de um resgate histórico a respeito da luta sufragista potiguar, realizado durante a construção da dissertação de



mestrado do programa de psicologia da UFRN pela referida autora, como um dos pontos essenciais a serem discutidos e aprofundados para além das fronteiras da dissertação.

Surgiram diversos questionamentos ao identificar que a invisibilidade da luta feminista que não se adequava às demandas da classe, raça e sexualidade do feminismo conservador e dito bem-comportado, conforme pontuado por Pinto (2003), entre eles: se as demais expressões feministas que não correspondiam à norma foram empurrados para a invisibilidade ou marginalidade, de que forma isso impactou na participação e representação ativa das mulheres que não fazem parte da classe hegemônica-branca-rica-heteronormativa?

Definiu-se como objetivo geral investigar se a invisibilidade e represália vivenciada pelas feministas ditas malcomportadas influenciou na representação destas em cargos políticos. Como objetivos específicos se propôs analisar, a partir do resgate histórico, a divergência entre como se deu o processo de reivindicação das feministas no estado e como é narrada a história; e identificar se o pioneirismo do estado na inserção das mulheres na política garantiu a abertura desse espaço para as potiguares que não fazem parte da classe hegemônica.

## **Metodologia**

Para alcance dos objetivos foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, por compreender que a relação entre sujeito e mundo não pode ser limitada à quantificação (GIL, 1994). Enquanto método de coleta, optou-

se pela análise do mapeamento<sup>3</sup> das eleitas pelo RN a cargos do legislativo ente 1990 a 2018, realizado previamente como produção da pesquisa de dissertação, para proporcionar identificar o perfil das que se elegeram em comparação às pautas representadas pelo feminismo dito malcomportado.

Os dados foram analisados pela perspectiva do materialismo histórico dialético, que consiste na interpretação da realidade, visão de mundo e ação, entendendo que os homens se organizam enquanto sociedade através da produção e reprodução, bem como se organizam de forma material e histórica (PIRES, 1997). Utilizou-se como lente teórica o feminismo-marxista, reconhecendo que a base material do patriarcado ainda não foi destruída (SAFFIOTI, 2009).

Realizou-se, ainda, o levantamento de documentos históricos disponibilizados na Assembleia Legislativa do RN, fazendo uso do método de análise documental com o intuito de alcançar o primeiro objetivo específico já citado anteriormente. A análise documental se constitui enquanto técnica complementar que desvela novos aspectos de um tema ou problema ao utilizar informações de fontes primárias (SEVERINO, 2007).

## **Resultados e Discussão**

Segundo Pinto (2003), os movimentos feministas que se organizaram e atuaram no país durante o período do sufrágio foram compreendidos entre duas tendências principais: o feminismo bem-comportado, liderado por

---

<sup>3</sup> Realizado com base em informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral.

Bertha Lutz e composto majoritariamente por mulheres letradas, brancas e da classe média-alta; e a face malcomportada, que incluía um grupo heterogêneo de mulheres que se posicionavam de uma forma muito mais assertiva no que diz respeito à dominação masculina.

A tendência bem-comportada reivindicava especificamente o voto feminino, sem questionar as questões de classe e os privilégios masculinos na sociedade e, por isso, conseguiam apoio entre alguns dos homens que estavam inseridos nesses âmbitos de poder. A exemplo disto está a parceria de Lutz com Juvenal Lamartine, político e governador do estado potiguar, que resultou no aceleração da implementação do direito ao voto feminino no estado, somado ao requerimento realizado em 1927 por Celina Guimarães, professora da cidade de Mossoró e primeira mulher a votar do RN e do país (AL-RN, 2018).

Em contrapartida, o movimento heterogêneo de mulheres não inclusas no movimento bem-comportado reivindicava pautas diretamente relacionadas à sua condição de mulher na sociedade capitalista, racista e patriarcal: a fome, o desemprego, a exploração do trabalho, as condições precárias, o feminicídio (TRINDADE, 2010).

Com base nos documentos históricos foi possível identificar que as mulheres pioneiras na política pelo Rio Grande do Norte foram, em grande maioria, pertencentes às classes privilegiadas economicamente, escolarizadas, casadas e pertencentes a famílias cujos pais e/ou maridos faziam parte do cenário político estadual e nacional e das oligarquias. Até hoje esse padrão se repete, como demonstra o mapeamento, em que das

quinze eleitas entre 1990 a 2018, dez possuem família com história na política, apenas duas se identificam como mulher negra, somente uma não possui nível superior, treze se identificam como heterossexuais e todas como cisgêneras.

O perfil das mulheres que tem ocupado o legislativo representando o estado potiguar ainda é divergente do perfil das que compõem o eleitorado estadual e nacional. De acordo com dados do IBGE (2014), 53% da população brasileira é parda/negra. Já no RN, no que diz respeito ao nível de escolaridade, cerca de 25,6% da população não completou o ensino fundamental, 24% tem até o ensino médio, 10,8% são considerados analfabetos funcionais e 6,5% semianalfabetos. As mulheres da classe trabalhadora, mães solas, negras, lésbicas, transexuais e demais, ainda não estão presentes no legislativo.

### **Considerações Finais**

Identifica-se que as reivindicações feministas que se apresentam como ameaça ao sistema de ordem patriarcal ainda são diretamente afetadas e atingidas pelas estruturas. Dito isto, é perceptível que esse movimento histórico afasta e dificulta o acesso das mulheres ditas malcomportadas ao âmbito político. Todavia, não se propõe aqui invalidar ou diminuir a importância das pioneiras e das parlamentares que lá estão, ao passo que se faz extremamente necessário reconhecer que não são todas que conseguem alcançar esse feito.

A organização social tem como base o enovelamento entre patriarcado-racismo-capitalismo, evidenciando a subjugação material e histórica na qual as mulheres estão inseridas. Sujeitas cujos direitos arduamente conquistados, foram e ainda são resultado direto de reivindicações e lutas travadas por aquelas que estão cientes de sua subjugação histórica e estrutural e que foram denominadas malcomportadas. Conclui-se, então, que uma forma possível de contribuir para o enfrentamento dessa invisibilidade, é mostrar para que seja vista, mesmo que a história narrada pela ordem hegemônica tente ocultar.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Memorial do Legislativo Potiguar. Natal, 2016.
- BRASIL. *Tribunal Regional do Rio Grande do Norte*. Natal, 2017.
- BRASIL. *Tribunal Superior Eleitoral*. Brasília, 2018.
- BRASIL. *Mais mulheres na política. Senado Federal*. Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria da Mulher. Ed. 2. Brasília, 2015.
- FERNANDES, M. R. *A história oficial omite, eu conto: Mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000*. EDUFRN: Natal, 2004. p. 458.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho. "In: *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609, 2007.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez Editora, 2006, v. 1.
- PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003. 119 f.
- PIRES, M. F. C. "Education and the historical and dialectical materialism." In: *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. *Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres*. FLACSO: Brasil, 2009. Série Estudos e Ensaio, Ciências Sociais.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Corres, 2007.

TRINDADE, S. L. B. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: editora do IFRN, 2010.

# PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA COLONIAL SOBRE AS MULHERES INDÍGENAS NAS AMÉRICAS

Nicole Marie Trevisan<sup>1</sup>

**Resumo:** A violência sistêmica é resultado de um processo histórico e estrutural que as mulheres indígenas têm vivenciado por causa de sua etnia, raça, gênero e situação de pobreza. O presente estudo tem por objetivo analisar as barreiras que ainda impedem as mulheres indígenas de acesso pleno aos seus direitos humanos, estreitamente ligadas às múltiplas formas de discriminação, sob a perspectiva da colonidade de gênero. A metodologia utilizada é a dedutiva, com análise histórica e documental. Uma perspectiva integral deve ser realizada, levando em conta as particularidades das mulheres indígenas, especialmente imposições de padrões de dominação iniciados à época colonial. É importante um enfoque holístico para abordar as múltiplas e interconectadas formas de violência.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Discriminação. Gênero.

Nas Américas, as mulheres indígenas e suas comunidades sofrem o impacto da violência de uma forma muito específica, pelo seu papel como líderes espirituais e garantidoras da cultura indígena. A violência perpetrada em diferentes contextos as prejudica fisicamente, culturalmente e espiritualmente. Costumam enfrentar diversas e sucessivas formas de discriminação histórica que se combinam e se sobrepõe em camadas, resultando na superexposição de violações de direitos humanos em todos os âmbitos de sua vida, como nos direitos civis e políticos, o acesso à justiça, direitos econômicos, sociais e culturais, o que evidencia o descaso com o seu direito a uma vida sem violência.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. E-mail:nicatrevi@hotmail.com.

A violência sistêmica é resultado de um processo histórico e estrutural que as mulheres indígenas têm vivenciado por causa de sua etnia, raça, gênero e situação de pobreza e as dificuldades ao acesso à justiça são intensificados por fatores geográficos, barreiras econômicas, culturais e linguísticas. O presente estudo tem por objetivo analisar as barreiras que ainda impedem as mulheres indígenas de acesso pleno aos seus direitos humanos, estreitamente ligadas às múltiplas formas de discriminação, sob a perspectiva da colonidade de gênero. A metodologia utilizada é a dedutiva, com análise histórica e documental.

A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2016, reconhece o caráter multiétnico e pluricultural de seus Estados, com ênfase na igualdade de gênero. Portanto, os Estados são obrigados a garantir que todas as suas ações respeitem estritamente estas normas do direito internacional e combater a discriminação interseccional que as mulheres indígenas enfrentam, agindo com a devida diligência para prevenir, investigar, julgar, sancionar e outorgar reparação quando ocorrerem atos de violência.

Quando mencionamos a perpetuação da colonização, estamos nos referenciando aos processos impostos pelo pensamento e agir colonial e imperial que muitos países da Ásia, África, Caribe e América foram submetidos há mais de cinco séculos e que prossegue aos dias de hoje. Como preconiza Quijano (2009, p.73), a colonialidade do poder "(...) se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos



planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social”. Neste ponto, não se pode deixar de mencionar Lugones (2008, p.78) quando aponta lacunas na “colonialidade do poder” de Quijano, que acaba por invisibilizar o gênero como categoria histórica e instrumento da colonialidade do poder. Para Lugones (2008, p.76), a dominação global continua a ser realizada, no manutenção do controle sobre as mulheres das sociedades colonizadas, e na inquietante indiferença que os homens demonstram à essa violência sistemática.

Portanto, a "colonialidade" não refere-se apenas à classificação racial. Trata-se de um fenômeno abrangente, pois é um dos eixos do sistema de poder e, como tal, permeia todo o controle do acesso sexual, autoridade coletiva, trabalho e subjetividade/intersubjetividade e produção conhecimento a partir dessas relações intersubjetivas. Dito de outra forma, todo controle de sexo, subjetividade, autoridade e trabalho, eles são expressos em conexão com a colonialidade (LUGONES, 2008, p.79, tradução nossa).

As mulheres indígenas tem uma relação especial com a terra, conectadas com a energia da natureza das terras ancestrais, e posicionam-se em uma situação de “hipervulnerabilidade”, isto é, uma vulnerabilidade exacerbada sob certas condições sociais e políticas, pelo fato de sua condição de mulher e indígena. Mesmo após a independência política, percebe-se a continuidade da colonialidade através de anos de dominação epistêmica dos povos, em uma exclusão política, social e econômica que contribui para uma situação permanente de discriminação estrutural, as torna particularmente suscetíveis a diversos atos de violência (CIDH, 2017, p.13).

Uma perspectiva integral deve ser realizada, levando em conta as particularidades das mulheres indígenas. Os maiores desafios estão na distância geográfica; barreiras culturais e idiomáticas; insensibilidade cultural; dificuldades econômicas; a falta de leis e políticas públicas direcionadas a abordar seus problemas particulares; compreendendo uma expressiva discriminação institucional (CIDH, 2017). Na inegável interconexão que existe quando se trata do tema, proporcionar a oportunidade de participar em todos os processos que afetam seus direitos, através de uma cosmovisão, considerando a estreita conexão que existe entre a proteção dos direitos civis e políticos das mulheres indígenas e dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, faz com que haja a dimensão coletiva necessária para compreender a historicidade de marginalização em que se encontram.

Como aborda Celestini (2014, p.374-375), em um sistema que concede privilégios aos homens, a ação dessas mulheres é um confronto contra a misoginia, a negação, repressão e a violência contra o seu espaço vital. Deve-se entender às mulheres indígenas como sujeitos de direito, reconhecendo a sua participação ativa em todos os processos que exercem influência. Os Estados devem intensificar os esforços para documentar essas formas de violência como uma parte necessária da concepção e implementação de respostas eficazes, além das comunidades utilizarem os meios à sua disposição para reportar casos de violência.

Segato (2014, p.76) propõe ler a interface entre o mundo pré-intrusão e a modernidade colonial a partir das transformações do sistema de gênero;

isto é, não se trata apenas de introduzir o gênero como um dos temas críticos do decolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão de colonialidade, mas dar um verdadeiro status teórico e epistêmico e iluminar todos os outros aspectos das transformações impostas na vida das comunidades quando capturadas pela ordem colonial moderna. São muitos os obstáculos que ainda impedem as mulheres indígenas de exercerem plenamente os seus direitos, garantir o acesso pleno dessas mulheres aos seus direitos humanos, com um enfoque holístico para abordar as múltiplas e interconectadas formas de discriminação e desprender-se das categorias provenientes do “norte epistêmico”, segue sendo um desafio para todos.

### **Referências Bibliográficas**

CELESTINI, Francesca Gargallo. “Los feminismos de las mujeres indígenas: acciones autónomas y desafío epistémico.” In: MINÓSO, Y. E.; CORREAL, D. G. & MUÑOZ, K. O. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editorial Universidad del Cauca, 2014, p.371-382.

Disponível em:

[https://www.escuelaformacionpolitica.com/uploads/6/6/7/0/66702859/01\\_t\\_ejiendo.pdf](https://www.escuelaformacionpolitica.com/uploads/6/6/7/0/66702859/01_t_ejiendo.pdf). Acesso em: 20 de set. de 2022.

CIDH. Relatório “As Mulheres Indígenas e seus Direitos Humanos nas Américas”, 2017. OEA/Ser.L/V/II. Doc.44/17. Humanos. Disponível em:

<<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mujeresindigenas.pdf>>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder e Classificação Social.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria de Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

LUGONES, Maria. “Colonialidad y Género.” In: *Tabula Rasa*. Bogotá, n.9: p.73-101, julio-diciembre 2008. Disponível em:

<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

SEGATO, Rita. "Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres." In MINOÑO, Y. E.; CORREAL, D. G. & MUÑOZ, K. O. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Editorial Universidad del Cauca, 2014, p.75-90. Disponible em: [https://www.escuelaformacionpolitica.com/uploads/6/6/7/0/66702859/01\\_tejendo.pdf](https://www.escuelaformacionpolitica.com/uploads/6/6/7/0/66702859/01_tejendo.pdf). Acesso em: 20 de ago. de 2022.

## PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

## SÃO LUÍS, CIDADE DOS AZULEJOS, DOS PRÉDIOS ANTIGOS, DAS CASAS COLONIAIS<sup>1</sup>: UMA PERCEPÇÃO DECOLONIAL DOS MUSEUS

Angela Bárbara Lima Saldanha Rêgo<sup>2</sup>

Maria Emília Miranda Alvares<sup>3</sup>

**Resumo:** A partir da problematização da recente comemoração dos 410 anos de São Luís, apontamos como a colonialidade do poder vem historicamente privilegiando a narrativa branca, universal e hegemônica no contexto da capital do Estado do Maranhão, em detrimento daquelas protagonizadas pelos povos indígenas, que já habitavam a Ilha de Upaon-Açu quando da invasão europeia, e das pessoas negras sequestradas na África e para ali trazidas na condição de escravizadas. Através da pesquisa bibliográfica decolonial, investigamos o que está por trás da historiografia tradicional contada pelos museus locais, procurando identificar quais narrativas as fachadas azulejadas dos casarões coloniais ocultam, compreendendo que a importância desta busca sinaliza a necessidade de adotarmos posturas antirracistas, antipatriarcais e anticapitalistas.

**Palavras-chave:** Museus de São Luís. Colonialidade do poder. Decolonialidade.

“São Luís, Cidade dos Azulejos,  
dos prédios antigos, das casas coloniais.”  
(João Chiador, cantador do Boi de São José de Ribamar)

Reconhecido mundialmente como uma das manifestações culturais mais populares do Maranhão, o bumba-meu-boi é comumente definido como um folguedo popular que “extrapola o aspecto lúdico da brincadeira,

---

<sup>1</sup> Trecho da toada homônima cantada pelo Bumba-meu-boi de São José de Ribamar.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFMA), Procuradora Federal (IFMA), [angela.saldanha@ifma.edu.br](mailto:angela.saldanha@ifma.edu.br).

<sup>3</sup> Mestre em Saúde Materno Infantil (UFMA), Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dom Bosco (UNDB), [maria.alvares@undb.edu.br](mailto:maria.alvares@undb.edu.br).

para fazer sentido como uma grande celebração em cujo centro gravitacional encontram-se o boi, o seu ciclo vital e o universo místico-religioso” (Complexo...2014, n. p.). De fato, tratando-se de uma celebração que congrega bens culturais que variam desde o plano material (bordados e indumentárias) até o plano expressivo (teatro, coreografias e músicas), o bumba-meu-boi está fortemente ligado à religiosidade popular católica, sobretudo ao culto a São Pedro, São João e São Marçal. O enredo da brincadeira relata a história de um casal de escravizados negros, Mãe Catirina e Pai Francisco, que trabalha para um fazendeiro local. Catirina, que está grávida, manifesta o desejo de comer a língua do boi preferido do patrão, pedido atendido por Pai Francisco, que rouba o novilho, mata-o e arranca-lhe a língua. Ao saber do ocorrido, um vaqueiro delata o casal ao fazendeiro, que, enfurecido, jura vingança. Em desespero, o casal busca a ajuda de indígenas para, em um ritual de pajelança, ressuscitarem o animal. Alcançado o intento, como agradecimento, o fazendeiro promove uma grande festa da qual todos participam. O auto do bumba-meu-boi tem, portanto, uma forte carga representativa da formação da sociedade maranhense, de onde exsurtem bem marcadas a selvageirização dos povos indígenas, a subordinação dos negros e a dominação pelos brancos retratadas pela historiografia oficial. Muito embora a figura central e imponente do boi represente, para os negros e para os indígenas, um companheiro de trabalho, e para os brancos, um investimento ou fonte de renda, a apoteose do folguedo denota a narrativa socialmente difundida de que o povo brasileiro é fruto da conjunção pacífica e romântica dos

interesses de três raças, que conviveriam democraticamente sobre o mesmo solo nacional (FREYRE, 2005). A cidade de São Luís<sup>4</sup> é conhecida nacional e internacionalmente por diversas alcunhas que refletem as influências culturais e históricas do lugar: Atenas Brasileira, Ilha do Amor, Jamaica Brasileira e Cidade dos Azulejos. Essa última, enaltece a forte dominação cultural protagonizada pelos colonizadores, sobretudo os portugueses, vencedores das batalhas travadas entre os séculos XVI e XVII contra holandeses e franceses, também interessados na exploração de Upaon-Açu, de maneira que calhou que justamente uma expedição francesa, chefiada por Daniel de La Touche, fundasse a cidade de São Luís em 8 de setembro de 1612, assim batizando-a em homenagem ao rei francês Luís XIII. Pouco tempo depois, os portugueses conquistaram e mantiveram o seu domínio, primeiramente expulsando os franceses e resistindo contra as investidas holandesas, em meados do século XVII (IPHAN, 2007). Revolver esse passado de narrativa única eurocentrada é o foco desta pesquisa. Objetivamos, pois, interpretar, através da leitura a contrapelo da historiografia tradicional contada pelos museus locais, os silêncios eloquentes (TROUILLOT, 2016) que encobrem as versões dos povos subalternizados igualmente formadores da sociedade ludovicense. Como metodologia, realizamos, primeiramente, uma pesquisa nos sítios eletrônicos oficiais de três espaços museológicos

---

<sup>4</sup> Com uma população estimada em 1.115.932 habitantes, São Luís representa um dos principais polos econômicos do Estado e da Região Nordeste do Brasil, sobretudo pelos atrativos turísticos. Seu IDH é o mais elevado do Estado (0,768) e sua população é majoritariamente constituída por pessoas pardas (56%) e do gênero feminino (53,2%) (IBGE, 2022).



representantes da história e cultura da cidade, na busca pelo sentido de suas narrativas a partir de suas exposições permanentes. O Museu Histórico e Artístico do Maranhão, localizado em um solar do século XIX, possui hoje cerca de dez mil peças, entre mobiliário maranhense do século XIX, acervo documental, originais de obras literárias e peças artísticas; a Cafua das Mercês, também chamada de Museu do Negro, abriga instrumentos do período da escravatura, assim como indumentárias e outros objetos da cultura afro-maranhense, do tambor-de-mina e de outros terreiros do Maranhão; e a Casa do Maranhão, um espaço destinado à apresentação da cultura maranhense, com exposições sobre lendas, azulejos, embarcações, danças, gastronomia, festas religiosas e fatos históricos do período da ocupação francesa e da colonização portuguesa. Em seguida, tomamos as informações obtidas como categorias analíticas, interpretando-as à luz da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e de suas conseqüências, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO, 2017), que forjam a identidade étnica, a caracterização socioeconômica e os discursos e saberes veiculados pelo Estado sobre o território. Constatamos, conforme dados sistematizados na Tabela 1, que os museus estão localizados em edificações históricas portuguesas e apresentam, como missão, conservar a memória historiográfica e cultural através da guarda e preservação de artefatos como instrumentos de suplício da escravização, objetos e pertences de casas burguesas e indumentárias e painéis representativos de diversas manifestações culturais.

Tabela 1 – Dados sobre o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, a Cafua das Mercês e a Casa do Maranhão de São Luís – MA.

<b>Museu</b>	<b>Missão</b>	<b>Acervo</b>	<b>Localização e Dado Histórico</b>
Museu Histórico e Artístico do Maranhão	Garantir o direito à memória, à história e ao acesso aos bens culturais.	Mobiliário maranhense da primeira metade do século XIX azulejaria de origem diversa, porcelana, coleção numismática, vidros, cristais, pinturas, esculturas, gravuras, arte sacra católica, arte de origem africana e acervo documental, incluindo o original da obra de Aluizio de Azevedo, "O Mulato", além de uma relevante coleção bibliográfica.	Prédio histórico conhecido como Solar Gomes de Sousa, construído em 1836, tendo pertencido inicialmente ao major Ignácio Gomes de Souza, um fazendeiro da região do vale do Itapecuru.
Cafua das Mercês	[...] à história e memória da escravidão e da cultura afro brasileiro maranhense, contribuindo ao mesmo tempo para o conhecimento, reconhecimento da nossa diversidade cultural e	Indumentárias e instrumentos musicais utilizados em rituais religiosos [...]réplica de pelourinho [...] objetos relativos ao período da escravidão, peças da arte africana e fotos referentes às duas casas mais antigas do culto afro-	Antigo depósito de escravos construído no século XVIII.

	valorização da matriz cultural africana	maranhense.	
Casa do Maranhão	Um museu folclórico [...] espaço foi concebido como uma vitrine da cultura maranhense.	Vestimentas e painéis, contando a história das principais manifestações culturais do Maranhão, como o bumba-meu-boi, reisado, as caixeiros da Festa do Divino Espírito Santo, Tambor de Crioula, Tambor de Mina e o reggae.	Antigo Prédio da Alfândega, datado de 1873.

Fonte: dados da pesquisa.

Concluimos que, apesar de ser fortemente reconhecida nos cenários nacional e internacional como cidade patrimônio cultural da humanidade, São Luís ainda repercute fortemente a narrativa branca hegemônica colonial protagonizada pelo “conquistador” europeu, sobretudo em seus principais museus, locais de potencial visitação turística. No mesmo passo, cede pouco ou nenhum espaço aos protagonismos negro e indígena no processo de forma o da sociedade, os quais soem ser representados por meio de linguagens meramente folclóricas e sincréticas. Conhecer e reverberar as versões silenciadas pelas fachadas azulejadas dos casarões, recuperando-se a identidade da Ilha de Upaon-Açu como território indígena não demarcado e como território quilombola não reconhecido, significa assumir uma postura efetivamente antirracista, anticapitalista e antipatriarcal.

## Referências Bibliográficas

- “COMPLEXO cultural do bumba meu boi do Maranhão.” IPHAN, Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/80>. Acesso em: 25 set. 2022.
- “INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: São Luís (MA).” IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-luis.html>. Acesso em: 25 set. 2022.
- IPHAN. *Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa*: São Luís. Brasília: Edições do Senado Federal; Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.” In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 127-167.
- MIGNOLO, Walter D. (2017). “Desafios decoloniais hoje. Revista Epistemologias do Sul, v. 1, n. 1, p. 12-32, maio.
- QUIJANO, Anibal (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso. p. 117-142.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016. 272 p.

## **A INVISIBILIDADE DOS ESCRITOS DE MULHERES AFRO-BRASILEIRAS, EM ESPECIAL DOS ESCRITOS DE CAROLINA DE JESUS**

Vitória Brenda da Silva Arruda<sup>1</sup>

**Resumo:** A invisibilidade das obras de autoras afro-brasileiras acontece desde sempre, ao se reunir obras que construíssem um sentimento de identidade brasileira não vemos nenhum trabalho de um escritor negro, isso acontece devido ao racismo estrutural presente em nossa sociedade que coloca várias dificuldades na construção da memória do povo afro-brasileiro. Carolina Maria de Jesus é umas das escritoras negras mais famosas da atualidade, contudo suas obras são pouco conhecidas dentro de vários espaços, havendo uma negação daquilo que ela narra. A presente pesquisa pretender entender porque isso acontece, essa exclusão dos seus escritos é fortalecida a partir do momento que países como Portugal proíbem a publicação do seu livro *Quarto de Despejo diário de uma favelada*, alegando que aquilo que ela narra não é a verdade dos fatos.

**Palavras Chaves:** Obras. Identidade brasileira. Escritoras Negras. Exclusão.

O presente trabalho pretende refletir sobre a invisibilidade dos trabalhos de autoras afro-brasileiras, em especial a literatura de Carolina Maria de Jesus. Vemos uma desvalorização dos escritos de mulheres negras em todos os espaços, os campos acadêmicos ainda pouco trazem essas autoras nas grades de suas disciplinas, trazendo ainda em grande maioria obras de homens brancos com narrações eurocêntricas e imperialistas, que mostram apenas um lado dos fatos.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras – CFP. Email: [vitória.brenda@estudante.ufcg.edu.br](mailto:vitória.brenda@estudante.ufcg.edu.br)

Teremos como fonte os escritos da própria autora, já que a mesma traz em seu livro vários relatos, assim como artigos que tratem sobre o tema selecionado. Carolina narra constantemente sobre o racismo e o preconceito que enfrentava na favela e nas ruas da cidade, sonhava em ser poetisa e cantora, mas era obrigada a continuar escrevendo os diários, chega a mencionar que Audálio Dantas dava a impressão de que ela era sua escrava, já que enquanto todos podiam escrever romances e dramas ela continuava presa aos diários.

A negação a ela aparece até mesmo na forma que os seus escritos foram descobertos, já que a História oficial, aquela que aparece na maioria dos sites, conta que Audálio Dantas a descobriu em meio à favela do Canindé enquanto ia escrever uma reportagem. Contudo, estudos mostram que Carolina ao ver um jornalista andando pela favela o contou que escrevia relatos, ser escritora não era um segredo para ninguém já que ela sempre dizia as pessoas da favela que estava escrevendo um livro e que almejava lançá-lo.

Nos escritos de Carolina podemos ver a realidade das pessoas negras que devido à falta de condições iam morar nas favelas que eram afastadas dos centros comerciais e das áreas mais abastadas da cidade. Carolina menciona esse afastamento constantemente associando a favela ao Quarto de despejo da casa, segundo a autora, é no quarto de despejo que ficam todas as coisas que não servem mais.

A negação aos seus escritos se apresentava até em peças teatrais, no decorrer do seu livro ela menciona que escrevia obras para apresentar aos

diretores dos circos, mas eles a diziam que era uma pena que ela fosse negra, mostrando como o racismo está enraizado na nossa sociedade. Ela não pôde lançar a peça no circo por causa da sua cor, é onde podemos ver que o racismo se apresenta como um dos motivos principais para a invisibilidade das obras de autores negros. O mercado editorial também a ignorava, e para isso ela contou com a ajuda de jornais para divulgar suas obras e ganhar seu espaço.

Seu livro Quarto de Despejo diário de uma favelada foi um sucesso vendendo mais de 200.000 exemplares na primeira semana em que foi lançado. Nos trechos de sua obra podemos ver que a autora sentia mais o racismo do que o preconceito ao seu gênero, mesmo que ser negra e mulher obviamente oferecesse maiores complicações. Bell Hooks no seu livro Olhares Negros raça e representação expõe como houve um projeto em que se mudou a imagem do negro na sociedade, escravizado segundo a justificativa de que tinha mais força e aguentava longas jornadas de trabalho, depois da abolição começou a ser associado a preguiça e a malandragem, assim como havia a sexualização dos seus corpos. Não conseguiam emprego e colocavam como justificativa a falta de procura, quando na verdade era a falta de oportunidade.

Carolina também marca um momento divisor de águas, é a partir da sua escrita que outras pessoas negras começam a ter a ousadia de produzir, de falar, um lugar que era negado as pessoas negras pelo racismo estrutural, há relatos de muitas mulheres negras que também começaram a escrever diários, se identificando com a escrita de Carolina e com tudo que ela

narrava. A autora apresenta também desaforos que ouvia por ser uma mãe solteira e trabalhar como podia para colocar um pouco de comida em casa, expõe coisas que ouve das próprias mulheres da favela que a culpavam por chamar a atenção dos melhores homens por causa da sua conduta e de como se comportava.

A obra de Carolina denuncia a realidade dos anos de 1950 que se apresenta ainda pior nos dias atuais. Em trechos do seu diário ela menciona que ela junto com outros favelados ficava do lado de fora dos açougues esperando os ossos para que pudessem cozinhar com algumas verduras e fazer um caldo, no Brasil de 2022 até os ossos dos animais são vendidos nos açougues das cidades. Carolina Maria de Jesus se consolida como uma pessoa de olhar crítico aguçado, apesar de ter apenas dois anos de escolaridade, em seus relatos apresenta uma visão que muitas pessoas que passaram anos estudando não conseguem alcançar.

Destaca-se sua visão e consciência de classe, podemos ver isso constantemente nos seus relatos, principalmente quando a autora menciona que os políticos só aparecem nas favelas em anos de eleição, onde fazem mil e uma promessas, mas que quando ganham não cumprem nada. Quando se iniciou o processo de se produzir obras que fizessem as pessoas se sentirem pertencentes ao Brasil, as obras de autores afro-brasileiros não foram selecionadas. Contudo, ao se colocar uma literatura como referência, a outra naturalmente será aos poucos apagada.

Os romances da época traziam as imagens negras totalmente estereotipadas, havia-se a ideia de que o negro não sabia escrever bem e



não estava preparado para tal ato. Vemos que as publicações eram barradas pelo racismo, pelo machismo e por valores brancos e coloniais. Arilson Menezes de Carvalho e Gina Maria Imbroisi Teixeira destacam que somente em 1833 surgiu no Rio de Janeiro o primeiro jornal de imprensa negra, onde a maioria dos autores utilizava pseudônimos para falar de algumas temáticas que eram reprimidas pela sociedade. Os negros escreviam assuntos pertinentes à população negra, o que não era do agrado da população branca em geral.

Apesar de termos a lei 10.693/2003 que torna obrigatório o ensino de história afro-brasileira e africana na rede pública e privada de ensino, geralmente ela aparece apenas associada ao mês de novembro na semana do dia 20, e quase sempre não se apresenta grandes escritoras negras que ousaram e denunciaram o que passavam. Se para os homens negros é difícil encontrar espaço, imagine para as mulheres que são constantemente desacreditadas.

Portando, a obra de Carolina de Jesus e toda sua jornada, assim como de outras mulheres negras tem sido invisibilizada em diferentes setores da sociedade, principalmente no campo acadêmico e nas salas de aula, isso acontece devido ao racismo estrutural que dificulta a visibilidade e a publicação de autores negros que tratam de questões que não são interessantes a uma visão branca e europeizada. A obra de Carolina Maria de Jesus apresenta várias questões que deveriam estar sendo problematizadas em diversos espaços, é uma escrita que apesar de ter sido feita nos anos de 1950 nos é muito atual, os problemas retratados por

Carolina estão iguais ou ainda piores na atualidade, os seus escritos poderiam ser facilmente inseridos em dinâmicas, gincanas ou trabalhos propostos nas salas de aula, tanto para os anos iniciais ou finais de ensino médio e fundamental. Questões que deveriam ser tratadas de forma profunda e continuada e não apenas na semana da Consciência Negra.

### **Referências Bibliográficas**

CARVALHO, Arilson Menezes de. TEIXEIRA, Gina Maria Ilbroisi. *A invisibilidade da literatura afro-brasileira*. Disponível em < [04.-A-INVISIBILIDADE-DA-LITERATURA-AFRO-BRASILEIRA-Arilson-Menezes-e-Gina-mAria.pdf \(transformauj.com.br\)](#)>.

HOOKS, Bell. *Olhares negros raça e apresentação*. São Paulo. Editora Elefante, 1 ed, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *QUARTO DE DESPEJO*. São Paulo. Editora Ática. 10 ed, 2014.

ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES E  
MEMÓRIA COLETIVA

## MEMÓRIA E ANTIFASCISMO NA CONSTRUÇÃO DAS PERSONAGENS DE NATALIA GINZBURG

Cristiane Montarroyos Santos Umbelino<sup>1</sup>

**Resumo:** investigar em *Todos os nossos ontens* (1952) e *Léxico familiar* (1963), de Natalia Ginzburg, as questões de memória e do antifascismo na construção narrativa a partir de reflexões teóricas estabelecidas na pesquisa em uma análise sobre a criação das personagens como forma de construir um panorama sobre a relação entre a metaficção historiográfica e os objetos da memória cultural do regime fascista na Itália. A elaboração das personagens e como elas resistiram ao fascismo se destaca nos enredos das obras por dar visibilidade a figuras que representam a parte da população mais afetada pelo sistema e pela guerra provocada por ele. Por isso, nosso interesse em refletir não apenas sobre a trama, mas focar nas características dos personagens como ponto chave para a compreensão da estrutura narrativa de Ginzburg, que mantém vivas as memórias do fascismo como uma postura ética contra o esquecimento.

**Palavras-chave:** Resistência. Fascismo. Política.

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

A proposta deste projeto de pesquisa é analisar a memória e a resistência ao fascismo na Itália, na primeira metade do século XX, a partir da construção de personagens nas obras ficcionais da escritora Natalia Ginzburg. A tragédia de seus personagens está no mesmo plano da tragédia coletiva, entre o fascismo de Mussolini e a Segunda Guerra Mundial. Por isso, sugerimos uma análise a partir do conceito de metaficção historiográfica como estratégia narrativa antifascista e dos usos da memória como mídia

---

<sup>1</sup> Mestra, Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, cristiane.montarroyos@ufpe.br.

de acesso à memória cultural do povo italiano, destacando seus impactos numa sociedade fragmentada.

A reflexão sobre o passado é gradativamente construída nos enredos de romances como *Todos os nossos ontens* (1952) e *Léxico familiar* (1963), que compõem o corpus de análise dessa proposta e trabalham o livro como um objeto da memória cultural que traz várias questões sobre o regime fascista na Itália como, por exemplo, a fragmentação das relações sociais, a dor coletiva e o caos político. Embora contemporânea de Ítalo Calvino, Cesare Pavese e Primo Levi, entre outros escritores, as obras de Ginzburg se desvincularam do neorrealismo produzido em sua época. A autora criou um estilo próprio de apresentar eventos históricos como fios condutores de seus enredos, que influenciam diretamente o comportamento sócio-político dos personagens, entrelaçados entre realidade e ficção.

Portanto, suas narrativas podem ser lidas como metaficções historiográficas e nos incitam a pensar criticamente acerca dos acontecimentos do passado empírico a partir de uma perspectiva particular. Assim, pensamos a metaficção historiográfica como estrutura da trama narrativa, numa escrita marcada pela linguagem direta, seca e efetiva sobre personagens que compõem núcleos familiares distintos, mas baseados em pessoas comuns, cercadas pela sorte ou desgraça de ser quem são, à espreita de um mundo despedaçado e ruindo com ele.

Por outro lado, quando pensamos na crítica literária, a pesquisa proposta aqui também observa as obras analisadas como objetos da memória cultural (ASSMAN, 2011), levando em consideração seus fluxos de

recordações e ausências. Em *Todos os nossos ontens* (1952), Ginzburg apresenta um narrador onisciente e a história de duas famílias que vivem entre o norte e o sul de uma Itália fascista prestes a entrar na Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, em *Léxico Familiar* (1963), a história é baseada na vida da família da autora, narrada em primeira pessoa por uma narradora que também se chama Natalia, ainda explorando um cenário de guerra e repressão. Podemos perceber a memória da guerra na maioria dos livros de ficção de Natalia Ginzburg, que também escreveu um livro de relatos autobiográficos, publicados entre 1944 e 1962, chamado *As pequenas virtudes* (1962). Essa é uma obra importante para compreender a construção ficcional da autora, seus personagens e o trabalho relevante de suas recordações.

A pesquisa se desenvolverá por meio do estudo bibliográfico centrado nos temas que constituem o projeto, organizado nas etapas seguintes: estudo teórico sobre metaficcões historiográficas relacionado à literatura do século XX; leitura de diferentes fontes teóricas sobre memória cultural; estudo sobre a criação das personagens nas obras do corpus literário selecionado e análise das obras à luz da fundamentação teórica. Primeiro, a ideia é discutir as perspectivas sobre metaficcões historiográficas a partir do conceito da teórica Linda Hutcheon (1991) para refletir a literatura da escritora italiana Natalia Ginzburg. No que se refere à memória, usaremos, principalmente, Aleida Assmann (2011) para traçar uma discussão aprofundada sobre os diferentes usos da memória cultural nas obras *Todos os nossos ontens* (1952) e *Léxico Familiar* (1963). Por último, analisaremos as

questões de memória e do antifascismo na criação das personagens nas narrativas escolhidas.

Pensando em como “enredo e personagem exprimem, ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam” (CANDIDO, 1970, p. 53-54), a elaboração das personagens e como elas resistiram ao fascismo se destaca nos enredos das obras estudadas por dar visibilidade a figuras que representam a parte da população mais afetada pelo sistema e pela guerra provocada por ele. Por isso, nosso interesse em refletir não apenas sobre a trama, mas focar nas características dos personagens como ponto chave para a compreensão da estrutura narrativa de Ginzburg. Podemos observar que é a partir de personagens comuns em atitudes cotidianas que a autora elabora sua perspectiva literária sobre o fascismo, evidenciando como as questões políticas estavam e continuam presentes em cada pequeno ato cotidiano. Entendemos, assim, que a memória coletiva pode ser fomentada por iniciativas que promovem a recordação ou o esquecimento de determinados acontecimentos. É nessa linha que se configura a proposta literária de Natalia Ginzburg, com uma trajetória que empreende possibilidades de manter vivas as memórias do fascismo como uma postura ética contra o esquecimento.

Dessa forma, entre os resultados esperados, está a compreensão da força da escrita, mais especificamente da literatura, como um dos principais meios de memória, já que a escrita pode ser considerada como o “medium mais seguro da memória [...] uma das armas mais eficientes contra a

segunda morte social, o esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 195). Portanto, acreditamos que as obras de Ginzburg podem ser entendidas como objetos da recordação, empreendimentos da memória cultural que promovem uma recordação ética, comprometida com a resistência antifascista. A pesquisa aumentará a qualidade da crítica literária no Ensino Superior ao evidenciar o papel da escritora Natalia Ginzburg, que foi perseguida pelo fascismo, e seguiu adiante, escrevendo inclusive sob o pseudônimo Alessandra Tornimparte, em 1942, para escapar da censura pelo fato de ser uma autora judia. Ademais, vai contribuir com uma tradição de estudos ampla ao pesquisar as possibilidades de análise entre a metaficção historiográfica e a memória cultural a partir da recordação de regimes fascistas, assumindo um desafio que nos estimula a encontrar novas perspectivas que contribuam para as reflexões sobre esses temas na literatura do século XX. Portanto, a discussão sobre o conceito de metaficção historiográfica funciona para observar como esse gênero contribui na construção da obra literária como objeto da memória cultural do povo italiano e analisa os diferentes usos da memória cultural para entender a atuação do processo de recordação e esquecimento como crítica sócio-política na construção das narrativas das obras em análise.

### **Referências Bibliográficas**

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Org. da Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1970.



GINZBURG, Natalia. *Todos os nossos ontens*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GINZBURG, Natalia. *Léxico familiar*. Trad. Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GINZBURG, Natalia. *As pequenas virtudes*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

## MEMÓRIAS DE MULHERES FOTÓGRAFAS DO CARIRI

Emanoella Callou Belém<sup>1</sup>

Maria Laís dos Santos Leite<sup>2</sup>

Luís Celestino de França Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivos: compreender a construção da memória da produção fotográfica de mulheres do território do Cariri cearense e conhecer os sentidos produzidos por fotografas e sua relação com os espaços de arte da Região. Para repensar essa história a partir do olhar de mulheres partindo das epistemologias feministas, utilizamos como método para coleta de dados as entrevistas exploratórias e questionário eletrônico, já para o tratamento e compreensão dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Dentre os resultados destacamos o desafio tanto na prática e em nível local quanto no campo teórico de se encontrar dados sobre as mulheres fotógrafas e a necessidade de eventos e espaços artísticos que proporcionem o protagonismo feminino como um passo na construção de uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Fotografia. Memória. Epistemologias Feministas.

A partir da atuação no campo da fotografia e da observação das atividades realizadas nesta área na Região do Cariri nos sensibilizamos pela pouca visibilidade das fotógrafas no território – enquanto autoras, curadoras de exposições, ministrantes/facilitadoras em cursos, eventos, coletivos, projetos e grupos – que mobilizaram reflexões acerca das questões de

---

<sup>1</sup> Mestra em Biblioteconomia, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri – UFCA. emanoella.callou@ufca.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. mlaisleite@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciências da Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Centro de artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. luis.celestino@ufca.edu.br

gênero inseridas no “ser fotógrafa(o)”. Assim, pareceu-nos relevante refletir sobre a participação da mulher na arte e da fotografia como documento histórico que atravessa nosso modo de nos perceber e lidar como o mundo na contemporaneidade.

Considerando a imagem a partir de sua função documental e partindo da observação de lacunas no registro e reconhecimento do trabalho de mulheres na fotografia, o objetivo geral desta é compreender a construção da memória da produção fotográfica de artistas do território do Cariri cearense. Compreendendo a pesquisa enquanto atividade de atuação política buscamos, por meio deste trabalho, colaborar com a visibilização das mulheres na fotografia, especialmente na Região do Cariri, território que se destaca por sua religiosidade, manifestações artístico-culturais e também pelo desenvolvimento econômico crescente nas últimas décadas. A fotografia serviu para dar identidade e criar, de uma nova maneira, a imagem e memória da sociedade, as fotos contribuem ainda no preenchimento de lacunas em nossas imagens mentais do presente e do passado e influenciam o que será contado no futuro (SONTAG, 2004).

Em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. As memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada. (HALBWACHS, 2006; HUYSEN, 2014). Evidenciamos, deste modo, a necessidade de que exerçamos papel ativo na construção das memórias e das histórias que

serão contadas e focalizamos a relevância dos olhares e escutas das mulheres na construção de uma memória do território.

Defendemos ainda que a memória também é produzida de forma ativa pelas(os) sujeitas(os) e constituída a partir de atravessamentos como lugar, gênero, raça e classe social, discussão que nos aproxima do conceito de interseccionalidade. Uma das autoras pioneiras sobre o tema é a jurista afro-americana Crenshaw (1994) apud Hirata (2014), em sua obra ela focaliza as intersecções da raça e do gênero, abordando parcialmente classe ou sexualidade, mas as contribuições da interseccionalidade vão além pois objetivam “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (p. 54). Este conceito permeia a construção deste artigo e se destaca como um dos recursos em nossa tarefa de (re)pensar e reconhecer a relevância do trabalho das fotógrafas a partir dos marcadores gênero e território. É necessário que nós mulheres construamos nossa própria memória coletiva e conheçamos nossos “ícones feministas” locais, figuras que marcaram a história dos feminismos no Brasil. Como estamos tratando da fotografia e de seu valor para a (re)construção da memória da Região do Cariri – uma história que compreendemos que foi narrada, na maioria das vezes, a partir de um referencial masculino de historiadores, fotógrafos, políticos, professores, etc. – compreendemos que é necessário repensar ou recontar a memória deste território, seja o passado ou o presente, pelo olhar e da voz das mulheres.

Isto posto, as epistemologias feministas cujas discussões ganham força na década de 1990, tem contribuído ao ampliar nossa percepção dos “perigos de uma história única” como nos fala Adichie (2019) em: “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (n.p.). Sendo assim, tem se levantado questões relativas a preconceitos de gênero no interior da produção científica nas mais diversas áreas do conhecimento, propondo modificações metodológicas e revisando abordagens conceituais a partir das quais se produz o conhecimento científico.

Evidencia-se ainda uma “busca pelo fim da mediação, de modo a garantir a autorrepresentação discursiva e a busca por protagonismo e voz por parte do sujeito historicamente discriminado pelos dispositivos de fala” (HOLLANDA, 2018, pp. 247-248). Dentre os objetivos da pesquisa feminista, Costa (2019) assinala: acompanhar movimentos, as transformações, não definidas especificamente a partir de um ponto de origem ou um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação, fazendo emergir as racionalidades que estão em jogo em um contexto a partir dos dispositivos que as compõem. É importante questionar que vozes estão sendo ouvidas e quais estão sendo silenciadas. Rechená (2011) enfatiza a necessidade de tornar visível o protagonismo feminino aos níveis museal e patrimonial, considerado pela autora como um ato de justiça e um passo em frente na construção de uma sociedade mais justa, que “aplica os conceitos de

igualdade de gênero, de inclusão social e de democracia participativa” (RECHENA, 2011, p. 239).

Para a produção e coleta de dados utilizamos entrevistas exploratórias (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005) e questionários (PRADO; CARRARA, 2005) eletrônicos com 18 fotógrafas da Região, diante das dificuldades em conseguir realizar as entrevistas presenciais, pela ocorrência do período pandêmico. Como método de tratamento e compreensão dos dados usamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Uma das questões contempladas em nossos instrumentos e que indagávamos sobre a vivência delas como fotógrafas no território era: “Como fotógrafa, você se sente contemplada nos espaços de arte da Região?”. Com exceção de uma, todas as participantes apontaram que não se sentem contempladas. Algumas respostas também mencionam inseguranças sobre o trabalho ou de autovalorização. Ibrahim (2005) aponta que a dificuldade das mulheres de perceberem suas fotografias como suficientemente boas e importantes o suficiente para serem catalogadas e arquivadas está entre as dificuldades de se localizar as obras e de modo direto para o inventário e historiografia sobre mulheres fotógrafas/artistas.

A preocupação com a participação das mulheres no registro da história e o modo que ela se deu e se dá foi um dos pontos que atravessaram a construção deste trabalho, já que nosso protagonismo tantas vezes dá lugar a um papel secundário nas lutas e conquistas sociais, na família, no trabalho e, como não podia deixar de ser, na fotografia. Tais

questões encontram-se intimamente relacionadas aos papéis de gênero e relações de poder forjadas em nossa sociedade.

Ao longo da trajetória da pesquisa revisitamos conceitos e elaboramos uma articulação entre memória e fotografia na contemporaneidade, refletimos acerca da fotografia para a construção e reconstrução da história. Estabelecemos como foco os atravessamentos/implicações de ser mulher na sociedade, na fotografia e no campo das artes em geral e a história está marcada pelo apagamento de memórias e pelas desigualdades e subalternidades geradas a partir de relações de poder que dominam os espaços públicos e privados em que se percebem avanços e retrocessos quanto à questão de gênero. Ressaltamos entre os resultados a relevância dos eventos locais de fotografia considerados pelas participantes como importantes espaços de diálogo e estímulo à fruição, produção e reflexão da fotografia na Região e ainda a pluralidade de perfis e experiências das fotógrafas participantes no território e sua contribuição na (re)construção da história e memória local.

## **Referências Bibliográficas**

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Os perigos de uma história única*. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- COSTA, Maria da Graça Silveira Gomes da. *Mulheres e agroecologia no Rio de Janeiro: construindo uma política feminista a partir das margens*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais." In: *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, junho de 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HUYSEN, Andréas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PRADO, Paulo Sérgio Teixeira do; CARRARA, Kester. "Versão eletrônica de questionário e o controle de erros de resposta." In: *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 10, n. 3, p. 397-405, dez. 2005.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RECHENA, Aida. *Sociomuseologia e Género: Imagens da Mulher em Exposições de Museus Portugueses*. 2011. Tese (Doutoramento em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011.

SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

IBRAHIM, Carla Jacques. *As retratistas de uma época: fotógrafas de São Paulo na primeira metade do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.



## OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE O MARANHÃO: O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES CAMPONESAS

Gabriela Guimarães Jeronimo<sup>1</sup>

Carla Carneiro de Sousa<sup>2</sup>

Mariana Ribeiro Morais<sup>3</sup>

Nicole Lorrane Lago de Araújo<sup>4</sup>

Uran Costa Nascimento<sup>5</sup>

**Resumo:** Este trabalho é fruto do projeto de extensão *Memórias de Gaia: a história do Assentamento Califórnia (Açailândia-MA) contada pelas mulheres camponesas* e foi desenvolvido junto à comunidade, mais especificamente através de entrevistas com as mulheres camponesas que nela vivem. Temos como principal objetivo contribuir para a construção do acervo histórico e memorial do Assentamento Califórnia, bem como criar condições de escuta para que as mulheres possam contar suas histórias. Dessa forma, até o presente momento, entrevistamos 10 mulheres e, a partir desse material coletado durante a pesquisa de campo, trabalhamos na produção de um documentário. Além disso, através das redes sociais do projeto, desenvolvemos ações em prol da popularização científica, com material acessível à comunidade.

**Palavras-chave:** Mulheres camponesas. Memória coletiva. Narrativas Femininas.

---

<sup>1</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, professora adjunta do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/Campus Açailândia), gabriela.jeronimo@uemasul.edu.br

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/ Açailândia), carlasousa.20180040547@uemasul.edu.br

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/ Açailândia), marianamorais.20180040458@uemasul.edu.br

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/ Açailândia), nicolearaujo.20180040627@uemasul.edu.br

<sup>5</sup> Acadêmico do curso de Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no CCHSTL (UEMASUL/ Açailândia), uran.ucn@gmail.com

**Financiamento:** Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEXT – UEMASUL)

A escolha em desenvolver este trabalho com mulheres é pautada no fato de que os homens sempre ocuparam lugares de poder, tendo suas falas majoritariamente ouvidas e ganhando força através da história colonizada. Desse modo, as histórias registradas nos livros oficiais, tornam-se sintomas da nossa sociedade estruturada no racismo, no machismo e na misoginia. Nesse sentido, o projeto vai ao encontro das narrativas de mulheres camponesas do Assentamento Califórnia, que ao mesmo tempo em que atravessam as memórias individuais, também se relacionam de maneira coletiva, traçando um registro histórico e patrimonial da comunidade e, concomitantemente, do Maranhão. Partindo disso, temos também como objetivo conhecer a história do Assentamento Califórnia a partir da memória das mulheres que ali vivem, bem como construir meios de divulgação em linguagem e formato acessíveis a toda comunidade do município de Açailândia-MA, principalmente, o público que participa ativamente do projeto. Nesse sentido, concordamos com Schmidt (1993, p. 289) que:

[a] lembrança, para Halbwachs, é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências

evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais.

Portanto, a pesquisa é de caráter qualitativo, considerando que se deu por meio dos registros da fala de dez (10) mulheres camponesas do Assentamento Califórnia: Maria Lopes da Silva, Maria Luiza Silva Sousa Abreu, Vera Lúcia de Paiva Silva, Edileuza Araújo Silva, Maria Costa Bento, Regilene Alves Silva, Rosimar Gomes da Silva, Edna Maria Sousa Viana, Mayara M. Barbosa da Silva Gomes e Ana Cristina da Costa Andrade, acerca de suas vivências, da história do assentamento que vivem e dos seus saberes que excedem as memórias individuais de cada uma, pois se entrelaçam e se encontram em muitos pontos. Tal memória coletiva foi acessada pela nossa equipe durante as entrevistas, nos momentos em que seus relatos ultrapassavam acontecimentos e reflexões particulares e repousavam em temáticas comuns que se repetem na fala de cada uma: a reforma agrária, o preconceito que assentados sofrem, a força feminina, o MST (Movimento Sem Terra), e a organização do assentamento desde seu início até o momento atual das entrevistas.

A pesquisa de campo foi realizada inteiramente no Assentamento Califórnia, localizado às margens da BR010 e a 14 km da sede do município de Açailândia (MA), durante o período de 04 de setembro a 10 de outubro. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos que envolvem os registros das memórias coletivas relatadas foram utilizadas gravações de áudio, fotografias, filmagens e o uso do diário de campo, que em suma

carregam todo o material utilizado para produção do documentário. Este por sua vez vem passando por inúmeras fases: os áudios já passaram pelo processo de minutagem, os vídeos estão em processo de decupagem, a trilha sonora produzida de maneira autoral pela equipe e o roteiro está em elaboração. As entrevistas feitas in loco nos trouxeram diferentes e significativos resultados, pois através do contato com cada uma das entrevistadas, tivemos acesso a muitos detalhes da história do assentamento, bem como do modo de vida das mulheres camponesas que ali vivem.

Assim, pudemos compreender e registrar determinados processos institucionais, ao mesmo tempo em que captamos suas vozes em áudio, muitas vezes embargadas, graves e altas, suas memórias registradas em vídeo, e por meio das fotografias, adentramos o universo daquelas mulheres que abriram as portas de suas casas, falaram de si, descreveram suas plantas e tantas outras coisas do cotidiano. É importante pontuar que estes momentos de escuta, mesmo com toda carga de complexidade, não dão conta de todas as particularidades e singularidades dessas protagonistas, sendo apenas um recorte, pois conforme Bosi (1998, p. 34).

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afluíam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.

Percebemos, assim, que cada pequeno relato representa um patrimônio histórico vivo da comunidade em questão e, agora, trabalhamos na construção de um documentário com o material colhido durante a pesquisa de campo. Por meio do processo de construção desse produto audiovisual, revisitamos nossos encontros com as mulheres. Nesse processo de revivência dos nossos encontros, além de conseguirmos visualizar os pontos de encontro do fio narrativo dessas memórias sobre a comunidade, percebemos também as particularidades de cada uma: impressões, sentimentos, o olhar sobre os acontecimentos, como se tivéssemos diante de uma mesma cena contada por diferentes perspectivas. É nessa perspectiva que o documentário que vem sendo produzido se justifica, uma vez que

[o] filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional [...]. Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade (POLLAK, 1989. p. 11).

Ademais, entre outros resultados que merecem destaque, é importante pontuar a nossa atuação nas redes sociais do projeto, sobretudo na plataforma do Instagram, em que realizamos até o momento trinta e nove (39) publicações, cujo foco está em diversos temas ligados à história do Assentamento Califórnia, dos saberes locais compartilhados conosco e acerca das reflexões socioculturais e econômicas que envolvem a reforma agrária no Brasil.

É importante dizer que por mais que tenhamos extrapolado as discussões que envolvem apenas o território do Assentamento Califórnia, todas as temáticas partiram das narrativas das mulheres camponesas que entrevistamos. Tudo foi iniciado a partir de seus saberes e memórias, agora, divulgados em nossas redes sociais, buscando uma popularização científica na qual o conhecimento não se limite somente aos espaços acadêmicos, pois

[o] giro decolonial é, nesse sentido, indissociadamente um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p.69).

Além do documentário, estamos preparando um material didático a ser divulgado para a comunidade, mantendo originalmente as “experiências, autopercepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 81). Por fim, é importante mencionar que nosso trabalho já conquistou dois importantes prêmios em diferentes eventos e eixos temáticos. O primeiro deles foi no início desse ano, em 25 de fevereiro, durante a IV Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e Extensão da UEMASUL, onde o projeto recebeu prêmio de Menção Honrosa no eixo temático VIII - Mulheres e Relações de Gênero. Já o segundo, se deu a partir da II Semana de Tecnologia e Inovação de Açailândia, tendo conquistado o segundo lugar com um trabalho focado na popularização científica na área Linguística, Letras e Artes. Em suma, até o momento, por meio do acesso as memórias das mulheres assentadas elaboramos diferentes materiais, contribuindo para o acervo histórico do assentamento Califórnia, além de

produzimos material audiovisual nas redes sociais de conteúdo educativo no intuito de popularizar a discussão em torno da reforma agrária, relações de gênero e políticas públicas para as mulheres. Assim, reafirmamos a importância de cada uma das mulheres entrevistadas para a construção do nosso projeto e para a manutenção das dinâmicas sociais na comunidade.

### **Referências Bibliográficas**

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Acesso em: 15 set. 2022.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. *Por uma razão decolonial*. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." In: *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. "Halbwachs: memória coletiva e experiência." In: *Psicol. USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso). Acessado em: 14 set. 2022.

## MARIA ARAGÃO: OBJETOS E MEMÓRIAS MILITANTES

Karlana Bianca Matos Sousa <sup>1</sup>

**Resumo:** Nossa pesquisa busca identificar os objetos da médica Maria Aragão (1910-1991) que estão dispostos na sala de exposição, localizada no Memorial Maria Aragão, situado no centro da cidade de São Luís- MA. A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, utilizando documentos escritos e fotografias dos objetos. Temos como objetivo identificar como está organizado o acervo e quais aspectos da vida da médica estão representados por esses objetos. Identificamos que o acervo mescla objetos pessoais, de formação política e de trabalho, trazendo um panorama da vida de Maria Aragão e da sua importante trajetória militante e profissional.

**Palavras Chave:** Exposição. Acervo. Memorial.

### Introdução

Reconhecida como referência nas lutas populares do Maranhão, Maria José Aragão nasceu em 10 de fevereiro de 1910, no Engenho Central, hoje a cidade de Itapecuru-Mirim, no interior do Estado do Maranhão e morreu no ano de 1992, em São Luís. Formou-se em 1942, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois de enfrentar inúmeras dificuldades, sendo uma mulher negra e pobre traçando um itinerário bem diferente para a mulher de sua classe e raça.

Na segunda metade dos anos 1940, ele conhece o PCB e passa a atuar no partido, inicialmente no Rio de Janeiro e depois retorna para o São Luís,

---

<sup>1</sup> Professora EBTT do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, campus Pinheiro, da área de educação. Mestra em memória, linguagem e sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: [karlana.sousa@ifma.edu.br](mailto:karlana.sousa@ifma.edu.br)



em 1945, convocada para reorganizar o partido no estado. Maria Aragão foi presa 4 vezes entre os anos 1951 e 1973.

Com a sua morte, em 1991, um grupo de intelectuais, amigos, políticos e artistas empreendem um esforço em homenagear a sua memória, assim como garantir que as novas gerações conhecem o seu legado. Assim, em 2004 foi inaugurado o Memorial Maria Aragão, que consiste em um complexo arquitetônico, assinado por Oscar Niemayer. O Memorial é formado por: uma praça, o memorial, onde estão localizadas duas salas da administração, a sala de exposição do acervo da médica e militante Maria Aragão, um auditório com capacidade para 50 pessoas e um depósito; o anfiteatro onde estão localizados o palco, a concha acústica, os camarins, dois banheiros e um prédio de apoio.

A presente pesquisa buscou analisar os objetos da médica presentes na sala de exposição. Focamos, para fins dessa análise, nos objetos que fazem referência a uma militância e sua ação política, conscientes de que ainda há uma certa lacuna na valorização das memórias de mulheres e mais ainda de mulheres militantes.

A história fala pouco de mulheres. Elas são invisíveis como sujeitos históricos. É preciso correr atrás de suas pistas, que são tênues. Para falar sobre elas é preciso falar das relações de poder entre homens e mulheres. Para identificá-los como sujeitos políticos é necessário analisar as intrincadas relações de gênero, de classe, de raça e de geração. Dentro dessa diferença, da diversidade de organização da sociedade, o sujeito construído como

corpo unitário, uniforme e homogêneo, se multiplica em suas diferenças, suas particularidades. (COLLING, 1997, p.94).

## **Memorial Maria Aragão: organização e constituição do acervo da exposição**

Um memorial consiste em um aparato configurado para fazer referência a um fato ou uma pessoa. No Brasil, temos como exemplo o Memorial JK- em Brasília, o Palácio do Catete (atualmente Museu da República) que abriga uma exposição sobre Getúlio Vargas, o Memorial da Balaiada, o Memorial da América Latina, dentre outros. Mas afinal, o que é um memorial?

A palavra foi tomada de empréstimo ao inglês: um desses estrangeirismos que incorporamos com dinamismo à língua portuguesa. Originalmente, nos Estados Unidos, por exemplo, memorial indicava um patrimônio de pedra e cal (...). **Os memoriais são, assim, na acepção de Pierre Nora, lugares de memória, ou seja, espaços que brotam para bloquear a ação do esquecimento, fixando um conceito, imortalizando o que pereceu, corporificando o imaterial.** (AXT, 2012, p. 65, grifo nosso).

Segundo o projeto “Acervo Maria Aragão’ o objetivo geral da exposição é: “Preservar a memória e servir de referencial para o estudo da vida social e política de Maria José Camargo Aragão, favorecendo o resgate e a divulgação da história das lutas populares no Maranhão” (INSTITUTO MARIA ARAGÃO-IMA, 2004).

Assim, a exposição inclui objetos pessoais, livros, instrumentos de trabalho, discos, cartas e documentos, além de painéis contendo imagens

da médica e reprodução de algumas de suas falas. Um memorial é, por assim dizer, um local onde existe uma intenção de demarcar, preservar e informar sobre determinada memória de uma pessoa, um fato, um grupo, um acontecimento.

Para viabilizar o projeto de exposição do acervo o IMA desenvolveu o trabalho em 4 fases, quais sejam: 1) Levantamento e identificação da documentação; nesta fase foi definida a concepção do espaço, contato com pessoas de referência na vida da médica, levantamento da documentação existente e classificação e ainda contato com os familiares para apresentar a proposta do acervo que seria exposto (INSTITUTO MARIA ARAGÃO, 2004).

Na segunda fase, segundo IMA (2004), foi feita a aquisição e tratamento do material. Foram recuperados os objetos que necessitavam de conservação física. Em seguida, na fase 3, foi organizada a coleção, com a definição do layout, equipamentos, definição da estrutura física e construção da base de dados com registro de toda a documentação exposta.

Por último, o projeto do acervo elaborado pelo IMA previu, na fase 4, a divulgação junto à sociedade, com a realização de um vídeo de 10 minutos sobre a vida de Maria Aragão, folder sobre o espaço, realização de exposições, palestras e semanas culturais no local e a disponibilização de um site na Internet a respeito à vida da médica e o espaço da exposição.

O acervo encontrado na sala de exposição do Memorial está organizado em 8 bandejas assim intituladas: 1) Objetos pessoais; 2) Serviço de café; 3) Cárcere; 4) Culinária; 5) Formação Política; 6) Acervo Musical; 7)

Memória Pessoal e Profissional; e 8) Memória Política. Inclui ainda 36 fotos e 4 painéis com fotografias ampliadas e textos.

### **Objetos de memória da formação militante**

Maria Aragão entrou para o partido Comunista em 1945, ajudou a organizar o partido no Maranhão, mas atuou também em outras frentes: em 1982, fundou o Grupo de Mulheres Oito de Março, (AZEVEDO, 2016) e em 1984 escreveu a favor das 'Diretas já'; no mesmo ano participou da Campanha Nacional da Reforma Agrária no Maranhão, dentre outras atividades (ARAÚJO, 2014). Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado, em 1983, e atuou como tesoureira da entidade até o ano de sua morte.

Na bandeja 5 estão demonstrados os esforços de Maria Aragão no estudo teórico do Socialismo. A médica militante disse de si mesma certa vez que, no começo da militância, era “uma agitadora nata”, referindo-se a pouca formação política que teve antes de entrar para o partido (ARAGÃO, 1992). Com o passar dos anos, porém, Maria Aragão mostrou-se muito empenhada em ler e aprender sobre política, socialismo. Abaixo temos uma visão dos objetos expostos na bandeja 5.

Na área médica participou da Associação das Médicas do Maranhão (Amma), da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Maranhão (Sogima) e da Sociedade Brasileira de Patologia Cervical Uterina e Colposcopia. (ARAÚJO, 2014).



Figura 1. Fonte: Arquivo Pessoal (2017).

A última bandeja da exposição, intitulada “Memória política” traz exemplares do Jornal Tribuna do Povo, que foi editado, vendido e dirigido por Maria Aragão, dentre os de 1949 e 1959 (ARAÚJO, 2014) e exemplares da literatura brasileira.



Figura 2. Fonte: Arquivo Pessoal (2017).

## Considerações Finais

As memórias das mulheres militantes carecem de espaços para que possam ser conhecidas e reconhecidas, diante da pesquisa que fizemos e das vistas ao memorial, acreditamos que ainda existe uma falta de conhecimento acerca do acervo, que poderia ser mais explorado para visitas de escolas ou mesmo que a sala da exposição permanecesse aberta em determinados eventos que ocorrem na Praça Maria Aragão, para que houvesse um incentivo às visitas. Valorizar a memória de mulheres, conhecer as suas lutas contra a ditadura e por melhores condições de vida é de suma importância para que as gerações futuras ancorem ainda mais as suas lutas presentes.

## Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Maria. *A razão de uma vida: depoimentos colhidos por Antônio Francisco*. São Luís: SIOM, 1992.

ARAÚJO, Marcia Antônia Piedade. *Maria Aragão: uma mulher e suas paixões em busca de uma sociedade igualitária*. São Luís: Edufma, 2014.

AXT, Gunter. "A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público." In: *MÉTIS: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 12, n. 24, p. 64-89, jul./dez. 2012.

AZEVEDO, Emílio. *Uma subversiva no fio da história*. São Luís: Vias de Fato, 2016.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

INSTITUTO MARIA ARAGÃO. *Projeto Acervo Maria Aragão*. São Luís, 2004.

## ARQUIVOS SILENCIADOS COMO FONTE DE PESQUISA

## PARA ALÉM DA TUTELAGEM: A ESCRITA POLÍTICA E LITERÁRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Antônia Amélia Barbosa<sup>1</sup>  
Maria Aparecida de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, propõe-se uma reflexão de que a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020), de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), está calcada numa escrita política e literária que desmantela os mecanismos de sustentação da ordem opressora, posicionando-se com voz de resistência. Trata-se, também, de um espólio marcado pela intervenção de Audálio Dantas, que “corrige” a sua linguagem textual e desconsidera os traços que traduzem o universo do sujeito da escrita, impedindo-o de ser quem ele é e de exercer o direito de falar por si. Contudo, essa escrita não se deixa sucumbir, mas se constrói como espaço de resistência e se coloca ao alcance do leitor. Portanto, o processo de criação literária da autora está além desse gesto de comando do jornalista, rompe com os muros da academia e percorre o mundo legitimando o poder da escrita de mulher.

**Palavras-chave:** Intervenção. Sujeito da escrita. Voz de resistência.

A escrita política e literária de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2020)<sup>3</sup>, da autora Carolina Maria de Jesus, manifesta-se com revolta e indignação diante de um cenário nacional retratado em 1950 e que se reitera, no contemporâneo, em doses catastróficas, em relação à epidemia da fome. Desta forma, essa potente produção é imortal, pois está sempre em construção e ao alcance dos leitores, movimentando profundos

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFJF-MG. E-mails: antoniaamelia.barbosa55@gmail.com e antonia.barbosa@ifsudestemg.edu.br

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da UNESP-Araraquara. E-mail: [maria.oliveira3@academico.ufpb.br](mailto:maria.oliveira3@academico.ufpb.br)

<sup>3</sup> A primeira publicação é de 1960 pela editora Francisco Alves.



debates e inspirando lutas sociais, ao refutar as barreiras estruturais que violam os direitos humanos. Além disso, identificamos a autoria de um sujeito mulher, negra, periférica e habitante de favela com uma escritura de reivindicações feministas calcada no discurso crítico contra as atrocidades sociais, subvertendo o silenciamento, ao legitimar sua voz de resistência para gritar contra as dores, a miséria, a fome, o racismo, as injustiças.

Em 1958, Carolina Maria de Jesus foi “descoberta” pelo jornalista Audálio Dantas o qual faria uma reportagem sobre aquele local, mas de imediato reconheceu nos papéis coletados do lixo, a autenticidade de uma escrita que recolhia do real as vozes e as complexidades daqueles sujeitos: “Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela.” (DANTAS, 1960, p.201). Contudo, na obra há marcas da intervenção de Dantas que “corrige” a linguagem textual e desconsidera os traços autorais do sujeito da escrita, reduzindo o conteúdo de seus 35 cadernos. Essa “correção” incide sobre o sujeito cultural e seu discurso, resultando em seu apagamento impedindo-o de ser quem ele é e de exercer o direito de falar por si, causando a morte do seu corpo e das suas memórias.

No texto “Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus” que apresenta a reedição de Casa de alvenaria (2021) pela Companhia das Letras, Conceição Evaristo decide respeitar a escritura de Jesus, considerando não apenas o conteúdo estético da autora, mas também a mulher Carolina, demonstrando opções feministas, endossando a sua história em sua “errância” em busca de um lugar para finalmente

aquietar sua mente. Além disso, Evaristo reverencia a identidade negra de Jesus, entendendo que a linguagem utilizada faz parte do “pretuguês” – termo cunhado por Lélia Gonzalez –, que fica claro em algumas escolhas linguísticas da escritora. Dessa forma, percebe-se que o resgate da obra de Carolina Maria de Jesus leva em conta não apenas a sua gramática, mas todo o contexto em que ela foi escrita, além da sua aptidão para escrever outros gêneros literários, tais como poesia, romance e conto, mas devido à tutela de Dantas, continuou a escrever em forma de diário. Evaristo pontua que, apesar dessa interferência, a escritora continuou se dedicando a outros modos de criação, como a música e o teatro. Isso mostra que Jesus navegava entre as ordens do “tutor” e o próprio desejo de lidar com diversos gêneros.

A escritora, em sua condição precária, parece colocar em prática o que dizia Gloria Anzaldúa (2000) em seu famoso texto, convidando a todas as mulheres para que escrevam, independente do teto e das condições, seja na cozinha, no ônibus, onde quer que tenham o tempo e a inspiração, mas não deixem de fazê-lo. Assim, Jesus se atreve ao labor literário incansavelmente, escrevendo nas ruas por onde retira o lixo para vender ou em seu barraco, na favela, entre seus filhos. Escrever, nesse sentido, não se restringe ao sentido literal impresso por este verbo, mas ao ato político de recontar a própria trajetória por uma perspectiva única e singular, empoderando-se contra a lógica do discurso hegemônico e legitimando a própria voz. Por saber ler e escrever, Carolina Maria de Jesus ganha destaque e poder. Não obstante, em se tratando da escrita de uma mulher negra, as

marcas de raça, classe e gênero denotam um lugar de subalternidade e de silenciamento contestados por seu discurso disruptivo e dissonante. O encontro de Jesus com a crítica feminista negra é um ponto de contato que nos permite compreender sua obra no passado, mas também hoje. Precisamos desse recurso em nossas consciências a fim de empoderarmos e levantarmos vozes negras, como a de bell hooks, a de Carolina Maria de Jesus e muitas outras, em prol do esvaziamento dos discursos hegemônicos e do fortalecimento de outras narrativas contadas a partir da experiência cultural do sujeito negro.

Expressivamente, a voz de hooks (2019), engajada na e pela luta feminista, direciona-nos para uma reflexão de que a representatividade de vidas negras, nos âmbitos social e cultural, é vista de forma negativa não só em seu país, os Estados Unidos, mas também no Brasil. Em 2020, houve duas edições comemorativas de *Quarto de despejo*, pela editora Ática, celebrando seis décadas da obra, e outra pela Companhia das Letras, com edição da consagrada autora Conceição Evaristo. Isso é bastante significativo, pois demonstra um novo momento na história da recepção da escritora, a qual foi ressignificada pelo movimento feminista negro e pelo movimento negro, demonstrando a sua importância, sua memória e o seu legado. Com isso, muitas Carolinas estão surgindo e é necessário que elas tenham espaço e lugar de fala, conforme demonstra a filósofa e pensadora Djamila Ribeiro na obra *Lugar de fala* (2019), por meio da qual inicia questionando o lugar da mulher negra na história a partir do exemplo do discurso de Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1851. Após isso, Ribeiro volta-se ao

trabalho de Lélia Gonzalez para desafiar a epistemologia dominante afirmando que o lugar de fala para grupos subalternizados é a reivindicação do direito à própria vida. Neste sentido, esse instrumento de conscientização das mulheres negras torna-as sujeitos históricos e políticos dentro do sistema de supremacia branca, rompendo com a sua invisibilidade.

O feminismo negro discute a invisibilidade dessas cidadãs em relação à pauta feminista, a qual não inclui as questões étnico-raciais e suas opressões. Numa sociedade como a nossa, banhada nas águas da escravidão e do patriarcado, é fundamental pensar nesses mecanismos afirmativos como aliados ao enfrentamento, ao racismo e ao sexismo. Não há dúvida de que Carolina Maria de Jesus tem um papel relevante na relação entre literatura e sociedade, nos contando uma história que não é a “oficial”, mas uma história real e viva. Assim, ela nos conta uma outra história, a da mulher negra e periférica portadora da voz da resistência que não se cala diante das adversidades. Quarto de despejo é um texto atual e atemporal, uma escrita alicerçada no político e no literário, que nos ensina sobre a consciência histórica da formação da nossa cultura e é testemunho da exclusão social, da abolição ainda não concluída, da ausência de autonomia política e econômica do país, do desprovimento de cidadania e do abandono do Estado em relação aos menos privilegiados.

### **Referências Bibliográficas**

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.” Tradução de Édna de Marco. In: *Revista Estudos Feministas* (online), Florianópolis, vol. 8, n.1, p. 229-236, 2000.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 10 de dez.2021.

DANTAS, Audálio. "A atualidade do mundo de Carolina." In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2020.

EVARISTO, Conceição. "Outras letras: Tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus." In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*. Vol. 1. Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

# **CAROLINA MARIA DE JESUS: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E O IMPACTO NA CONTEMPORANEIDADE DA LITERATURA PRODUZIDA PELA MULHER NEGRA BRASILEIRA**

Clarice Maria Silva Campos<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa buscou evidenciar a importância na atualidade do resgate da vida e obra literária da escritora negra Carolina Maria de Jesus, num momento de discussões sobre interseccionalidade e em que mulheres buscam seu espaço e sua voz na sociedade. Analisamos a importância do resgate dessa voz que faz parte de uma minoria dentro de uma sociedade em que a produção literária consumida é principalmente produzida pela elite econômica, masculina e branca. As fontes principais para a pesquisa foram os livros de autoria de Carolina e os textos de cunho biográfico sobre a escritora. Ao tematizar sobre as questões vividas por mulheres negras e pobres, Carolina apresenta uma narrativa contra-hegemônica, capaz de visibilizar e inspirar mulheres negras brasileiras ainda na atualidade, após mais de 60 anos da publicação do Quarto de despejo: diário de uma favelada, seu livro mais famoso.

**Palavras-chave:** Literatura negra. Interseccionalidade. Memória. Representatividade.

## **Introdução**

---

<sup>1</sup> Mestra em memória e acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. [profclara2004@gmail.com](mailto:profclara2004@gmail.com)

Orientador Prof. Dr. Antonio Herculano Lopes- FCRB Área de Concentração: Práticas Críticas em Acervos: Difusão, acesso, Uso e Apropriação do Patrimônio Documental Material e Imaterial. [herculano@rb.gov.br](mailto:herculano@rb.gov.br)

Em função das interfaces de raça e gênero, a produção literária brasileira de autoria negra e feminina é frequentemente invisibilizada pela crítica e pela historiografia.

A exclusão identificada em outros setores da sociedade aparece também na literatura, indicando que alguns não estão autorizados a expor seus conteúdos. O processo de produção literária está vinculado à elite dominante.

Nesse diapasão, desenvolve-se a seguinte questão: considerando a sociedade brasileira, que viveu um grande ciclo da escravidão negra e foi constituída sob o modelo patriarcal, de que maneira a literatura produzida pela mulher negra pode ser compreendida como uma ferramenta de resistência social num momento de discussões sobre interseccionalidade e em que mulheres negras – não necessariamente pobres como Carolina – buscam seu espaço e sua voz na sociedade e na cultura brasileiras? Qual a importância do resgate da vida e da obra da autora para mulheres negras e para a sociedade como um todo hoje, após um tempo de ostracismo no final da vida e após a morte?

O resgate da voz transgressora de Carolina incorporada à ideia de enfrentamento a fatores de opressão e hierarquização gerados por questões de gênero, raça, e classe, alicerça o cenário atual de desejo e luta de mulheres negras para que suas vozes sejam ouvidas.

Carolina produziu a sua obra, escrita no contexto da exclusão produzida pelos estigmas de marginalização social. Negra, favelada e com

poucos anos de escolaridade, a escritora narra a miséria de dentro da sociedade brasileira durante os “anos dourados” da década de 1950.

A pesquisa possui caráter investigativo, desenvolvida a partir de fontes bibliográficas, artigos científicos, materiais de áudio e vídeo, bem como explorando as biografias e a obra literária produzida por Carolina.

Assim, o estudo foi dividido em três capítulos. Carolina Maria de Jesus em seu momento. Com a contribuição da obra *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan Fernandes, publicada pela primeira vez em 1964, refletimos sobre os mecanismos de controle sociais exercidos pelas classes burguesas, a marginalização do negro na sociedade, a desconsideração de suas histórias e suas culturas. Apresento Carolina desde a infância, fazendo uma reflexão sobre o panorama histórico, político e social no Brasil no momento da publicação de *Quarto de despejo*.

No segundo capítulo: *Intersecções no Quarto de despejo*, analiso o fenômeno Carolina num momento de discussões do ponto de vista interseccional. Apresentando o perfil e a função de um intelectual orgânico a partir das formulações de Antonio Gramsci e Edward Said, procuro refletir sobre a posição que Carolina ocupava nos grupos nos quais se encontrava.

E por último: *Carolina Maria de Jesus redescoberta*, apresento os discursos e as ações que marcam hoje negros e negras em movimento, reconhecendo dentro da tradição literária brasileira a escritora Carolina Maria de Jesus.

O último capítulo apresenta-se dividido em duas partes: A primeira, um circuito caroliniano, elencando produtos, materiais e eventos produzidos a



partir da obra de Carolina e a segunda, um conjunto de entrevistas comentadas feitas com escritoras 7 (sete) escritoras negras contemporâneas, analisando especialmente a relação com a memória, identidades e representatividades.

Sobre a intenção explícita de apagamento e invisibilidade, é oportuno lembrar os versos da escritora Esmeralda Ribeiro no poema Ensinamentos “o invisível exercita o ser “zero à esquerda, o invisível não exercita cidadania” (RIBEIRO,2008, p.55). Usando a literatura, a escritora falou sobre assuntos, os quais muitos não desejavam ou tinham medo de ouvir. O conteúdo de sua obra desconstrói a visão imposta por aqueles que detêm o poder, denunciando e mostrando o outro lado de histórias únicas, ancoradas no mito de que vivemos em uma sociedade justa e com igualdade de oportunidades.

Carolina faz parte do grupo caracterizado por Lélia Gonzalez como o mais explorado e o mais oprimido da sociedade brasileira.

Numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. (GONZALEZ, 2020, p.109).

As entrevistas com escritoras negras contemporâneas tiveram o objetivo de mostrar com maior clareza as relações internas e externas, os componentes histórico-culturais, os desdobramentos temáticos e as características peculiares nas obras de mulheres negras na atualidade.

Sendo assim, apresentamos as sete escritoras participantes da pesquisa: Anamô Soares, Elisa Pereira, Geni Mariano Guimarães, Kiusam de Oliveira, Simone Ricco, Sonia Rosa e Taís Espírito Santo.

## **Conclusão**

A análise do material coletado está pautada na comparação entre as respostas dadas pelas escritoras para a mesma pergunta, nas leituras teóricas condizentes com os temas e nos escritos de Carolina Maria de Jesus.

As sete escritoras participantes das entrevistas sinalizaram as confluências que marcam escritas de mulheres negras. A literatura, de acordo com as respostas dadas, é atravessada pela experiência de ser mulher e ser negra dentro da sociedade brasileira.

Além da recorrência nos temas, as escritoras atribuíram à escrita produzida por mulheres negras o caráter transformador e de denúncia.

Consideramos então, que as escritas produzidas por mulheres negras vão além da arte e da estética, elas contribuem pra desvelar preconceitos e discriminação racial, além de servirem como estratégias para disseminação de ideias e encorajamento para que outras mulheres compartilhem suas narrativas.

A recuperação de textos, personagens e narrativas de Carolina, contribuem para aproximar leitores e preencher lacunas em histórias de experiências e conquistas de outras pessoas, sobretudo, homens e mulheres negras. O conhecimento de fatos e eventos estabelecem contatos com integrantes de um mesmo grupo e, segundo Maurice Halbwachs,

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

A partir dos elementos materiais e simbólicos presentes no espólio literário de Carolina, outras memórias podem ser enriquecidas sim, porém além disso é possível pensar no feito literário de uma escritora cuja escrita é um marco de alguém que rompeu as barreiras contra os obstáculos impostos a uma mulher negra, pobre e com pouca escolaridade.

Assim, Carolina continua ainda hoje causando incômodo e rejeição em alguns grupos, por outro lado, vem sendo reconhecida com títulos, homenagens e uma gama de estudos sobre a sua obra.

As autoras entrevistadas, assim como Carolina, estão sendo reconhecidas pela qualidade literária de suas produções. As relações entre gênero e raça, no entanto, continuam ocupando lugar central nas relações sociais.

Carolina de alguma forma abriu caminhos e, por isso continua inspirando como alguém que com sensibilidade conseguiu transformar a própria realidade, tornando-se referência para as escritoras contemporâneas.

A partir de Carolina houve um avanço na conquista de espaços, entretanto não podemos afirmar que chegamos ao ideal desejado, e por isso nos mantemos em movimento.

## **Referências Bibliográficas**

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização: Flavia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, A. "Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais." In: *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora. (Original Publicado em 1950), 2004

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Série Sinal Aberto. São Paulo: Ática, 2001.

SAID, E. W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

# (RE)TRADUÇÃO ANTI E DECOLONIAL DE UM ARQUIVO DISRUPTIVO

Raffaella Fernandez<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa comunicação discorrerá sobre a revisitação e necessidade de criação de um fundo arquivístico do espólio de Carolina Maria de Jesus (1914/19/21-1977). A partir de práticas discursivas dos feminismos negros e anti ou decoloniais, enfatizaremos as estratégias realizadas por editores, tradutores, pesquisadores<sup>2</sup> e coletivos empenhados em difundir, (re)traduzir e criar novas plataformas de preservação da obra da escritora nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus. Tradução decolonial. Manuscritos.

## Introdução

Passado mais de cinquenta anos, a autora passa a ser (re)visibilizada sob novas lentes que colaboram para reposicionar a figura e a obra carolineana em diferentes áreas do saber, dentro e fora das academias, através, sobretudo do mercado editorial. Tendo em vista a evidencia das diversas espoliações que os textos de Carolina Maria de Jesus sofreram, pelas mãos de editores brancos e abastados desde a publicação de Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960) até a publicação de um de seus inéditos (transcrito conforme sua versão original), intitulado Onde estaes felicidade? (2014). Atualmente, tradutores, editores e pesquisadores perfazem a escrita pretuguesa (GONZALEZ) da autoria e reposicionam a

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Estudos Culturais e Decolonialidade (UFRJ). Email [raffaellafernandez@yahoo.com.br](mailto:raffaellafernandez@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Seleccionaremos trechos das traduções argentina (2021) e colombiana (2019), a edição da companhia das letras (2021) e o trabalho do Grupo de Pesquisa Decoloniais Carolina Maria de Jesus.

persona/mulher que deixou mais de cinco mil páginas manuscritas e datiloscritas, inéditas em sua maioria.

Ao (re)traduzir, em amplo sentido, o espólio literário dessa figura feminina tão representativa, para o pensamento afrolatinoamericano, reconstrói-se também novas estratégias de tradução, edição e formas de conceber arquivos literários e pessoais, com destaque para as memórias de mulheres negras apagadas ou silenciadas na História nacional. Nesse sentido, verifica-se, que além da implementação de novas edições como Casa de Alvenaria em 2021, a dispersão e conservação insuficiente do arquivo literário de Carolina de Jesus reposiciona a necessidade de manutenção e criação de um fundo dedicado aos arquivos da escritora, compostos de cadernos manuscritos, fólhos datiloscritos, reportagens jornalísticas, cartas, livros, fotografias e objetos pessoais, inclusive um sítio onde ela finaliza seus dias e últimos escritos.

## **Metodologia**

Para Sarlo (2005) o vivido é “indispensable de restituir aquello que fue borrado por la violencia del terrorismo de Estado” (p. 162), de modo que para recontar a História é preciso recorrer às fontes primárias. Esse estudo parte dessa premissa cujo reconhecimento do acervo carolineano, enquanto contranarrativa (BHABHA) sobre a constituição da sociedade brasileira, isto é, narrativas que disseminam repostas discursivas de sujeitos que sobrevivem imerso em experiências de subalternização e tentativas de silenciamentos de suas (re)existências.

Além disso, observa-se como os editores, tradutores e pesquisadores lidam com a complexidade relacional e os antagonismos expressos na existência carolineana, imbuída da mescla de aspectos das culturas populares (com destaque para a diáspora negra mineira e paulista) e culturas eruditas que corroboram para elaboração de sua poética de resíduos (FERNANDEZ).

Até aqui vale recordar, Glissant ao reivindicar o direito à opacidade, entendida não como obscuridade, mas como uma maneira de transitar pelo sujeito da diferença sem idealizar uma totalidade à priori. É dentro dessa lógica da “poética da relação”, pensada pelo ensaísta e poeta martinicano, como constituição cultural proveniente dos encontros culturais no Caribe, que tomaremos os diálogos que perfazem um novo olhar sobre a obra de Carolina Maria de Jesus. Assim como propõe uma “política feminista translocal” (COSTA) da tradução, que perpassa a proposta da edição de *Cuarto de desechos* do projeto feminista da editora argentina Mandacaru (2021) ou a ideia de “tradução colaborativa” (O'BRIEN) como base metodológica da Editora Uniandes da Colômbia em parceria com o laboratório de tradução da UNILA em 2019.

## **Resultados**

Como foi dito o espólio literário de Carolina Maria de Jesus é revisitado, ainda que sumariamente, na atualidade. De modo que, seus originais vêm sendo consultados, trabalhados e repensados por pesquisadores, tradutores e editores, objetivando, nessa coletividade das vozes manter vivo o acervo

cuja autora nos lega. Entretanto, faz-se necessário pensar políticas públicas e privadas \_tendo em vistas que existem originais sob posse privadas\_ interessadas em conservar, organizar, catalogar e difundir o montante do acervo carolineano em sua completude.

## **Conclusões**

Conclui-se a invariável necessidade de criação de novas estratégias de abordagem da pessoa e obra de Carolina Maria de Jesus, sem perder de vista a inelutável importância representativa da autora e sua criação como material estético e político. Espera-se, contribuir para a discussão acerca da necessidade de visibilização, manutenção e organização do espólio literário de Carolina Maria de Jesus, bem como possa estabelecer pontes reflexivas com antigas e novas formas de conceber, editar, traduzir e veicular a obra da autora.

## **Referências Bibliográficas**

- BHABHA, Homi. "DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation." In: *The location of culture*. London: Routledge, 2002.
- COSTA, Cláudia de Lima. "Feminismo, tradução, transnacionalismo". In: COSTA, Cláudia de Lima; PEREIRA, Simone Schmidt (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 187-196.
- FERNANDEZ, Raffaella. *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Aética Editorial, 2019.
- GLISSANT, Édouard. *Poétique de la Relation*. Paris: Gallimard, 1990.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.).



JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo diário: de uma favelada*. São Paulo Francisco Alves, 1960.

JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes Felicidade?* Dinha e Raffaella Fernandez, Orgs. – São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. *Cuarto de desechos y otras obras*. Bogotá: Uniandes, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Cuarto de desechos y otras obras*. Buenos Aires: Mandacaru Ediciones, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*. Prefácio de Conceição Evaristo e Vera Eunice de Jesus. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, vol. 1, Osasco.

O'BRIEN, Sharon. "Collaborative Translation." In: GAMBIER, Yves; DOORSALER, Luc van (eds.). *Handbook of Translation Studies* - volume 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011, p. 17-20.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: Cultura de memoria y la giro subjetivo: Una discusión*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.

## AUTOREPRESENTAÇÃO E CRÍTICA ARQUIVÍSTICA

## TRANSCOLONIALIDADE DE GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE TRANS

Keo Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A proposta desse artigo visa trazer, a partir de uma abordagem interdisciplinar/ transdisciplinar e indisciplinada, uma reflexão sobre memórias transmasculinas a partir de experiências sensoriais. No ímpeto de pensar dimensões como representação e visibilidade e trazer ao debate questões como auto-representação e crítica arquivística, trago como ferramenta de análise três experiências transmasculinas invisibilizadas: Amélio Robles Avila, ex-integrante do EZLN; Billy Tipton, saxofonista de uma banda de Jazz; e Anderson Herzer, ex-detento da FEBEM. A partir do "media-scape", desenvolvo a ideia do corpo como arquivo e da construção de narrativas não hegemônicas, para responder qual o lugar das transmasculinidades dentro da perspectiva decolonial.

**Palavra-chaves:** transmasculinidades; media-scape; contra-narrativas.

### Representatividade trans: um breve panorama

O debate sobre visibilidade e representatividade trans se amplifica nas últimas décadas. O trabalho de Miquel Misse (2018), sociólogo espanhol e transmasculino, é um exemplo do que proponho desenvolver nessa reflexão. Ao problematizar os regimes de visibilidade de pessoas trans, questiona a construção do imaginário trans na mídia e na política. Seu argumento é de que o imaginário que se constrói com muita influência nos estudos trans norte-americanos (SUSAN STRIKER, 2006) e também de personalidades trans

---

<sup>1</sup> Keo Silva – Doutorando pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas UFSC – na Área de Estudos de Gênero e Sexualidade – Bolsista CAPES- DS. email: keo.ech@gmail.com. Orientação: Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial. (PPGICH/UFSC) – Professora Titular do Departamento de Antropologia UFSC. [rial@cfh.ufsc.br](mailto:rial@cfh.ufsc.br).

que emergem na mídia com um discurso conservador, a exemplo de Caytlyn Jenner, são desfavoráveis à comunidade trans, pois não correspondentes a experiências trans em outros contextos (VAZ et al. 2020).

### **Regimes discursivos: estudos pós-coloniais, animalidade e a arte como confronto**

Cabe ressaltar que os estudos de mídia e representação com uma ênfase crítica começam com os estudos de Eduard Said (1990) sobre o orientalismo, como crítica cultural ao ocidente, que sempre retratou de maneira caricata as sociedades não ocidentais, de forma a inscrever um tipo de sub-humanidade, uma espécie de Outro não humanizado. Tais dinâmicas também são reproduzidas pela mídia em contextos de guerra (BUTLER, 2018; RIAL, 2016). No Brasil, as representações de travestilidades e transexualidades, majoritariamente ocuparam o lugar fora do registro hegemônico da mídia. Ao passo que é o País que mais mata pessoas trans, também é o que mais consome pornografia feita por pessoas trans.

No campo das artes visuais, Cynthia Francisca (2020) usa a categoria animalidade (HAYWARD, 2008; 2017) para pensar a dimensão da abjeção como ferramenta artística, revelando como a desumanização ou a infrahumanidade (Di Pietro, 2020) opera como estratégia colonial de hierarquizar os corpos. Trabalhos como os de Lino Arruda (2020) tratam da dimensão da animalidade na experiência transexual, tensionando as fronteiras entre humano e animal a partir da autobiografia. Tais questões compõem uma erótica da arte (SONTAG, 2013) que redimensiona, do ponto

de vista de enunciação, a própria condição de abjeção como maneira de dizer de si, mas também do ponto de vista da recepção (RIAL, 2005), pois propõe que os próprios expectadores percebam a obra de arte a partir da experiência da abjeção, o que configura o que Denise Ferreira da Silva (2020) chama de arte como confronto. Tal perspectiva possibilita refletir sobre as dinâmicas de hierarquização na distribuição do acesso à arte (MOMBAÇA, 2020) no que tange à experiência de corpos negros e trans.

### **Representatividade: universalidade, (in)visibilidade e opacidade**

No tocante aos debates sobre reconhecimento, para Honneth (2003), a universalidade está justamente na possibilidade de dinamizar a gramática moral de cada época, ou seja, é a partir do direito que se constitui a universalidade. Judith Butler (2018; 2015) desenvolve a ideia de que a universalidade consiste na exposição à vulnerabilidade. Françoise Verger (2020), em sua proposta de um feminismo decolonial, critica as pautas feministas universalistas demonstrando como raça, gênero e sexualidade são ficções de poder (COSTA, 2013) emaranhadas.

Dessa forma, mirando desde outras perspectivas como as anticoloniais sobre o direito à opacidade (MOMBAÇA, 2020; GLISSANT, 2021), esse artigo visa contrastar visibilidade e opacidade no campo das artes e problematizar como os corpos trans são representados na arte e como se constituem os espaços discursivos a partir das corporalidades. Para isso, retomo as discussões feitas sobre Black Lives Matter (MOMBAÇA, 2020; BUTLER, 2018; FERREIRA DA SILVA, 2019) para pensar as dimensões do espaço discursivo.

Assim como outras expressões da arte panafricanista e da diáspora (LEITE, 2007; BONA, 2021), como a expressão de uma sensibilidade estética que através da metanarrativa redimensiona elementos relacionados aos espaços de aparição e invisibilidade, reestabelecendo estratégias de coletividades contra-coloniais.

No ímpeto de pensar dimensões como auto-representação e crítica arquivística e responder qual o lugar das transmasculinidades dentro da perspectiva decolonial, trago três experiências transmasculinas invisibilizadas, Amélio Robles Avila, ex-integrante do EZLN; Billy Tipton, saxofonista de uma banda de Jazz; e Anderson Herzer, ex-detento da FEBEM2. A partir do media-scape (RIAL, 2005; 2016), desenvolvo a ideia do corpo como arquivo (BOURCIER, 2022) e da construção de narrativas não hegemônicas, por meio de uma reflexão sobre memórias transmasculinas.

Ao compreender a arte como uma forma de combatividade e confronto às narrativas hegemônicas, cria-se uma dimensão de questionamento de conceitos como visibilidade e representatividade e sobre, como além-crítica, os espaços discursivos de produções de conhecimento no campo científico e nas artes.

## **Referências Bibliográficas**

ALAYÓN, Tito Mijmans. *Teorías Queers Afrodiaspóricas para un territorio prieto borrado. Descolonizar Y Despatriarcalizar las Ciencias Sociales, la memoria y la vida en Chiapas, Centroamérica y el Caribe*, ed. Marisa G. Ruiz Trejo. Mexico: Universidad Autónoma de Chiapas, 259-286. 2020.

---

<sup>2</sup> A partir de sua experiência autobiográfica.

ARRUDA, Lino. *Monstrans: experimentando horormônios*/ Lino Arruda – Campinas, SP: Ed. Do Autor, 2021.

BACCHETTA, Paola. “Circulações anzaldúanas na ilha da tartaruga e na frança: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade-histórica densa.” In: *Estudos em decolonialidade de gênero*. Org. Caroline Marim e Susana de Castro – Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

BONA, Dénetèm Touam. *A arte da fuga: dos escravos fugitivos aos refugiados*. 2021.

BOURCIER, Sam. Homo Incorporated. *O triângulo e o unicórnio que peida*. SamBourcier. n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*/ Judith Butler; Tradução Fernanda Siqueira Minguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANO, Gabriela. “Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana.” *Cadernos pagu* 2004: pp.115 -150.

CHE GOSSETT. *Blackness and the Trouble of Trans Visibility*. IN: *Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility*. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.

CHEN, Mel Y. “Everywhere Archives: Transgendering, Trans Asians and the Internet.” IN: *Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility*. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.

COSTA, Claudia de Lima. “Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber.” *Fragments: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras*, Florianópolis, v. 21, n. 2.

DI PIETRO, P.J. “Ni humanos, ni animales, ni monstruos: la decolonización del cuerpo transgénero.” *Eidos* no. 34, 254-291. 2020.

FAINBERG, Leslie. *Liberación Transgénero: Un Movimiento Cuyo Tiempo ha Llegado*. Políticas Trans: Uma antologia. GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel. Editora Egales, S.L. 2015.

FERREIRA da SILVA, Denise. *A Dívida Impagável*, São Paulo: 2019.

- FERREIRA da SILVA, Denise. "Ler a arte como confronto." In: LOGOS 55, VOL 27. N 03, 290- 296. 2020.
- FRANCICA, Cynthia. "Animalidad, comunidad e imaginarios de lo trans en la obra visual de Nicola Constantino." In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 28 (2). 2020.
- GLISSANT, Edouard. *Poética da Relação*. Tradução de Eduardo Jorge Oliveira e Marcela Oliveira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo Edições, 2021.
- HAYWARD, Eva. "More Lessons from a Starfish: Prefixial Flesh and Transspeciated Selves". In: *Women's Studies Quarterly*, Nueva York, v. 36, n. 3/4, p. 64-85, otoño-invierno 2008.
- HAYWARD, Eva. "Spiderwoman." In: *Trap Door. Transcultural production and the politics of visibility*. Edited by Reina Gossett, Eric A. Stanley and Johanna Burton. Massachusetts of Technology, 2017.
- HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. São Paulo: Editora Vozes, 1982.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa; São Paulo: Editora 34, 2003(1ª edição).
- LEITE, Ilka B. "Olhares de África: lugares e entre-lugares da Arte na diáspora." *Revista Tomo*. UFS, n.11, pp.59-75.
- MISSÉ, Miquel. *A la conquista del cuerpo equivocado (conquering the wrong body)*. Editorial egales, Barcelona, 2018.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó 2021.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- OLIVEIRA, Megg Rayara de. *Nem ao centro nem a margem: corpos que escapam as normas de raça e gênero*. Ed. 1. Editora Devires, Salvador, 2020.
- RIAL, C. "Guerra de imagens, imagens da guerra." In: *Cadernos Pagu*. (47), 2016.
- RIAL, Carmen. "Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia." In: Miriam Pillar Grossi... [et al.]. *Movimentos sociais, educação e sexualidades* organizadoras. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Susan Sontag tradução de Ana Maria Capovilla. - Porto Alegre: L&PM, 1987, 350p.



SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. trad. Đubens Figueiredo. São Paulo: Cia das Letras, 2004.224p.

STRYKER, S.; WHITTLE, S. *The Transgender studies reader. (De) Subjugated Knowledges: An Introduction to Transgender Studies*. 2006.

VAZ, Alexandre et al. "De bruce a caitlyn jenner: esporte, celebridade, transgeneridade." V. 21 n. 1(2020): *Revista Gênero*, vol. 21, n.1.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

11-47

Eles e quem pae preso nos seus  
 fôgo trôcollha o sangue roba, le  
 são os donos das leis. Uns que  
 benéficas apressa, eles  
 Artia e dese ahim estolas  
 Obrigatórios para os filhas das  
 colônias. In ate ya py esta quadra

Odeio gestaria de estudar  
 Inveja a república do potão  
 Mas é estrato, se que estacionar  
 São pode dar nãgo a rotapio.

Sabei as naupos, la elia de starla  
 Os colos para fazer doles. Siya zã  
 O se, lai de a sel, chegou a de u na  
 cao dublino. e em fim fazer la pã  
 Com piei lute para fazer nãgo  
 tua, co: lãtao, lançado da pã  
 hada denta

